



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 64

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 21 de abril de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Silveira (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

No PTAP, foram apresentados, debatidos e aprovados por unanimidade, diversos votos.

- **Voto de Congratulação pelos 75 anos do Rádio Clube de Angra,**
apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A sua leitura ao Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelo V Centenário do Concelho de Lagoa,**
apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), do Grupo Parlamentar do PSD.

- **Voto de Congratulação - Cristóvam distinguido como melhor compositor de 2021 pelo Clube de Criativos de Portugal** apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), usaram da palavra o Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*) e a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*).

- **Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Grupo Margens da Ribeirinha,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra sobre o mesmo a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), para fazer a sua apresentação, a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

- **Voto de Congratulação pelo 125.º aniversário do Centro de Bem Estar Jacinto Ferreira Cabido,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*).

- **Voto de Congratulação pelo 1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Voto de Congratulação à atleta Isabel Medeiros pela conquista de Medalha de Ouro em competição nacional,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usaram posteriormente da palavra a Sra. Valdemira Gouveia (*PS*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Congratulação a Maria Inês Arruda pelo primeiro lugar no Concurso Nacional Jovem Talento da Gastronomia 2021](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação pela distinção dos queijos curado Ilha Azul e Capelinhos no 12.º concurso de Queijos Portugueses](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto à câmara pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), usaram da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a suspensão dos trabalhos para intervalo, seguiram-se diversas interpelações à Mesa feitas pelos/a Srs./a Deputados/a António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a continuação na especialidade do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII – “Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Em votação final global o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Elisa Sousa (*PSD*), Carlos Silva (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A sessão prosseguiu com o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por "Solenerge"](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Apresentada a iniciativa pela Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), usaram da palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*) e os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Carlos Freitas (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global a Proposta DLR foi aprovada por maioria.

Para declarações de voto usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Furtado, Carlos Freitas (*PSD*), António Lima (*BE*), Sandra Dias Faria (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Nuno Barata (*IL*).

A sessão prosseguiu com o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII – “Fundo Regional do Ambiente”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), usaram da palavra os Srs. Deputados Marco Costa (*PSD*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Gustavo Alves (*PPM*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), José Contente (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Edite de Sousa de Freitas **Preto**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Joana **Pombo** Sousa Tavares
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Maria Isabel Góis **Teixeira**
Maria **Gabriela** Vieira dos **Santos**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Marta **Ávila** **Matos**
Miguel António Moniz **Costa**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes cinquenta e dois Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público. Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã está reservada ao período de tratamentos de assuntos políticos, à emissão de votos e a declarações políticas. Os tempos são os que são habituais para estas manhãs de PTAP. Vamos iniciar com os votos que deram entrada na mesa. O primeiro voto é apresentado pelo PSD. É um voto de congratulação pelos setenta e cinco anos do Rádio Clube de Angra. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Luís Soares: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

75 anos do Rádio Clube de Angra

“Sintonizam o Rádio Clube de Angra, Estação Emissora CSB-80, a Voz da Terceira”.

Durante décadas foi assim, fazendo crescer as origens do posto emissor fundado em abril de 1947, em Angra do Heroísmo, por Belmiro da Silva Rocha e Fausto Rodrigues Cristóvam.

O Rádio Clube de Angra comemorou 75 anos de existência no passado dia 3. “A Voz da Terceira” teve, desde a primeira hora, o apoio das autoridades administrativas, dos intelectuais e artistas angrenses, bem como da população em geral.

Seguiram-se anos de grande expansão e reconhecimento, unindo as nove ilhas através da informação geral e regional, com cultura, música, teatro-radiofónico, lazer, desporto, religião e até a partilha das horas de dor, como aconteceu com o Vulcão dos Capelinhos, a crise sísmica de São Jorge ou o Terramoto de 1 de janeiro de 1980.

O RCA aproximou pessoas e comunidades, lançando os primeiros alicerces da ideia de unidade e identidade regional.

O epíteto de “A Voz da Terceira” foi criado pelo conhecido locutor João d’Ávila, e consagrado pelo Tenente-Coronel José Agostinho, que o escreveu no “Diário Insular”. Mais tarde, o Deputado Manuel Amorim Sousa Meneses proclamou o RCA na Assembleia Nacional como a “Voz Portuguesa no Atlântico”.

Nas suas três primeiras décadas, o RCA alcançou todas as ilhas do Grupo Central, chegou depois a São Miguel e Santa Maria, alcançou as Flores e o Corvo. Viria mesmo a ouvir-se na Dinamarca e na Suécia, na Madeira e no Continente português.

No Rádio Clube de Angra estiveram todos os melhores jornalistas e radialistas locais. A informação chegava a Angra de todas as ilhas, e daí partia, via rádio, para todas as outras. Não houve artista da música clássica e ligeira ou do teatro que por lá não passasse.

Não houve artista da música clássica e ligeira e do teatro que passasse pela Terceira sem visitar obrigatoriamente o Rádio Clube de Angra, que inclusivamente trouxe à Região muitos deles, para os seus espetáculos.

O RCA foi a primeira estação de rádio dos Açores a transmitir uma cerimónia religiosa, em 1952. Até hoje, aos domingos, é transmitida a Eucaristia da Sé Catedral de Angra, através daquele que é circuito da PT mais antigo nos Açores, ligando a Igreja da Sé aos estúdios d' "A Voz da Terceira".

Em 23 de fevereiro de 1973, o Presidente da República e Grão-Mestre das Ordens Portuguesas conferiu ao Rádio Clube de Angra o título de Membro Honorário da Ordem de Benemerência.

No 25 de Abril, o RCA fez a transmissão integral da Revolução, tendo sido a única rádio que não foi tomada pelas forças armadas.

Em 1982, o Governo Regional dos Açores declarou o Rádio Clube de Angra como pessoa coletiva de utilidade pública. O mesmo Governo Regional, presidido por Mota Amaral, suportou a construção da ampla sede social, inaugurada a 25 de junho de 1987.

Nos últimos 40 anos, têm sido vários os desafios numa casa de grandes tradições, que sobreviver graças ao muito trabalho e esforço das suas sucessivas equipas dirigentes e dos seus apaixonados colaboradores.

Assim continuará a ser! Com mais de sete décadas de vida a "Voz da Terceira" continua bem viva e a fazer companhia a milhares de açorianos todos os dias.

Belmiro Rocha, Jaime Kilberg Lima, Pedro Sodré e Areia, Cristóvam de Ornelas, Fernando Cristóvam, Fausto Cristóvam, José Cordeiro, António Deodato Ferreira, António Garcia da Rosa, Júlio Moniz Garrão, Jaime Ferreira de Simas e Alberto Ferreira Júnior foram os seus sócios fundadores

Pela antena do RCA passaram a cobertura informativa da visita do Papa João Paulo II aos Açores, do voo inaugural da TAP para as Lajes e da Cimeira Nixon/Pompidou. A segunda mais antiga rádio privada dos Açores foi ainda pioneira na transmissão dos relatos de jogos de futebol, no início dos anos de 1960.

O Rádio Clube de Angra tem atualmente com 4 funcionários de quadro e várias dezenas de colaboradores voluntários, tendo emissão própria 24 horas por dia e um leque alargado de programas também próprios.

Continua a ser uma presença constante em todos os eventos da Ilha Terceira, acumulando emissões que chegam aos quatro cantos do mundo, nomeadamente através das plataformas móveis e das redes sociais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 75 anos do Rádio Clube de Angra.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Rádio Clube de Angra

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Carlos Freitas e Elisa Sousa, Luís Soares

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O CDS associa-se, naturalmente, a este voto de saudação. O Rádio Clube de Angra é um importante órgão de comunicação social histórico, como o voto bem evidencia, muito relevante em situações de crise no passado e continua, hoje em dia, mesmo com o desenvolvimento tecnológico que se tem verificado, a mostrar a sua grande utilidade e relevância, não só do ponto de vista informativo, mas também do ponto de vista cultural. E, portanto, obviamente, não podíamos deixar de nos associar a este voto de congratulação, desejando que o Rádio Clube de Angra e os seus associados possam continuar a concretizar este grande projeto cultural da ilha Terceira e

para os Açores. E desejando, obviamente, longa vida ao Rádio Clube de Angra. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto de há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O presente voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação pelos quinhentos anos do concelho da Lagoa é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governos.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

V Centenário do Concelho de Lagoa

No passado dia 11 de abril a Lagoa comemorou o V centenário da sua elevação a concelho, constituindo assim uma data que merece ser assinalada. Foi por decisão régia, no início do reinado de D. João III, que se concretizou aquela modificação da organização administrativa do território, aliás, ao tempo, na sequência da política estabelecida por D. Manuel I de consolidação do poder régio.

A história de Lagoa marca muitos dos aspetos do desenvolvimento da Ilha de São Miguel e, apesar da sua proximidade a Ponta Delgada, foi possível criar características muito próprias, quer na perspetiva cultural e da identidade dos seus habitantes, quer na sua economia.

Sendo um concelho sem grande dimensão territorial no contexto da Ilha, a partir de meados Séc. XIX, com a extinção e integração do então concelho de Água de Pau, essa dimensão ampliou-se, mas sobretudo pela relevância dos

seus 14.100 habitantes, constituindo assim o terceiro concelho em São Miguel e o sexto entre os dezanove concelhos açorianos, quanto à sua população.

A par da importância que desde a sua constituição sempre teve a agricultura e também as pescas numa economia de subsistência, a partir do final do Sec. XIX e com o fim da época da laranja, o desenvolvimento industrial marcou claramente este concelho, sendo porventura o expoente máximo a fábrica do álcool, entretanto desativada no início do Sec. XXI ou ainda as fábricas de louça ainda em funcionamento e com inegável sucesso económico.

Na atualidade o peso industrial de Lagoa é relevante e diversificado.

Com a elevação da Lagoa a cidade em 2012, ampliaram-se os desafios de maior desenvolvimento e de centralidade urbana que urge concretizar e que seguramente constituirá uma mais-valia para os Lagoenses e para a Ilha de São Miguel em geral.

A aposta em curso no desenvolvimento tecnológico é importante, designadamente com o Parque Tecnológico de São Miguel, que tem merecido significativo investimento público.

O desenvolvimento do turismo, sobretudo a partir da orla costeira, é um desafio do presente e condição para o sucesso económico futuro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação por esta data, do qual deverá ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, Câmara Municipal e às cinco Juntas de Freguesia do Concelho de Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Luís Soares

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste

voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação apresentado pelo CDP-PP, a Cristóvam distinguido como melhor compositor de 2021, é apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

Cristóvam distinguido como melhor compositor de 2021 pelo Clube de Criativos de Portugal

O músico e compositor terceirense Flávio Cristóvam foi distinguido, no passado dia 28 de janeiro de 2022, como vencedor na categoria de Compositor no Ranking Criatividade Nacional 2021, uma distinção atribuída pelo Clube de Criativos de Portugal com base nos prémios do XXII Festival Clube de Criativos de Portugal 2021.

O Festival do Clube de Criativos de Portugal realiza-se anualmente desde 1998 e compreende várias categorias que incluem composição musical, ilustração, design, programação, produção, direção artística, direção criativa, som, fotografia, realização, entre outras, que distinguem os melhores profissionais dessas áreas no nosso país.

A nomeação para o prémio deveu-se ao tema “*Setting Sun*”, o qual fez parte de uma campanha de ativação para o Turismo dos Açores. A campanha tomou a forma do próprio videoclip da canção, que percorre visualmente as 9 ilhas do arquipélago dos Açores, “*flutuando no deserto azul*”.

Esta distinção constitui mais um reconhecimento ao trabalho e ao talento do artista anteriormente galardoado em 2020 com os prémios “Canção do Ano”

e “Melhor Atuação Pop” dos *International Music Awards*, e que em 2018 conquistou o primeiro lugar na *International Songwriting Competition*.

Mais recentemente, Cristóvam notabilizou-se pelo tema “*Andrá Tutto Benne*”, adotado em todo o mundo como um hino de homenagem a todos quantos se envolveram no combate à pandemia de COVID-19.

Flávio Flores Cristóvam nasceu a 16 de dezembro de 1988 em Angra do Heroísmo, neto de Fausto Cristóvam, um dos fundadores do Rádio Clube de Angra.

Iniciou a prática musical aos 11 anos com a guitarra, e desde então o seu gosto pela música cresceu a ponto de se dedicar a compor diversos temas e a lançar discos, quer a solo, quer com a banda October Flight da qual fez parte. Já acompanhou, na estrada, artistas como Stu Larsen, Tim Hart, Scott Matthews e Adam Barnes. O sucesso que tem alcançado deve encher-nos a todos de orgulho.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação ao músico Cristóvam pela conquista do Prémio de Compositor do Ano 2021 no Ranking Criatividade Nacional do Clube de Criativos de Portugal.

Deste voto deve ser dado conhecimento a Flávio Cristóvam e ao Clube de Criativos de Portugal.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Luís Soares, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Flávio Cristóvam é realmente um terceirense, um açoriano de exceção. Mais do que todos os prémios que ele recebeu, prémios físicos, talvez o prémio que pode distinguir melhor o Flávio Cristóvam é o facto de ele ter conquistado os corações do

mundo, dando-nos esperança com a sua música, numa altura muito difícil, numa altura de pandemia, em que o mundo estava confinado e a música dele entrou pelas casas do mundo dentro, dando quase como uma esperança, como se fosse um hino.... Até foi considerado por muitos como sendo um hino, com a música *Andrá Tutto Benne*. Por isso, é naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto de congratulação.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Este jovem terceirense que se viu agora, no fundo, distinguido como Melhor Compositor de 2021, pelo Clube de Criativos de Portugal já vem, de facto, há alguns anos dando mostras daquilo que é o seu valor e o talento que vem demonstrando nesta área. Como foi aqui referido, anteriormente, talvez um dos momentos marcantes da sua carreira até à atualidade foi o tema *Andrá Tutto Benne* lançado por altura do início da pandemia que foi, de facto, uma fonte de inspiração para todos aqueles que se entregaram a esta luta contra esta pandemia que nos atingiu a todos. Foi de facto uma fonte de inspiração para muitos e considerado quase que um hino deste momento que todos atravessamos. Tive a oportunidade, ainda recentemente, pelo aniversário dos setenta e cinco anos do Rádio Clube de Angra, alguns de nós aqui presentes participaram nesse momento e tiveram a oportunidade de ouvir o Flávio Cristóvam ao vivo, até porque ele reside e tem o seu espaço criativo exatamente no Rádio Clube de Angra, o que também dá nota daquilo que é um jovem que, tendo projetado o seu talento no mundo, continua, de facto, a ver essa oportunidade crescer nos Açores e em Angra do Heroísmo. Fica aqui o abraço do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este jovem talentoso, ao Flávio Cristóvam, que deu os primeiros passos e temos aqui pessoas que poderão até confirmar o ano em que isso aconteceu, penso que no Angra Rock, algures no início deste século, penso que por volta de 2009. E eu tenho memória disso exatamente porque

tive a oportunidade, penso, de distingui-lo, nessa altura, como o vencedor do Angra Rock e, portanto, é com muita satisfação que vejo aqui hoje reconhecido o talento, à altura descoberto em Angra do Heroísmo. Obrigada.

Deputados Vasco Cordeiro (PS) e Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação apresentado pelo PSD pelo quinquagésimo aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Paulo Gomes: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação
50.º aniversário da Associação
de Dadores de Sangue da ilha Terceira

A 27 de abril de 1972 era fundada a Associação de Dadores de Sangue de Angra do Heroísmo, agora denominada Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira, pelos sócios fundadores Dr. Mário Lima, Dr. Artur Cunha de Oliveira, Francisco Paim, Mário Sousa, Gilberto Amarante e João de Ávila.

Doar sangue é salvar vidas. Tem sido este o mote e a motivação com que a Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira tem desenvolvido a sua atuação, ao longo destes 50 anos de existência, com o desiderato da proteção de vidas humanas, por meio da doação desinteressada de sangue com fins

terapêuticos a feridos e a doentes, independentemente da sua nacionalidade, etnia, religião, orientação sexual, condição social e económica.

Efetivamente, esta Associação tem organizado, todos os anos, inúmeras iniciativas de sensibilização e de promoção da dádiva de sangue por toda a ilha Terceira, envolvendo os serviços do Governo Regional dos Açores, as autarquias locais, as escolas, a Universidade dos Açores, através do Pólo de Angra do Heroísmo, o Regimento de Guarnição n.º 1, a Base Aérea das Lajes, instituições, associações e demais sociedade civil; enfim, os vários setores de vida comunitária terceirense.

Com o desafio de agregar jovens para este dever de cidadania, que é a doação de sangue, e para também se associarem e fidelizarem esta causa, a Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira conta atualmente com cerca de 1076 associados, cujo espírito de voluntariado é um exemplo notável de amor ao próximo.

A Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira é uma instituição federada na Federação das Associações de Sangue de Portugal, assumindo a Delegação da Região Autónoma dos Açores dessa Federação, que tem como missão permanente e constante congregar vontades e recursos humanos e logísticos para assegurar uma resposta plena às necessidades de sangue, através da dádiva anónima, benévola, altruísta e voluntária.

Neste momento em que se assinalam os 50 anos de existência, é devida uma palavra de reconhecimento e de apreço a todos os voluntários, dirigentes, associados e demais entidades que permitiram e permitem a que a Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira dê prossecução à sua mui nobre missão de incentivo à dádiva de sangue em prol da saúde e da vida do próximo, na ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2022, a

aprovação de um voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Associação de Dadores de Sangue da ilha Terceira, aos seus sócios fundadores, ao Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, à Unidade de Saúde da ilha Terceira, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Luís Soares e Paulo Gomes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pelo quinquagésimo aniversário da Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira. Pessoalmente, tive a oportunidade de participar em várias iniciativas de sensibilização e de promoção da dádiva de sangue, realizadas e organizadas por parte desta associação, e tive a oportunidade de ver a dinâmica que têm junto dos seus associados e junto da população. É um desafio, tal como consta neste voto de congratulação, agregar jovens. Esse é um apelo que todos nós devemos fazer e dentro das diversas vertentes da nossa intervenção procurar sensibilizar, precisamente a aproximação dos jovens para este desafio e este dever de cidadania que é a dádiva de sangue. No Governo anterior houve a oportunidade de fazer uma parceria até entre a Direção Regional da Saúde e a Direção Regional da Juventude que espero que continue e que possa dar frutos como tem vindo a dar ao longo dos últimos meses e ao longo dos últimos anos, para, precisamente, fazer esta aproximação dos jovens para com este dever de cidadania. Portanto, da parte

do Grupo Parlamentar do PS fica o nosso reconhecimento a voluntários, dirigentes, associados pela dedicação e pelo empenho em prol da saúde e da vida do próximo. Portanto, a parte do Grupo Parlamentar do PS associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O CDS, obviamente, que se associa a este voto de congratulação. São cinquenta anos a angariar vida para os nossos doentes. Doar sangue é doar vida, é uma dádiva de vida que cada pessoa, altruisticamente, dá à sociedade. E com ela os nossos profissionais de saúde podem realizar melhor o seu trabalho e, portanto, nunca é demais enfatizar esta necessidade de fazermos um esforço junto da sociedade e sobretudo junto das camadas mais jovens para esta constante necessidade de doarmos vida. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então votar este voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O presente voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Grupo Margens, é apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para a sua apresentação.

Deputada Salomé Matos: Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. e Sras. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

25º Aniversário do Grupo Margens da Ribeirinha

Foi por ocasião da Semana Desportiva e Cultural da freguesia da Ribeirinha, no longínquo 4 de abril de 1997 que o Grupo Margens se apresentou ao público pela primeira vez. Ana Anjos, José Anjos, Paula Quaresma, Judite Serpa, Noélia Pinheiro, Roberto Serpa, Emanuel Melo, Ivo Correia, José Orlando Duarte, Margarida Correia e José Soares brindaram os então presentes com um reportório de música popular portuguesa.

A estreia deste grupo musical teve lugar na sede da Filarmónica e pela voz destes 11 jovens se fez música do povo e para o povo.

Conforme registo da reunião da Casa do Povo, foi a 4 de março de 1997 que se deu a formação deste grupo de cantares. O seu primeiro responsável foi José Soares, tendo posteriormente e até hoje, sido assumido por José Anjos a coordenação do Grupo.

Os primeiros ensaios decorreram na antiga escola primária da Ribeirinha, mas ao longo destes 25 anos de existência, impulsionado pelo entusiasmo e resiliência dos seus elementos bem como pelos desafios lançados por terceiros, o grupo regista atuações em quase todas as ilhas açorianas, no continente português e além-fronteiras. A convite da Direção Regional das Comunidades, o Grupo Margens representou o arquipélago dos Açores na comemoração do Dia de Portugal em Vancouver, no Canadá, em 2005.

Com o propósito de divulgar a música tradicional e popular de todas as ilhas dos Açores editaram em 2005 um CD com o título, nas “Margens da Ribeirinha”.

Embora tendo sofrido algumas alterações na sua composição, integrando novos músicos, atualmente o grupo conta com 11 elementos, sendo que destes, 5 pertencem ao grupo de fundadores.

Enquanto ferramenta de cultura, a música do Grupo Margens na sua componente vocal e instrumental tem contribuído e continuará a contribuir para o enriquecimento cultural da ilha e para a divulgação musical de diferentes estilos de música popular.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de congratulação pelo 25º aniversário do Grupo Margens da Ribeirinha, do qual deve ser dado conhecimento ao Grupo Margens, à Assembleia e Junta de Freguesia da Ribeirinha e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Carlos Freitas e Salomé Matos

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Ana Luís, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com muito gosto, a este voto de congratulação apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos aos vinte e cinco anos do Grupo Margens. Vinte e cinco anos pode parecer pouca idade, especialmente quando estamos a falar de nós próprios, mas a verdade é que vinte e cinco anos também pode ser muito tempo quando nos referimos a coletividades, instituições ou a grupos musicais e desportivos, como é o caso deste Grupo Margens, o grupo musical da freguesia da Ribeirinha, desta ilha. E é muito tempo, principalmente, quando estes organismos dependem, essencialmente, da boa vontade, do empenho, da dedicação dos seus dirigentes e/ou dos seus elementos. Também por esta dificuldade, que cada vez mais nos assola, termos o tempo para nos dedicarmos ao desporto, à cultura ou ao associativismo em prol do outro e do desenvolvimento sociocultural da nossa terra, é também por este motivo que esta celebração dos vinte e cinco anos do Grupo Margens deve ser reconhecido, principalmente, aos seus elementos que foram aqui referenciados pela Sra. Deputada Salomé, desde aqueles que fundaram este Grupo como aqueles que

fazem com que o Grupo perdure por este tempo e para eles um bem-haja pela sua dedicação, neste caso, à música tradicional e que este empenho e trabalho perdure no tempo, por muitos mais anos, sempre com esta qualidade e energia a que nos habituaram. Obrigada.

Deputado Vílson Ponte Gomes: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação pelos vinte e cinco anos do Grupo Margens porque, sem dúvida, que este grupo, para lá do enriquecimento cultural, da oferta diversificada de produção musical e também de manutenção da memória da nossa herança musical, aquilo que corresponde a esse enriquecimento que faz para a ilha do Faial, também é para a Região, uma vez que estamos a manter, exatamente, essa memória viva daquilo que é a nossa cultura musical. E, obviamente, há que salientar, sem dúvida, este empenho cívico de pessoas que tiram do seu tempo, como foi bem referido também pela Deputada Ana Luís e também já estava no voto, que são pessoas que, aberta ou desinteressadamente, acabam por fazer este enriquecimento cultural da nossa ilha e isso é de louvar e de saudar. E por isso associamo-nos a este voto. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação pelo centésimo vigésimo quinto aniversário do Centro de Bem-estar Jacinto Ferreira Cabido

é apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
PELO 125º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE BEM ESTAR JACINTO
FERREIRA CABIDO

Os Açores têm sido uma região marcada por graves desigualdades no que à distribuição de recursos e igualdade de oportunidades diz respeito.

Ao longo dos séculos, inúmeras instituições religiosas, sociais e políticas tiveram e continuam a ter a missão de mitigar essas desigualdades, promovendo um desenvolvimento social e humano harmonioso, justo e sustentável.

Esta missão social e humanitária tem sido o principal propósito do Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido que no passado dia 27 de março comemorou 125 anos de existência. Com sede no Concelho da Ribeira Grande, este Centro educa e prepara profissionalmente jovens com vista a uma plena integração profissional e à realização dos seus objetivos na vida adulta ativa.

O Centro de Bem Estar Jacinto Ferreira Cabido é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundada em 1897 por alvará do Governo Civil de Ponta Delgada, ainda que a sua história remonte às décadas anteriores à sua constituição jurídica. O mesmo foi criado e fundado por Martiniano Ferreira Cabido, juntamente com o seu irmão Jacinto Ferreira Cabido, sendo estes herdeiros de uma confortável fortuna que disponibilizaram para a solidariedade e a ajuda ao próximo, albergando sobretudo, naqueles primórdios, pessoas do sexo feminino que acorriam à esmola e ao amparo de um resguardo seguro e com as condições mínimas de sobrevivência.

Desde sempre esta instituição nortenha da ilha de São Miguel assumiu o combate à exclusão social como uma condição da sua existência. Nos tempos mais recentes, a complexidade dos problemas e a multiplicidade das questões envolvidas na luta contra a exclusão obrigam a respostas integradas e que fomentem a participação e responsabilização de todos.

Neste contexto, esta Instituição propôs-se criar um Lar em regime de internamento para jovens do sexo feminino, um Jardim de Infância com capacidade para 60 crianças, e mais recentemente uma Creche com capacidade para 35 crianças, assim como um Centro de Promoção de Emprego Social com uma vertente de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais para mulheres em risco de exclusão social e que queiram prosseguir o seu percurso escolar e enfrentar o mercado de trabalho, concretizando a sua independência económica.

O Centro de Bem Estar Jacinto Ferreira Cabido é parceiro do Instituto de Ação Social, Município da Ribeira Grande, Tribunal de Família e Menores, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Centro de Saúde da Ribeira Grande, entre tantos outros, sendo que ao longo dos anos tem sido desenvolvido um trabalho muito intenso e profícuo com todas essas entidades.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em abril de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do centésimo vigésimo quinto aniversário do Centro de Bem Estar Jacinto Ferreira Cabido, enobrecendo os seus prestáveis e indispensáveis contributos para a erradicação da pobreza e exclusão social, mais concretamente no Concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Instituto de Ação Social dos Açores, à Câmara Municipal da Ribeira Grande, à Junta de Freguesia da

Matriz da Ribeira Grande, assim como aos órgãos sociais do Centro de Bem Estar.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Carlos Freitas e Délia Melo

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Célia Pereira:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pelos cento e vinte e cinco anos do Centro de Bem Estar Jacinto Ferreira Cabido. No assinalar desta data gostaríamos de lembrar e homenagear os dois irmãos fundadores desta instituição e todos aqueles que ao longo desta mais que uma centena de anos constituíram os seus órgãos sociais e deram continuidade àquilo que era o grande objetivo, a grande missão de serviço ao outro, de apoio à comunidade, que esteve na origem da sua criação. Lembrar e homenagear também todas as crianças e jovens, nomeadamente mulheres, que passaram por esta instituição e ali encontram o apoio e acolhimento de que precisavam para uma oportunidade de vida que lhes permitisse ser aquilo que desejavam e ter um sentido de vida mais justo e com maiores e melhores oportunidades. A luta contra a pobreza e a exclusão social é dinâmica, porque são também dinâmicos os problemas sociais. E esta organização, nestes cento e vinte e cinco anos de atividade, soube também corresponder a estes desafios. Conta atualmente com quatro valências que já aqui foram referidas, creche, jardim de infância, lar de internato feminino e, mais recentemente, nos últimos vinte anos, o Centro de Promoção de Emprego Social, que surgiu no âmbito da operacionalização e implementação de um projeto de luta contra a pobreza e que permitiu também levar mais longe aquilo que são os desafios de apoio à inclusão social. Ou seja, não basta

preocuparmo-nos com a educação e com a formação daqueles que estão em risco de exclusão social, é também preciso formá-los, capacitá-los para que sejam autónomos e para que tenham também oportunidade de ingressar no mercado de trabalho em igualdade com os demais. E, portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece e homenageia também o caminho trilhado por esta organização e deixa aqui o seu agradecimento e o seu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para este trabalho. Obrigada.

Deputado Rui Anjos (PS): Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação pelo primeiro centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo de Aqualva, é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares para a sua apresentação.

Deputado Luís Soares: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

Pelo 1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Aqualva

A Sociedade Filarmónica do Espírito Santo da Aqualva é uma instituição de referência que constitui uma marca identitária cultural e associativa do concelho da Praia da Vitória e da ilha Terceira.

Surgida, primeiramente, na segunda metade do século XIX, 1868, inspirada nas bandas dos exércitos liberais, desembarcados em Angra do Heroísmo e

Ponta Delgada, a “Filarmónica Agualvense”, assim denominada, e impulsionada por José Vieira Lopes Barbosa e José Machado Toledo, foi uma das quatro primeiras filarmónicas da ilha Terceira tendo perdurado até 1886.

Inconformados com o fim desta antiga filarmónica, um grupo de cidadãos, liderados pelo Ilustre Doutor Francisco d’Ávila Gonçalves, uniram esforços e vontades, organizaram peditórios para a compra de instrumentos e a 19 de março de 1922 oficializaram a fundação da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva, constituída à época por pouco mais de dez elementos, com o objetivo de “contribuir para o progresso e engrandecimento da freguesia, proporcionando aos seus habitantes alguns passatempos, por meio de tocatas públicas”, conforme consta nos estatutos da sua criação.

Fixou a sua sede junto à igreja da freguesia da Agualva, numa casa oferecida por um particular, a meados do século XX, onde permanece, que conta com um espaço multifuncional composto por uma moderna sala de espetáculos, bar, sala de refeições e núcleo museológico.

Desde então e ao longo do século XX, a história desta instituição é indissociável da cultura e da história da freguesia da Agualva, sendo um pilar aglutinador da comunidade, um espaço de interação social, de aprendizagem, uma escola de formação de músicos e de pessoas, uma marca indelével da freguesia.

Ao longo desta centena de anos, a sua marca identitária, cultural e musical prevaleceu aos mais diversos níveis: nos grupos de teatro, nas danças e bailinhos de Carnaval, nas marchas populares, nas touradas de praça, nas festas tradicionais em louvor do Divino Espírito Santo, bem como nas inúmeras festas de verão que se realizam na ilha Terceira, particularmente, a festa da sua padroeira Nossa Senhora do Guadalupe.

Inexcedível nos seus horizontes, a Filarmónica do Espírito Santo da Agualva conta com várias digressões e participações, a nível regional e internacional,

que constituíram atividades importantes de enriquecimento coletivo e um elo de ligação relevante com a diáspora açoriana.

Versátil e dinâmica, a Filarmónica do Espírito Santo da Agualva tem desenvolvido vários projetos musicais de relevo dos quais se destacam a organização de uma formação musical, o I Concurso de Bandas Filarmónicas da Sociedade Filarmónica do Espírito Santo da Agualva, que contou com a participação de sete bandas da ilha Terceira, assim como a parceria de sucesso com os FadoAlado, em 2019.

Esta trajetória consistente, multifacetada e capaz de se adequar ao passar dos anos, é reflexo do empenho, afínco de mais de meia centena de músicos e diretores musicais, altruístas, abnegados e zelosos para com a filarmónica, assim como dos seus maestros, 14, por sinal, dos quais destaco os mais recentes, Manuel Toledo Valadão, Manuel Avelino, Hélder Lourenço, além do atual regente musical Evandro Machado.

Esta trajetória também é reflexo da dedicação dos seus sócios e de todas as pessoas que perpassaram pelos órgãos sociais desta coletividade ao longo destes 100 anos. Homens e mulheres imbuídos de um espírito voluntário, dinâmico e diligente que se colocaram e se têm colocado ao serviço do progresso cultural daquela que é a mais antiga coletividade cultural da freguesia da Agualva.

Ao longo destes 100 anos de existência, a Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva tornou-se uma referência e uma marca identitária daquela que é a maior freguesia em área da ilha Terceira, sendo um motivo de orgulho e de honra para a freguesia da Agualva, para o concelho da Praia da Vitória e para os Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelo 1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Direção da Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da Agualva, assim como à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Carlos Freitas e Luís Soares.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Eu pretendo associar o PPM a este voto de congratulação pelo primeiro centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo de Agualva. E fazê-lo no âmbito...

Deputada Alexandra Manes: Podia fazer uma declaração política!

O Orador: Eu não percebo porque é que me estão a interromper.

Deputada Ana Luís: Sr. Deputado, para quem não o conhece

O Orador: Quer dizer, é a primeira vez que falo ao longo da manhã e não percebo porque é que Vossas Excelências...

Deputada Ana Luís: Esteja à vontade, Sr. Deputado!

O Orador: Estou a dizer qualquer coisa de problemático? Não estou, pois não? Eu gostava de, Sr. Presidente, ter condições para falar sobre o primeiro centenário da Sociedade Filarmónica Espírito Santo de Agualva.

Aliás, é uma terra que eu conheço bem.

Deputada Ana Luís: O senhor também já tocou numa filarmónica!

Deputado Vasco Cordeiro: Não tocou, porque ele toca é “violino”!

O Orador: Eu fui professor na Terceira, em 1995, já lá vão uns anos. E o que é impressionante é – e como professor posso aqui deixar o meu testemunho – a formação musical que tinham a quase totalidade dos meus alunos. Foi uma coisa que me surpreendeu. Essa formação musical era em grande parte

adquirida nas filarmónicas. Por isso é que eu quero aqui fazer referência ao trabalho que têm vindo a desenvolver as filarmónicas na defesa das nossas tradições que é importantíssimo, na valorização das nossas tradições e na formação de gerações, e gerações, de açorianos.

Deputado Jaime Vieira: Grande reconhecimento, Sr. Deputado!

O Orador: É esta homenagem que eu aqui quero deixar através deste voto. Porque esta homenagem que está especificamente direcionada no âmbito deste voto de congratulação para esta filarmónica, eu quero aproveitar para dizer que é uma homenagem, deve ser uma homenagem geral.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Uma homenagem a todas as filarmónicas da Região Autónoma dos Açores que têm contribuído para a manutenção das nossas tradições e da formação de tantos, tantos, tantos dos nossos jovens.

Deputado João Bruto da Costa: Apoiado!

O Orador: É necessário implementar, é necessário aumentar o apoio às nossas filarmónicas, é necessário dar um contributo ainda maior, porque elas vivem muito do associativismo, que são movimentos voluntários, são movimentos de um empenho cívico muito grande, mas é importante também que se criem as condições institucionais para que elas possam continuar a funcionar e para que possam continuar a ter todas as condições para terem o sucesso que merecem no âmbito da nossa sociedade. É esta homenagem que eu aqui quero deixar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD à atleta Isabel Medeiros. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO À ATLETA ISABEL MEDEIROS PELA CONQUISTA DE MEDALHA DE OURO EM COMPETIÇÃO NACIONAL

A jovem atleta Isabel de Chaves Medeiros, do Clube de Karaté Shotokan Rabo de Peixe, sagrou-se campeã nacional em Kumite Juniores femininos de menos quarenta e oito quilos, no decorrer do Campeonato Nacional Individual no Escalão de Cadetes, Juniores e Sub21, que se realizou no Pavilhão Municipal de Santo Tirso, no qual o clube participou com quatro dignos representantes, dois atletas e dois treinadores.

Isabel de Chaves Medeiros é uma jovem de 16 de idade, nascida e residente na Vila de Rabo de Peixe, que iniciou a prática do Karaté aos quatro anos de idade, por gosto de seu pai, José Francisco Cabral Medeiros, pelas artes marciais, contabilizando já onze anos de prática de karaté, junto com os seus irmãos gémeos Matilde de Chaves Medeiros e Afonso de Chaves Medeiros.

A atleta açoriana conta já com um curriculum de excelência a nível regional, nacional e internacional.

Organizado pela Federação Nacional de Karaté, esta importante competição nacional, que se realizou entre os dias 2 e 3 de abril, contou com a participação de 436 atletas e 104 treinadores, representando 102 clubes e 40 associações de todo o país.

A comitiva açoriana presente em Santo Tirso, completada pelos treinadores Nelson Rego e Miguel Pereira, e também pela atleta Matilde de Chaves Medeiros, todos oriundos de São Miguel, sendo estes verdadeiros embaixadores daquela associação desportiva, como do desporto açoriano.

É, no entanto, de enaltecer que estes resultados são o fruto do trabalho de todo um Clube e o estandarte do esforço, dedicação, afínco e empenho de uma organização que muito orgulha e que faz de Rabo de Peixe uma localidade maior do que já é.

Fundada a 16 de março de 2010, o Clube de Karaté Shotokan Rabo de Peixe conta atualmente com três técnicos com título de treinador de desporto: Anabela De Lurdes Santos Silva – Treinador de Desporto Grau II; Paulo André Santos Silva - Treinador de Desporto Karaté Grau I e Miguel Gomes Pereira – Treinador de Desporto Grau I.

Os praticantes, em número de cinquenta e seis, nos diversos escalões, desenvolvem a sua atividade competitiva em diversos campeonatos regionais, nacionais e internacionais e todos os atletas têm obtido classificações que dignificam o clube e os Açores.

No contexto desportivo, os resultados obtidos aproximaram-se bastante do nível competitivo nacional, com resultados de pódio, na maior parte dos escalões.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação a Isabel de Chaves

Medeiros pela conquista do título de campeã nacional em Kumite Júnior feminino com menos de quarenta e oito quilos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Federação Nacional de Karaté, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto, à Câmara Municipal de Ribeira Grande e à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Carlos Freitas

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Miguel Costa: O Paulo Estêvão agora vai dar um golpe de karaté!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Valdemira Gouveia, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Valdemira Gouveia: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Como não podia deixar de ser, Rabo de Peixe....

Deputado Joaquim Machado: Estava enganado!

Deputado Vasco Cordeiro: É a nossa campeã no Clube Karaté Shotokan!

A Oradora: Pois eu sou de Rabo de Peixe, até me faria mal e não me ficaria bem estar aqui sem dizer nada ainda por cima de uma jovem que eu conheço muito bem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação à atleta de Rabo de Peixe, Isabel Chaves Medeiros, pela conquista da medalha de ouro em competição nacional de karaté. Saudamos também o Clube de Karaté de Rabo de Peixe pelo seu trabalho e pelo seu empenho em prol do desenvolvimento desta e de outras jovens.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

A Oradora: Sabemos que na sequência e no rescaldo de uma crise pandémica como foi esta que ainda atravessamos, que levou também ao isolamento social de crianças e jovens com efeitos nocivos no desenvolvimento socio emocional, é fundamental reconhecermos a importância do exercício físico e do desporto na saúde física e mental destas jovens atletas. O desporto não promove apenas competências físicas e motoras.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Eu fico sempre no meu cantinho a ouvir, com tanta paciência. Não sei o que é que se passa.

Estava eu a dizer que o desporto não promove apenas competências físicas e motoras, ensina também, e principalmente, a importância de superar desafios, colaborar e ganhar habilitações que são cada vez mais importantes para o desenvolvimento das nossas democracias. E é por isto e tudo isto e parecido com isto que o Partido Socialista adere sempre a estas inovações. Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro: Se eu fosse Secretário Regional de Desporto estaria a tremer neste momento!

Deputado Joaquim Machado: Nem isso o senhor consegue ser!

Deputado Vasco Cordeiro: Eu sinto-me muito bem com aquilo que sou! Não quer dizer que não ambicione mais!

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada, não conhecendo pessoalmente a jovem em questão, gostava aqui de transmitir que também nos associamos a esta conquista desportiva

por parte desta jovem. É uma conquista de enorme relevância que enobrece Rabo de Peixe, mas também o conjunto dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer que não sendo o caso da Federação Nacional de Karaté que presta um apoio bastante significativo aos nossos atletas na Região Autónoma dos Açores e que não tem a mesma postura centralista que tem outras federações, o que eu quero aqui revelar é que a conquista desportiva e a afirmação nacional e internacional dos nossos atletas nos Açores faz, muitas vezes, contra o desconhecimento e a falta de apoios por parte das federações desportivas nacionais, que têm vindo a prejudicar os Açores e os nossos atletas. Pura e simplesmente porque têm mais despesa dada à nossa localização e menos conhecimento dos nossos atletas e do seu potencial.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: E isto vê-se, por exemplo, como se organizam provas desportivas. Uma que acompanhei muito recentemente foi a Série Açores de Futsal. O que acontece é que existem três zonas do território continental em que as equipas sobem à divisão superior. Mas a equipa açoriana que aqui triunfa na Série Açores não tem garantida de forma automática essa ascensão e o que acontece é que tem de ir disputar com os segundos lugares das zonas do território continental. Significando um acréscimo de dificuldade acrescido para a afirmação dos clubes açorianos, além de todas as despesas. Por isso é que eu aqui digo e é importante relevar a importância desta conquista desportiva que é feita... e dos jovens açorianos que muitas vezes é feita em condições muito, muito inferiores àquelas que beneficiam os atletas do território continental.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: Isto tem de ser dito, porque isto tem de terminar. Tem de terminar, porque os nossos clubes, os nossos atletas têm dificuldades acrescidas de afirmação. E mais. A própria estrutura das organizações

prejudica gravemente a afirmação dos clubes açorianos no âmbito dos diversos desportos.

Deputado Pedro Pinto: É verdade!

O Orador: A verdade é essa. Porque não podem subir diretamente. Só os clubes do continente é que podem subir diretamente. E nós vamos sempre disputar, liga ilhas, com o segundo e o terceiro lugar. Isto tem de acabar. A discriminação de que são alvos os clubes açorianos e o desporto açoriano tem de acabar. Este centralismo afirma-se em muitas áreas. Em muitas áreas, mas também se afirma...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... no desporto também é uma matéria em que nós temos de remar contra a maré. É difícil e é por isso que este tipo de conquistas em situações de grande desigualdade é importante relevar porque têm um mérito enorme. Têm o mérito de conseguir ganhar, triunfar com muito menos apoios e com muito menos condições. É isto que é importante aqui referir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação também é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a Maria Inês Arruda. Para a sua

apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Vitória Pereira: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

**VOTO CONGRATULAÇÃO A MARIA INÊS ARRUDA PELO
PRIMEIRO LUGAR NO CONCURSO NACIONAL JOVEM
TALENTO DA GASTRONOMIA 2021**

A formanda Maria Inês Arruda, da Escola de Formação Turística dos Açores, com sede no Concelho de Ponta Delgada, participou na 10ª edição do Concurso Nacional Jovem Talento da Gastronomia 2021, que se realizou em Esposende, distrito de Braga, nos passados dias 8 e 9 de fevereiro, tendo arrecadado um primeiro lugar naquele concurso nacional.

Este evento é considerado uma montra de talentos importante para quem ambiciona um futuro profissional mais promissor nas áreas da gastronomia e da restauração.

O concurso destinado a jovens formandos oriundos de escolas hoteleiras espalhadas por todo o país contou com uma participação açoriana de cerca de quatro formandos, todos da Escola de Formação Turística dos Açores, tendo sido acompanhados pelo bartender Diogo Amaral.

A competição em que Maria Arruda participou consistia na criação de dois cocktails distintos num espaço de tempo de 25 minutos, mais concretamente um cocktail clássico e um segundo cocktail criado de raiz e com assinatura de autor.

A jovem micalense competiu na sua categoria com outros 5 alunos oriundos de escolas hoteleiras de todo o país, tendo, nos cocktails criados, optado pela utilização de produtos regionais como o ananás e o chá verde.

De entre os quatro formandos açorianos participantes neste concurso, distinguiu-se a jovem Maria Inês Arruda, de apenas 19 anos de idade, que

venceu na categoria "Barman Inter" com um cocktail "Negroni Twist" na modalidade de cocktail clássico, e um cocktail "TNT" na modalidade de cocktail contemporâneo. Este prémio permitirá à formanda a participação em importantes certames dedicados à Gastronomia e a um contrato de trabalho no Grupo Platform.

É de salientar que o cocktail premiado continha sabores típicos dos Açores, nomeadamente o ananás e o chá verde, produtos regionais que conferiram um toque muito nosso à bebida. Também foram utilizados outros sabores regionais como o maracujá, a conteira e a amora silvestre em cocktails preparados pelos restantes formandos açorianos em prova.

A utilização dos nossos sabores na preparação dos cocktails premiados coloca ao mais alto nível a qualidade e a excelência dos nossos produtos, podendo assim assegurar a sua procura em outros mercados e contribuir para o crescimento das nossas exportações. O prémio conquistado vem comprovar o enorme potencial do exotismo e originalidade dos nossos sabores.

Para a Escola de Formação Turística dos Açores esta é mais uma vitória das muitas que conquistou ao longo da sua história. Este estabelecimento de ensino ministra cursos formação inicial (nível IV e Qualificação pós-12º ano) e formação contínua nas áreas de cozinha, pastelaria, restaurante, bar, receção, turismo, gestão hoteleira e de restauração, e serviços de andares e quartos. A Escola disponibiliza também serviços de consultoria em diversas áreas, com particular enfoque para a restauração.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo prémio conquistado pela formanda Maria Inês Arruda da Escola de Formação Turística dos Açores no Concurso Nacional Jovem Talento da Gastronomia 2021.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Maria Inês Arruda, aos órgãos de gestão da Escola de Formação Turística dos Açores e à Junta de Freguesia da Ribeirinha.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Carlos Freitas e Vitória Pereira

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação a Maria Inês Arruda por ter vencido o Concurso Nacional Jovem Talento de Gastronomia. Isto é uma prova de que há talento nos Açores. Os jovens açorianos são talentosos. São tão talentosos ou mais até do que os jovens que vivem no continente.

Deputado Jaime Vieira: Muito bem!

O Orador: E não é pelo facto de vivermos isolados no meio do oceano Atlântico que faz com que não tenhamos tantas capacidades ou tenhamos menos capacidades que os restantes. Significa isto também que os nossos professores são bons e as nossas escolas estão bem equipadas, que propiciam o desenvolvimento destes talentos inatos. E, portanto, estes prémios revelam várias coisas. Revelam a assertividade do investimento feito nas escolas,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... a assertividade no investimento feito na formação dos nossos professores que depois transmitem os seus conhecimentos aos nossos alunos.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: E, portanto, está de parabéns (está de parabéns!) a Escola de Formação Turística dos Açores, como está de parabéns esta jovem, mas

também todos os seus colegas que seguramente contribuíram para que ela pudesse desenvolver o que de melhor há de si e que se traduziu neste prémio. Muitos parabéns.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar. Sras. e Srs. Deputados, estamos numa votação. Vamos repetir a votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente de Assembleia: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD pela distinção dos queijos Ilha Azul e Capelinhos. É apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação

DISTINÇÃO DOS QUEIJOS CURADO ILHA AZUL E CAPELINHOS NO 12º CONCURSO DE QUEIJOS PORTUGUESES

Os Queijos de Prato Curado Ilha Azul e Capelinhos foram premiados no 12º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada, organizado pelo Centro Nacional de Exposição e Mercados Agrícolas. Este

evento que decorreu no início do mês de março **voltou a colocar em destaque os produtos portugueses ao promover vários concursos nacionais.**

A distinção do queijo Prato Curado Ilha Azul com medalha de ouro e do Queijo Capelinhos com medalha de prata, são resultado de provas cegas de diversas amostras, com representação de várias regiões de Portugal.

Originário da ilha do Faial e produzido pela Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF), o Queijo Prato Curado Ilha Azul, proveniente de leite de vaca pasteurizado, é um queijo curado de pasta semidura com sabor e características próprias. O Queijo Capelinhos, também proveniente desta cooperativa, é um queijo curado de pasta semidura, feito com leite de vaca pasteurizado e com 4 meses de cura mínima.

A CALF tem como principal atividade a produção de queijo e de manteiga, criados com a melhor matéria-prima que a natureza dos Açores tem para oferecer, **reconhecidos pela qualidade** ímpar dos seus produtos resultado do forte investimento ao nível da valorização dos queijos na ilha do Faial.

Com o processo de fabrico do queijo pretende-se obter uma composição ótima em termos de humidade, acidez, gordura, proteína e minerais, em especial cálcio, sendo que este objetivo apenas é alcançado através de uma criteriosa seleção das matérias-primas e um apertado controlo das condições de processamento.

Inaugurada em 1943, a CALF iniciou a sua atividade produzindo então apenas manteiga, tendo na década de 70, começado também a fabricar queijo. Com a dedicação dos seus dirigentes, colaboradores, associados e de todos os operadores envolvidos no processo de fabrico e comercialização dos produtos lacticínios, a CALF honra-se de ter acumulado nos últimos anos diversos prémios e menções honrosas ao nível regional e nacional, elevando assim a qualidade de uma vasta variedade de produtos sobejamente conhecidos e consumidos no país e além-fronteiras.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos prémios arrecadados pelos queijos de Prato Curado Ilha Azul e Capelinhos no 12º Concurso Nacional de Queijos Curados Tradicionais Portugueses do qual deve ser dado conhecimento formal à Direção da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, à Câmara Municipal da Horta e à Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Horta, Sala das Sessões, 21 de abril de 2022.

Os deputados regionais: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Carlos Freitas e Salomé Matos

Deputado Flávio Soares: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Em boa hora, a Sra. Deputada Salomé Matos traz-nos este voto de congratulação da distinção do Queijo Ilha Azul e Capelinhos, no décimo segundo Concurso dos Queijos Portugueses. Várias vezes que estes produtos da CALF foram reconhecidos, para além também da Manteiga Ilha Azul, e várias vezes também esta Assembleia fez aqui o seu reconhecimento. Mas considerando, de facto, a qualidade dos produtos e a importância do setor agrícola para a economia dos Açores, penso que nunca é demais recordar a importância também que estes prémios trazem ao nome dos nossos produtos e ao reconhecimento da nossa Região. Permita-se, Sr. Presidente, no entanto, que, considerando que para o ano, em outubro, a CALF fará oitenta anos e que em breve, daqui a dois anos, irá comemorar-se os vinte anos da nova fábrica, que também possa fazer aqui um reconhecimento à importância desta cooperativa para a ilha do Faial.

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

A Oradora: Recordava que em 1960 foi inaugurada a primeira fábrica da CALF, na freguesia dos Cedros, transformando desta forma, de forma radical, não só o setor produtivo, mas também a criação de emprego numa zona que por estar mais distante do centro urbano era de si também mais fragilizada e, por isso, também e porque não há produtos sem a sua fábrica, gostaria que fizéssemos este reconhecimento à importância desta fábrica, que é uma das maiores da ilha do Faial e também uma das maiores ao nível do setor agrícola dos Açores,...

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

A Oradora: ... para a dinâmica agrícola, para a base da lavoura nesta ilha e acima de tudo para a criação e manutenção de emprego da nossa ilha. A verdade é que a CALF, como todas as outras unidades fabris das nossas ilhas, confronta-se com vários problemas, problema da falta de matéria-prima para laborar. Recordava também que nos primórdios da nova fábrica dos Cedros chegou-se a laborar dezasseis milhões de litros de leite, número que está muito atrás de se produzir atualmente. E, por isso, aproveitava o reconhecimento que se faz aqui aos seus produtos para instar a todos que não nos esquecêssemos da importância deste setor para a economia dos Açores, neste caso particular para a ilha do Faial,...

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem! Apoiado!

A Oradora: ... nomeadamente ao nível da importância dos recursos humanos que afeta, para que efetivamente, perante as dificuldades que se atravessa e que não são de hoje e que já decorrem há muito tempo, mas que se consiga perspetivar futuro para estas unidades fabris, futuro para esta área da agricultura açoriana antes de nos confrontarmos com becos sem saída que, de facto, nessa altura, será tarde demais. Aproveitava também, uma vez que ainda há bem pouco tempo, há cerca de duas semanas, foi eleita uma nova Direção para a CALF, de cumprimentar o Dr. Hélder Costa que agora assume a responsabilidade de conduzir a fábrica, os seus cooperantes e a qualidade dos seus produtos a bom porto, mas também gostaria de fazer aqui uma

referência ao Sr. José Agostinho Silveira que por mais de vinte anos liderou esta unidade fabril, esta cooperativa, estando nos momentos-chave, nomeadamente ao nível da construção da nova fábrica em 2004, e desejava assim ao Dr. Hélder Costa as maiores felicidades, dando também desta bancada todo o nosso apoio, esperando que, efetivamente, esta fábrica e esta cooperativa se mantenha com a importância que esteve até agora, desejando acima de tudo que as dificuldades que eles enfrentam possam ser ultrapassadas a bem da agricultura da ilha, mas também a bem da agricultura dos Açores. E através dele, naturalmente, cumprimentar todos os dirigentes, todos os cooperantes porque, de facto, só é possível conseguir conquistar este reconhecimento a nível nacional e internacional quando há muito trabalho de equipa e, portanto, nunca é demais congratular e reconhecermos o trabalho de todos nesta matéria. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Alexandra Manes: Sr. Deputado Bruno, não quer também fazer um voto sobre a ilha das Flores?

(*) **Deputado Rui Martins:** A Sra. Deputada Alexandra Manes pode intervir também e falar das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto de congratulação, porque consideramos que em boa hora, efetivamente, o PSD se lembrou de trazer este voto e de assinalar, no fundo, esta distinção. Esta distinção é o reconhecimento do valor acrescentado e intrínseco cujos produtos lácteos açorianos têm. Acaba por comprovar aquela que é a diversidade de produtos que nós temos e que cada uma das nove ilhas consegue produzir produtos lácteos de diferentes produtos e com esse valor acrescentado e, no fundo, no seguimento daquilo que foi referido na intervenção que me precedeu pela

Deputada Ana Luís, acabam por ser estes prémios também que nos permitem afirmar, com propriedade, que nós possuímos, efetivamente, produtos de valor acrescentado. Porque eles são reconhecidos fora de portas e isso devemos honrar a todos, deve honrar a lavoura açoriana. E convoca-nos a todos a que haja, efetivamente, investimentos ou, pelo menos, uma salvaguarda da manutenção destas indústrias. Não poderia deixar, também, de aproveitar a oportunidade para dizer que este reconhecimento também premeia o engenheiro por trás dando mérito profissional, por trás do fabrico do Queijo Ilha Azu, que temos a honra de estar a presidir aos nossos trabalhos e não podia deixar passar essa oportunidade...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É um mérito profissional também que aqui fica relevado com esta distinção. E aproveito, ainda, para, obviamente, no seguimento, uma vez que a CALF agora tem novos corpos dirigentes, de também estender essa saudação a esta nova Direção com votos de sucesso, uma vez que o sucesso desta administração e o sucesso da gestão e da manutenção da CALF será o sucesso também dos produtos e da diversidade dos produtos lácteos açorianos, da existência de produtos lácteos no Faial com qualidade e será também o sucesso da lavoura faialense e isso importa relevar e, por isso, fica aqui também essa saudação. E, em boa hora, agradeço o PSD ter trazido aqui este voto para que pudéssemos fazer esta apreciação. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes: Agora sim, o especialista em queijos!

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Inscrevo-me apenas para subscrever o que aqui foi dito pela Sra. Deputada Ana Luís...

Deputada Alexandra Manes: Oh!

Deputado Miguel Costa: É o amor!

O Oradora: ... em relação à excelência deste queijo que aqui foi premiado e da produção que é realizada no Faial e também nos Açores, e também aquilo que foi referenciado pelo Sr. Deputado Rui Martins. Mas também por uma questão...

(Aparte inaudível do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro irá perceber porque é que eu me inscrevi também, se estiver atento, porque acho que é...

Deputado Vasco Cordeiro: Não tenho essa capacidade.

O Orador: Não, às vezes consegue.

Deputado Vasco Cordeiro: Nem às vezes!

O Orador: Já que estamos a fazer referência a este concurso é de justiça dizer que também o Queijo de São Jorge foi premiado neste mesmo concurso. Foi premiado neste mesmo concurso. E eu achei que era importante, já que estamos a discutir esta prova e a fazer referência a esta distinção, que também um outro queijo açoriano, também com um enorme prestígio, que foi premiado na mesma prova, e, portanto, esta referência era uma referência que o Parlamento dos Açores não podia deixar de fazer. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, veja que fez todo o sentido eu ter feito esta referência, que é uma referência de justiça também para o Queijo de São Jorge e para o conjunto daquela que é a atividade de excelência que os Açores desenvolvem nesta matéria.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então votar este voto de congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente da Assembleia: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para?

Deputado Pedro Pinto: Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa, se faz favor.

Presidente da Assembleia: Tem a palavra para a interpelação.

Deputado Pedro Pinto: Era para pedir, nos termos do Regimento, um intervalo de meia hora, se faz favor.

Presidente da Assembleia: É regimental, está concedido. Regressamos daqui a 30 minutos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Senhor Deputado António Lima pede a palavra para? Uma interpelação. Faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Senhor Presidente, eu gostaria, nessa interpelação, de, por um lado, solicitar um esclarecimento à Mesa e, por outro

lado, fazer chegar um documento à Mesa. O esclarecimento prende-se com a ordem de trabalhos e o período que estamos, que está a decorrer, o chamado “período de tratamento de assuntos políticos”. Gostaria de questionar a mesa sobre o que é que se seguiria a este período de leitura e votação de votos e se confirma que se seguiria a este período as declarações políticas, em que a primeira seria uma declaração política do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda? É que me parece que o que hoje nós assistimos, e gostaria de que confirmasse isso, foi uma censura de gaveta utilizando os instrumentos que o Regimento permite, mas uma censura por parte da coligação, uma censura que demonstra bem, na minha opinião, e peço a sua opinião Senhor Presidente, a visão que a coligação tem sobre o que é a democracia,...

Deputada Sabrina Furtado: E ontem?

O Orador: ...sobre o que é o direito da oposição e o desejo recalcado que têm de um regresso aos tempos idos da outra senhora e que vamos celebrar, felizmente, o seu fim na próxima segunda-feira. Senhor Presidente, gostaria também de fazer chegar um documento à mesa. É que esta atitude da coligação demonstra outra coisa. É que a coligação tem um sentimento escondido, que é um sentimento de medo. De medo do Bloco de Esquerda.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Deputado Joaquim Machado: Medo de...?

O Orador: Porque impedir uma declaração política, utilizando os mais baixos truques regimentais, é um sinal que só pode ser de medo.

E, Senhor Presidente, eu gostaria de fazer chegar à mesa, porque, como diz o povo “quem tem medo adota um cão”, numa versão mais moderna, gostaria de fazer chegar este cãozinho para distribuir por ...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra a foto de um cão)

... todas as senhoras e senhores Deputados, especialmente ali ao senhor Deputado Paulo Estevão, que este cãozinho, julgo eu, fará muito bem ao medo da coligação. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado: Ao que a gente chegou, ao nível de um cãozinho!

Deputada Alexandra Manes: Já tivemos carrapatos!

(*) **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, senhor Deputado. Senhoras e Senhores Deputados, o senhor Deputado António Lima colocou-me duas questões que eu gostaria de responder se os senhores se me permitirem. Coloca o senhor Deputado a questão se a seguir aos votos seriam as declarações políticas. Sim senhor, confirmo e seria o Bloco de Esquerda a fazer uma declaração política. Sobre a minha opinião sobre a solicitação da utilização das figuras regimentais, compete a cada grupo parlamentar fazê-lo e geri-lo.

Vozes de alguns Deputados da Câmara: Muito bem!

Presidente: O apelo que faço é para que usamos todos essas figuras a bem do prestígio deste Parlamento. É esse o apelo que faço a todos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Presidente: A todos. Tem a palavra o senhor Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa: Muito obrigado Senhor Presidente. Uma interpelação para referir o seguinte.

Presidente da Assembleia: Senhor Deputado, tem a palavra para uma interpelação que tem que pedi-la em primeiro lugar. Faça o favor.

Deputado João Bruto da Costa: Sim, eu pedi para interpelação.

Presidente da Assembleia: Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado, Senhor Presidente. Pensei que tinha percebido. Por isso é que me dirigi logo a vossa excelência. Para referir o seguinte Senhor Presidente. Ontem, ao meio-dia e vinte, o

Bloco de Esquerda estava, se não estou em erro, e peço-lhe que me confirme, a 40 minutos antes de terminar os trabalhos, era a vez do Bloco de Esquerda efetuar a sua declaração política. Absolutamente ninguém, nesta bancada ou, que eu saiba, em nenhuma bancada, impediu o Bloco de Esquerda de realizar a sua declaração política. E foi o próprio Bloco de Esquerda que prescindiu de ontem realizar a sua declaração política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, esta interpelação, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por parte do senhor Deputado António Lima, de uma forma acintosa e jocosa com este Parlamento, querendo distribuir imagens de cãesinhos,...

Deputada Alexandra Manes: Já vimos antes: carrapatos, térmitas!

O Orador: ... é de todo desprestigiante para esta Casa e, em meu nome, em nome da bancada do Partido Social-Democrata, quero dizer a vossa excelência que, na condução dos trabalhos, há limites para a brincadeira de mau gosto com que o Bloco de Esquerda tradicionalmente nos brinda nestes plenários. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está registada a sua interpelação. Senhora Deputada Catarina Cabeceiras pede a palavra para?

Deputada Catarina Cabeceiras: Para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia: Faça o favor. Tem a palavra senhora Deputada.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras: Obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Queria perguntar à mesa, ontem qual é que foi o partido... se o Bloco de Esquerda não teve oportunidade de fazer a sua declaração política, uma vez

que realizou o PSD a sua declaração política, realizou o CDS e, na própria conferência de líderes o Bloco tinha dito que tinha a sua declaração política. Portanto, queria perguntar se existiu, em alguma circunstância, algum momento que alguém impedisse o Bloco de fazer a sua declaração política. E depois também queria perguntar ao Senhor Presidente, se essa gestão não é feita de cada grupo, porque, no caso do CDS, ainda a nossa opção foi não apresentar votos durante as outras manhãs, e realmente tínhamos a nossa declaração política. E hoje estamos a apresentar os nossos votos numa gestão, e queria perguntar isso ao Senhor Presidente, que é legítima de cada grupo e representação parlamentar. E também queria questionar a Mesa, se ocorreu alguma situação esta manhã que não estivesse prevista no Regimento? E, para terminar, considero que é lamentável, sim, trazer imagens, neste caso, de um cãozinho, para entregar e para ser distribuída à mesa e aos Deputados desta casa. Isso sim é que é de lamentar. Muito obrigada.

Deputada Alexandra Manes: Se fosse touros, é que era bom!

(*) **Presidente da Assembleia:** Senhora Deputada, está registada a sua interpeleção. Sim, confirmo, ontem, que era a vez do Bloco de Esquerda e poderia ter feito a sua declaração política, mas o Bloco de Esquerda explicou, em conferência de líderes, aqui à volta dessa mesa, as razões que, na altura, invocou para que não o pudesse fazer naquele momento.

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, tem a palavra para?

Deputado Pedro Neves: Senhor Presidente, neste caso é para ajudar os trabalhos do Senhor Presidente e também para...

Presidente da Assembleia: É uma interpeleção. Faça o favor.

Deputado Pedro Neves: Não, não, não. Para prestígio desta Assembleia, o intervalo regimental, porque já estamos um bocado fartos desta conversa. Obrigado.

(*) **Presidente da Assembleia:** Senhor Deputado Pedro Neves, o senhor Deputado António Lima tinha pedido a palavra. Permite-lhe que eu lhe

conceda a palavra antes do intervalo? O intervalo é regimental. O senhor Deputado António Lima estava inscrito antes do senhor Deputado Pedro Neves pedir o intervalo regimental.

Deputado Pedro Neves: Peço imensa desculpa, Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia: O intervalo é regimental. Está concedido.

Deputada Alexandra Manes: Desligam micros nas comissões, impedem deputados de falar! Chama-se censura! Isto realmente devia ir para fora!

Presidente: Encerramos os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15.

Eram 12 horas e 48 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco Costa ocupou o seu lugar de Secretário na Mesa)

Presidente da Assembleia: Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo, ontem terminámos os nossos trabalhos relativamente à agenda, com a votação na generalidade do projeto de decreto legislativo regional n.º 49/XII, “Regime jurídico da taxa turística regional” – uma iniciativa apresentada pela representação do PAN. Vamos iniciar o debate e as votações na especialidade. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos então iniciar as votações. Coloco à votação o artigo 1.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento n.º 3 apresentada pelo PS ao artigo 2.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O aditamento colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS e 1 do Deputado Independente; 2 contra do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 2.º do diploma com esta proposta de aditamento que acabámos de introduzir. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Os dois próximos artigos, o 3.º e o 4.º, não foram alvo de propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação o 3.º e o 4.º artigos do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 3 e 4 colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado

Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao n.º 4 do artigo 5.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do Chega e 1 do PAN; 1 a favor do Deputado Independente; 20 de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 5.º do diploma à votação. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 5.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: O artigo 6.º e artigo 7.º não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 6.º e 7.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 6.º e 7.º colocado à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao n.º 2 do artigo 8.º. As Sras. e

Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 2 contra - 1 contra do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 20 de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 5 do artigo 8.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE; 1 voto contra do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente; 20 de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 8.º com as propostas de alteração que acabámos de aprovar. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 8 colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: O artigo 9.º, 10.º e 11.º não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação os artigos 9.º, 10.º e 11.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 9.º, 10.º e 11.º colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 12.º. Coloco à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 12.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 1 voto contra do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 6 do artigo 12.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração ao n.º 6 do artigo 12.º colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 1 voto contra do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 12.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 12.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado

Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao artigo 13.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 1 voto contra do Chega e 1 voto contra da Iniciativa Liberal; 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 13.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 13.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Pergunto à Câmara se posso colocar os últimos dois artigos à votação em conjunto? Então, estão à votação os artigos 14.º e 15.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 14.º e 15.º colocado à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Votação final global. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O projeto de decreto legislativo regional n.º 49/XII foi aprovado em votação final global com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: O Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para uma declaração de voto. Faz favor. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Senhores Membros do Governo.

Isto não é uma vitória do PAN, é desta Assembleia e, obviamente, é destes açorianos todos que estiveram a ver todos os episódios relativamente à taxa turística. O PAN não está contra os empresários, pelo contrário, com esta taxa turística estamos a favor da sustentabilidade e da preservação da biosfera, que é isso que faz com que os turistas venham para os Açores, para que haja mais dormidas para os nossos empresários que neste momento não estão a perceber a situação. E esta é uma taxa turística para defender o nosso património natural! Não é para hoje, não é para amanhã, mas é para longo e é para muitas, muitas centenas de anos esta preservação natural! Para que não aconteça como em várias ilhas neste mundo, nomeadamente, em algumas RUP, que rebentaram completamente com o património natural para meter betão, para meter interesses económicos, para meter interesses políticos instalados dentro das ilhas da RUP. E ainda bem que nos Açores isso não aconteceu! Sinto-me contente com essa situação e com uma taxa turística que é justa e que, não se esqueçam, é apenas para 2023, onde o fluxo turístico está a ser muito similar àquilo que aconteceu dos nossos records de 2019. Por isso, parabéns a todos os açorianos. Muito obrigado.

Deputado Rui Anjos: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O diploma que acabou de ser aprovado aqui nesta Casa não é propriamente, passo a expressão, a luz dos meus olhos. Eu, como disse aqui ontem, não sou nada adepto de taxas e taxinhas, mas o que estava aqui em causa, e conforme disse ontem, era a opção entre a possibilidade de termos a curto prazo taxas municipais turísticas em todos os municípios dos Açores, essa eventualidade, ou a possibilidade de termos uma taxa regional que possa de alguma forma ser mais abrangente e trazer também aqui alguma equidade aos municípios onde a taxa de dormidas será menor, pelo número menor também de espaços para essas mesmas pernoitas. O que é certo é que o diploma foi aprovado conforme as votações que agora decorreram.

Tenho pena que não tenha sido acautelado, por parte de quem votou esse diploma, as propostas que, entretanto, apresentei, nomeadamente, há uma que me era bastante cara, que era a possibilidade de proporcionar aqui uma comissão aceitável aos intervenientes nessa situação, aqueles que constroem os edifícios, que mantêm os edifícios, que recebem, que muito longe levam a imagem de boa receção do povo açoriano. A eles apenas é atribuído uma taxa de 2,5% para fazer face à estrutura de custos que representará também manter a plataforma a funcionar, fazer os respetivos pagamentos dessas taxas turísticas. É pena que isso não tivesse sido acautelado, o que mostrou que essa taxa turística ficou, no meu entender, manchada por um pendor demasiado esquerdista dessa mesma taxa turística. Lamento que isso tenha acontecido, mas isso não me fez mudar de ideias na minha votação final,...

Deputado Nuno Barata: O Bloco de Esquerda não sabia!

O Orador: ... porque continuo a achar que entre dois males, o mal de uma taxa regional será sempre melhor do que uma taxa em separado dos eventuais 19 concelhos que pudessem aderir a essa taxa municipal.

Lembrar ainda também que teremos pela frente mais de seis meses para avaliar essa situação, perceber quais são os fluxos turísticos que irão existir durante o resto deste ano e perceber efetivamente até que ponto é que o anunciar dessa taxa turística pode influenciar esses fluxos turísticos. Eu estou em crer que não há de ser por aí! Vamos ver. Nada é estanque. Se o tempo determinar que efetivamente poderemos ter outra solução de taxa turística nos Açores que possa melhor servir os açorianos, pois estaremos aqui a seu tempo para apresentar propostas de alteração que sejam mais adequadas a este assunto. Lembrar ainda que, e contrariamente àquilo que hoje foi tornado público, a minha posição não zigzagueou nada relativamente a isso. Eu continuo a dizer que não gosto de taxas e taxinhas, mas reconheci nessa iniciativa do PAN uma possibilidade de fazermos aqui algo que fosse mais moderado e que expusesse menos os Açores, os empresários açorianos, a nossa boa forma de acolher, do que uma taxa que fosse eventualmente praticada em todos os municípios, em todos os dias que outras pessoas que nos visitem tivessem que pagar essa taxa. Com esse decreto legislativo regional, conforme já ficou aprovado, estamos a falar apenas no limite de 4 dias, portanto, isso de alguma forma tranquiliza aquela que é a minha linha de pensamento, e vamos avaliar o futuro e vamos pensar que quem nos visita não se preocupa tanto com a taxa turística, mas acima de tudo com a qualidade do serviço, que estou em crer que vamos continuar a prestar enquanto bom povo acolhedor que sempre fomos. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado José Pacheco, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco:** Sr. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas para dizer, o Chega votou contra esta taxa turística, somos contra taxas e daqui não saímos até que a coisa se resolva. E como diz o nosso bom

povo, “antes de vender os pintos, vamos é tratar da galinha”, e aqui fez-se o contrário. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faz favor, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente a criação da taxa turística regional por considerar que esta é uma medida importante, que permitirá, em primeiro lugar, tornar o setor turístico nos Açores mais sustentável. Tornará mais sustentável, pois a sua receita terá como fim a área ambiental, a preservação das nossas áreas ambientais sujeitas a visitação, preservando-as, mantendo-as, numa medida que não terá um custo de 1 euro que seja para os contribuintes açorianos, pelo contrário, libertará recursos para outros investimentos que são igualmente necessários, e são muitos, na nossa região. Com uma medida que será um pequeno contributo que quem nos visita, estou certo, não terá qualquer problema em dar para manter estas ilhas o melhor mantidas possível, assim se governe as ilhas bem. E estou certo que quem está hoje reticente, ou mesmo quem se opõe a esta taxa, daqui a alguns anos irá reconhecer a sua importância e será algo que, com toda a normalidade, toda a gente aceitará e reconhecerá a sua importância, a sua utilidade, e não quererá de certeza voltar para trás a um tempo que ela não existia. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Senhores Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal votou contra o diploma que aqui foi aprovado, porque, convictamente, somos contra qualquer tipo de regime de taxas suplementares, de impostos indiretos, de formas enviesadas de financiar estruturas públicas e

somos contra este tipo de assalto que é feito aos pequenos e médios empresários da nossa região,...

Deputados Paulo Estêvão e Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: ... que ao longo dos últimos anos têm investido no alojamento local, porque estes pequenos e médios empresários, são eles que vão diretamente liquidar essa taxa, porque vendo os seus alojamentos nas plataformas, ou o fazem refletir no preço, ou terão eles que fazer refletir na sua margem de lucro.

Deputado Carlos Silva: Isso não é para si, Sr. Deputado

O Orador: E convictamente votámos contra este diploma, porque entendemos que ele usurpa poderes das autarquias locais, usurpa poderes das assembleias municipais consignados na lei de financiamento das mesmas autarquias. E temos até dúvidas da constitucionalidade desse diploma!

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: Temos inclusivamente dúvidas da constitucionalidade deste diploma! Por uma razão simples – que de facto a Constituição da República Portuguesa permite que as regiões autónomas atribuam taxas de acesso a zonas públicas, mas não diz que as regiões autónomas podem atribuir taxas de acesso a todas as zonas públicas! Uma coisa é consignar o cobrar uma taxa de acesso a um determinado espaço público, outra coisa é aplicar uma taxa a todos os cidadãos que visitam a Região Autónoma dos Açores por mais de quatro dias, por terem acesso a zonas públicas. Ora, supúnhamos que eu desembarco no Aeroporto de Ponta Delgada vindo de Copenhaga, fico 4 dias num alojamento local, como nómada digital, a trabalhar, não vou às Sete Cidades, não vou à Lagoa de Fogo, não vou às Furnas, não vou a lado absolutamente nenhum! Do alojamento local vou para o aeroporto. O que foi que eu gastei dos bens públicos da Região Autónoma dos Açores? Zero! Ora aí está uma coisa que viola claramente aquilo que está escrito na Constituição da República Portuguesa, no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e, nomeadamente, no artigo 57.º da Lei do

Financiamento das Regiões Autónomas, que são leis habilitantes do presente diploma. E é por isso, por estas razões, e pela razão de princípio que disse de início, que a Iniciativa Liberal votou contra este diploma, que é um diploma que não serve os interesses da Região Autónoma dos Açores. Fica a esquerda parlamentar e o Sr. Deputado Independente colados a esta nódoa que fica na nossa legislação regional.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais intervenções para declarações de voto? Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS-PP não se revê na aprovação deste diploma pelos partidos da oposição com assento nesta Assembleia e que institui uma Taxa Turística Regional nos Açores. A aprovação desta medida ocorre contra o parecer de todas as entidades auscultadas, ou seja, da sociedade civil e dos elementos que nós achámos pertinentes serem ouvidos para o caso de se aplicar esta taxa, que já se mostraram até hoje desagradavelmente surpreendidos com a aprovação desta taxa, e tenho aqui, que depois poderei fazer chegar à Mesa para distribuição, os comunicados de imprensa...

Deputado Vilson Ponte Gomes: Também temos!

O Orador: ... também que já saíram de várias associações acerca da taxa aprovada. A taxa, numa situação ainda periclitante da economia turística açoriana, não é oportuna, a taxa turística não proporciona nenhum serviço adicional ao turista, ou que seja por si perccionado. Afirmamos que nem do

ponto de vista da higienização de instalações sanitárias esta taxa implicaria qualquer melhoria. Apresentaram-se, outros, como vanguardistas, dizendo que olhavam para a frente e que ela seria para aplicar em trilhos, por exemplo – ora, quando a gestão dos trilhos é feita pelo Governo regional e o proponente atribui as verbas aos municípios, quem é que afinal está na vanguarda? Foi afirmada uma coisa e quis-se legislar outra. Isto foi a proposta do proponente! Argumentaram que a taxa servirá para proteger o património natural e ambiental, no entanto, não existe a mesma oferta turística de camas em todos os municípios, pelo que a taxa reverte para o município com mais alojamento. Por exemplo, muitos dos que visitam o Nordeste dormem em Ponta Delgada, pelo que a taxa turística reverterá para o município de Ponta Delgada. Onde estará a reposição ambiental, então, no sítio que foi visitado? – isto era a proposta! A proposta do PAN. Poderemos estar a falar, a muito breve trecho, por causa de taxas que já existem noutras paragens, que antes de se chegar aos Açores, umas que já existem e outras que já foi anunciada a sua intenção, de um encargo adicional, para uma família de 4 pessoas, de 40 euros, sem qualquer retorno evidente para o taxado e sem ter sequer a pessoa saído do seu alojamento para visitar o que quer que fosse. Isto é um facto! Usurpa recursos das autarquias locais...

Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

O Orador: ... que têm o impacto económico e sofrem com o impacto económico do aumento dos gastos com a gestão de resíduos e com a rede de abastecimento de águas, assim como a manutenção de espaços exteriores. Reitero por isso, ou digo por isso, que há nesta casa quem se foque, e isso foi patente no debate que aqui assistimos, apenas nos malefícios do turismo (só falaram em malefícios do turismo). Aparentemente, não se vislumbra qualquer benefício desta atividade na economia.

Reitero que o CDS considera que esta é uma medida inoportuna, careceria de aprofundamento, quanto mais não seja para garantir que há um efetivo retorno para quem nos visita e que isso garante espaços públicos mais

cuidados, instalações sanitárias mais higienizadas e que se consiga proteger melhor o ambiente e os nossos monumentos naturais, e que essa pressão não depaupere o nosso património – nada disso esta taxa garante ou salvaguarda, nada disso esta taxa impede que haja uma duplicação com taxas municipais. Espero por isso começar (e esperamos no CDS) hoje a ver nas páginas de internet, os partidos que aprovaram esta taxa, as congratulações pela imposição nos Açores da taxa turística regional. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Deputado Pedro Neves: O Sr. Deputado só diz em voz alta aquilo que lhe escreveram!

Deputado Paulo Estêvão: Tenha calma! Tenha calma!

Deputado Pedro Neves: O Sr. Deputado Paulo Estêvão é que diz!

Deputado Carlos Silva: Deixem a Deputada Elisa falar!

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Elisa Sousa: Eu tenho tempo! Estou tranquila.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Elisa Sousa faça a sua... Sr. Deputado Pedro Neves, vamos permitir que a Sra. Deputada Elisa Sousa faça a sua declaração de voto, se faz favor. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Elisa Sousa:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A aprovação na generalidade desta iniciativa, por si só, já gerou forte contestação junto de diversas entidades ligadas ao setor do turismo,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... nomeadamente, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a AHRESP, Associação de Alojamento Local, Núcleo de Empresários da Lagoa – só a aprovação na generalidade! O Grupo Parlamentar do PSD-Açores é frontalmente contra a aprovação desta iniciativa que prevê a criação de uma taxa turística regional no momento e na forma como se pretende aplicar.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E votamos contra este Projeto de DLR, porque consideramos que o setor turístico, ainda que seja um setor em franca expansão, é vulnerável, não estando completamente consolidado o destino Açores. Numa altura em que é necessário aumentar a atratividade das nossas ilhas,

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: ... a mensagem que estamos a passar com a aprovação desta taxa é precisamente uma mensagem contrária – estamos, não a incentivar os turistas, mas sim a dizer: “Existe”... “Os Açores criaram uma taxa turística, venham visitar-nos” – é esta a mensagem que nós estamos a passar neste momento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O PSD vota contra esta taxa, primeiro, porque temos sérias dúvidas relativamente à legalidade desta medida,...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: ... depois, porque entendemos que esta poderia e deveria ser uma competência dos municípios, porque os Açores têm 19 municípios, cada um deles diferente, e nós não podemos criar uma taxa que seja igual para todos quando esses municípios são efetivamente todos diferentes!

Esta poderia e deveria ser uma competência de cada um dos municípios. E, portanto, nós temos sérias dúvidas da legalidade desta medida e da forma como ela foi criada aqui.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: Outra razão que nos leva a votar contra esta medida, é porque acreditamos que a criação desta taxa vai implicar mais burocracia, mais custos, não só para quem nos visita, mas também para os empresários, que irão trabalhar, no fundo, um bocadinho para o Governo a cobrar uma taxa!

Uma taxa que não faz sentido que seja cobrada pelos empresários! E, portanto, não serão estes 2,5% que foram aprovados aqui... 2,5% de 1 euro são 2 cêntimos e meio por euro! 2 cêntimos e meio! Não é isso que vai fazer face aos custos do contexto que as empresas vão ter para cobrar essa taxa! É isso que está em causa!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por último e, em jeito de consideração, porque esta é efetivamente uma consideração, realmente são muitas as diferenças que nos separam da esquerda! O Governo e as bancadas que o suportam querem baixar os impostos, o PS e o Bloco de Esquerda votam contra; o Governos e as bancadas que o suportam são contra a criação de uma taxa turística regional, o PAN propõe, o PS e o Bloco votam a favor.

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

A Oradora: Para nós – e vou utilizar uma frase que já aqui foi dita várias vezes – mais vale 1 euro no bolso dos açorianos do que 1 euro nos cofres do Governo. E, portanto...

Deputada Andreia Cardoso: Mas quais açorianos? Os açorianos não pagam!

Deputada Alexandra Manes: Os outros países perderam turistas?

Deputada Elisa Sousa: É nas empresas! É nas empresas!

Deputado Pedro Neves: Quais açorianos?

A Oradora: Os da diáspora! Portanto, é, sim senhor! É 1 euro no bolso dos açorianos!

Deputado Pedro Neves: Seja séria!

A Oradora: Ó Sr. Deputado Pedro Neves, eu vou fazer aqui um aparte para responder ao seu aparte! O senhor pode dizer tudo o que quiser da minha intervenção, enquanto Deputada desta bancada. Não me pede para ser séria, porque este é um assunto sério que não foi tratado de forma séria por esses partidos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isso sim, Sr. Deputado, essa é que a grande questão! Portanto, Sr. Deputado, de uma forma muito séria – de uma forma muito séria – eu vou terminar a minha declaração de voto dizendo que não podemos esperar resultados diferentes fazendo sempre a mesma coisa, e este Governo e esta bancada quer fazer diferente, porque quer fazer melhor. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para uma declaração de voto.

(*) Deputado Carlos Silva: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Muito já aqui foi dito sobre a aplicação de uma taxa turística, mesmo agora nas declarações de voto, e começo exatamente por aqui! Aquilo que aqui fizemos hoje neste Parlamento foi exatamente, Sra. Deputada Elisa – não me posso dirigir, mas...

Deputada Elisa Sousa: Pode-se dirigir, pode.

O Orador: ... foi fazer diferente e fazer melhor. Nós temos que evoluir no nosso pensamento, temos que evoluir naquilo que defendemos ser o melhor para os Açores, e o que aqui votámos hoje foi exatamente a favor dos Açores e dos açorianos,...

Deputada Délia Melo: Não foi não!

O Orador: ... é essa a nossa convicção. É essa a nossa convicção, porque nós aprovámos uma taxa turística exatamente com um objetivo muito claro – garantir a sustentabilidade da Região Autónoma dos Açores, reforçar o investimento na preservação ambiental e promover um turismo sustentável, que é o que todos nós desejamos.

Nós não procuramos iludir os açorianos, não procuramos iludir os empresários dizendo que vão ter custos de contexto quando não vão ter custos de contexto adicionais, há uma taxa que é aplicado sobre os não residentes...

Deputada Sandra Silva (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não sobre os residentes, e, portanto, a esse respeito penso que fica claro quem tenta ludibriar os açorianos.

É uma taxa que se aplicará apenas em 2023 e não no imediato, como alguns fizeram crer, e isso, para nós, deixa-nos confortável sobre a posição que aqui apresentámos hoje.

Para terminar, citaria o atual presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, quando em fevereiro de 2017 dizia, a respeito de uma taxa turística municipal na altura, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Municipal!

Deputado Paulo Estêvão: Está numa declaração de voto!

Deputada Andreia Cardoso: Que ia ser cobrada por quem?

Deputado Carlos Silva: Posso?

Deputado Paulo Estêvão: É uma declaração de voto!

O Orador: Dizia José Manuel Bolieiro, em fevereiro de 2017 (muito antes do pico, de 2019, do turismo) que devemos encarar uma taxa turística como uma vantagem para a economia dos Açores e de Ponta Delgada como destino turístico. Portanto, 1 euro por dormida parece um valor claramente aceitável! Nós propusemos uma redução de 50% para a época baixa, portanto, os Velhos do Restelo não somos nós, neste Parlamento. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Fica evidente nesta matéria a diferença que existe entre o novo Governo dos Açores e esta esquerda parlamentar. As várias esquerdas! Porque o Bloco de Esquerda, por exemplo, em relação a esta matéria, não está confortável, acha que é pouco.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, está no âmbito de uma declaração de voto!

O Orador: Exatamente! Exatamente! E, portanto, alguma desta esquerda, cujo nome não vou designar, cuja designação não vou referenciar, mas que se encontra no extremo dessa zona ideológica, alguma dessa esquerda acha que é pouco, é uma taxa demasiado insignificante, mas mesmo assim, acompanha o movimento, porque a identidade desta esquerda é taxar, taxar, taxar!

Deputada Ana Luís: Não pode fazer protestos a declarações de voto, Sr. Deputado!

O Orador: A identidade desta esquerda é aumentar impostos, aumentar impostos, aumentar impostos!

Deputada Ana Luís: Sr. Deputado, não pode interpelar nas declarações de voto!

O Orador: Esta declaração política marca, Sr. Presidente, uma diferença ideológica, duas visões diferentes da sociedade, duas visões diferentes do funcionamento da economia.

Nós, o que consideramos é que a região deve ser governada com racionalidade. Que racionalidade existe quando estamos agora a recuperar dos efeitos devastadores da pandemia sobre os diversos setores da sociedade e, em especial, no âmbito do turismo, que racionalidade existe quando se está a tentar crescer e os senhores, a mensagem que transmitem é: “Para ajudar, têm aqui mais uma taxa! Têm aqui mais impostos!”?

Que racionalidade existe quando há uma crise de mão-de-obra que afeta os nossos empresários do setor e que se lhe dizem: “Tomem mais esta tarefa burocrática, façam-no, e ainda por cima, paguem para fazer!”? Que racionalidade é que existe em relação a esta tomada de posição? É evidente que não existe qualquer tipo de racionalidade e de utilidade! Senão, eu pergunto-me porque é que não foi feito quando os números eram muito superiores à atualidade, em relação a um período anterior da governação, quando os números eram muito maiores? Se era assim tão fantástico, se era assim tão útil, porque é que não foi feito?

Não foi feito, porque obviamente, quem agora vota, alguns daqueles que votam, aqueles que estão no âmbito da esquerda e que têm mais Deputados neste Parlamento, alguns têm apenas a ânsia de prejudicar o Governo! De prejudicar o Governo! E votam com tacticismo, não com qualquer crença de valores e de utilidade para a sociedade, mas é para criar uma dificuldade ao Governo!

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: E eu tenho a dizer-vos o seguinte em relação a esta matéria – não é ao Governo que estão a criar uma dificuldade, é à sociedade dos Açores, é aos empresários açorianos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E é por isso que eu vos digo, não é esse o caminho de alternativa. O caminho de alternativa é, Sr. Presidente, e termino, servir sempre os açorianos, agir sempre com racionalidade, e quando há uma decisão que é boa, deve apoiar-se, quando há uma decisão que é má, não se deve aproveitar a boleia por puro tacticismo, prejudicando nesse sentido a sociedade açoriana e as empresas açorianas quando nós estamos neste momento num contexto...

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso é a sua opinião!

O Orador: ... em que saímos da pandemia, mas estamos a enfrentar uma crise internacional de enorme dimensão, os senhores, a resposta que têm é: mais taxas, mais impostos. Não! Liberdade para a sociedade açoriana, bom Governo para os Açores.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Silva, pede a palavra para...?

Deputado Carlos Silva: Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, peço uma interpelação para informar que irei entregar na Mesa a entrevista onde o presidente José Manuel Bolieiro fala sobre a aplicação de uma taxa turística...

Deputado Paulo Gomes: É municipal!

Deputado Carlos Silva: ... uma taxa turística de 1 euro, e farei entregar, porque o Deputado Paulo Estêvão, aparentemente, desconhece. Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes: Ele disse e disse bem: municipal! Pelo amor de Deus!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para...?

(*) **Deputado António Lima:** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Para uma interpelação? Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, eu gostaria de questionar a Mesa sobre a prática das declarações de voto e...

Deputado Joaquim Machado: Na sequência das intervenções!

Presidente da Assembleia: Ó Deputado António Lima, eu, por muito esforço que queira ouvi-lo, não consigo. Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Gostaria de questionar a Mesa sobre aquilo que deve ser uma declaração de voto exercida neste Parlamento, sobre a forma como ela deve ser exercida e sobre se é possível e desejável que os grupos parlamentares e apresentações parlamentares façam, no âmbito da declaração de voto, acusações e interpelações aos diversos partidos. É que eu ouvi, nestas declarações de voto, inúmeras referências a partidos, inclusive ao Bloco de Esquerda, de vários partidos, por parte do PSD, por parte do PPM, nomeadamente. E apenas ouvi uma advertência já na declaração do PPM e não ouvi nenhuma advertência relativamente à Sra. Deputada Elisa Sousa...

Deputado João Bruto da Costa: Isto é uma interpelação?

Deputada Ana Luís: É nos mesmos termos do que acabou de ser feito agora!

O Orador: ... e relativamente à declaração de voto do PPM, ela continuou, mesmo não referindo o nome, continuou a fazer referências a partidos! E eu já fui interpelado pelo Sr. Presidente e pelo anterior presidente, várias vezes,

e bem, quando fiz referência a partidos e a grupos parlamentares na minha declaração de voto, e dou toda a razão à senhora presidente anterior e ao Sr. Presidente, quando faz isso, e reconheço o meu erro. Gostaria de perceber porque é que não é feito o mesmo a essas bancadas? Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado António Lima, tem toda a razão. Não se podem dirigir a outras bancadas no âmbito de declarações políticas, declarações de voto, e foi isso que alertei o Sr. Deputado Paulo Estêvão agora mesmo, perante esta declaração política, e creio que terá corrigido um pouco a trajetória. Sr. Deputado Carlos Furtado, para...?

Deputado Carlos Furtado: Sr. Presidente, responder às afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente da Assembleia: Para...?

Deputado Carlos Furtado: Responder a umas afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente à minha posição.

Presidente da Assembleia: Não pode, no âmbito das declarações políticas, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Furtado: Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que eu era de esquerda! Permita-me que corrija!

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, eu não lhe posso permitir protestos no âmbito de declarações políticas.

(Apartes inaudíveis)

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar na nossa ordem de trabalhos, que bem precisamos de avançar. Vamos avançar para o ponto 8 da nossa Agenda, Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII, “Atribuição de incentivos financeiros para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores no plano da recuperação e resiliência designado por “Solenerge””. Esta é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, esta proposta de decreto legislativo regional já foi apresentada a esta Casa, e, portanto, quero aproveitar esta ocasião para, de forma sucinta, visitar aquilo que são os princípios e os objetivos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional. E começo por dizer que o Governo dos Açores encara a energia como um setor estratégico para a promoção e desenvolvimento e, sobretudo, para a descarbonização da Região Autónoma dos Açores no que diz respeito a esta matéria, pelo que tem vindo a ser priorizado pelo Governo políticas que visam a redução de emissões de gases com efeito de estufa, diminuindo simultaneamente a dependência externa de combustíveis fósseis, o que neste momento, digamos, é particularmente relevante, dado exatamente a crise energética internacional que temos vindo a assistir.

Também por isso, o PRR identifica a aposta na produção de energia obtida através de fontes de energia renováveis como uma das prioridades a nível europeu, alinhando na recuperação económica dos diferentes países, com a transição energética nos países europeus. Deste modo, a obtenção de energia limpa, de forma descentralizada, por parte das famílias, das empresas e de diferentes entidades açorianas, para uso próprio, ganha relevância pelos impactos que acarreta na nossa região, no nosso arquipélago como um todo, mas especialmente, também, pelos efeitos que isso pode trazer à economia de cada açoriano e à fatura energética de cada família.

Partindo desta premissa, optou-se pela promoção do uso de sistemas solares fotovoltaicos dada a evolução tecnológica associada a estes equipamentos, o que lhes confere uma capacidade de resposta adequada às necessidades correntes dos açorianos.

O sistema de incentivos que ora propomos insere-se neste Plano de Recuperação e Resiliência, que na sua componente C14 atribui 116 milhões de euros à região para diferentes projetos relacionados com a transição energética.

Entre as várias tipologias de investimento contempladas, estão previstos 19 milhões de euros, destinados a aumentar a capacidade instalada em 12,6 megawatts através da aposta na eletrificação, produção descentralizada e armazenamento distribuído, com vista à transição energética, através de um sistema de incentivos para a aquisição de painéis fotovoltaicos. O incentivo a atribuir para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos não poderá exceder 1.500 euros por quilowatt instalado. Isto é um valor que foi negociado com a unidade de Missão do “Recuperar Portugal” ainda no Governo anterior.

Recorde-se que também na sequência dessas negociações existem metas rigorosas para cumprir até 2025. Em 2022 terá que ter mais 3,3 megawatts instalados; em 2023 teremos que ter mais 6,7 megawatts instalados; em 2024, mais 9,8 megawatts instalados; e, em 2025, temos que atingir os 12,6 megawatts. Ou seja, mesmo havendo aqui alguma transição entre anos, temos que atingir 50% até 2023 e os restantes 50%, até 2025.

Importa por isso encontrar uma solução rigorosa, transparente, justa e pouco burocrática, que permita à região cumprir todas as metas, metas financeiras, metas de aumento de capacidade instalada, que são aquelas que ouvimos anteriormente, e desta cronologia imposta pela União Europeia, e temos, para isso, que envolver as famílias e as empresas no processo de transição energética e descarbonização da economia.

Tem que haver aqui todo um processo de aprendizagem, de divulgação, de sensibilização das famílias açorianas e das empresas açorianas para aderirem a este processo de transição energética.

É também por isso que pretendemos envolver os municípios e obter a sua colaboração, e quando digo municípios, também as juntas de freguesia, para, através de contratos programas, poderem ajudar na divulgação, no apoio às

candidaturas, no apoio às famílias com menos recursos e com menos capacidade de se candidatarem a estes incentivos, para conseguirmos – porque isto é fundamental e é um objetivo de todos nós! – conseguirmos atingir a potência instalada que está negociada, negociada com a responsabilização do Governo anterior e deste Governo, para podermos caminhar com passos seguros na descarbonização da economia e na utilização de fontes renováveis de energia na nossa sociedade.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao armazenamento, que é uma questão que se tem colocado, o sistema não exclui, mas é preciso ter em conta que o armazenamento não contribui para o aumento de potência, e, portanto, todos os recursos que forem canalizados para o armazenamento, não serão canalizados para a produção. E a produção – a produção! – é que leva a que haja um aumento de potência instalada. Pode sempre os excedentes serem injetados na rede.

Deputado Vílson Ponte Gomes: Mas não tem o efeito pretendido!

A Oradora: Podem sempre os excedentes serem injetados na rede, e podem ser armazenados em baterias comparticipadas pelo Proenergia. E por isso fica aqui o compromisso do Governo de, para projetos candidatados ao PRR para a compra de painéis fotovoltaicos, as baterias associadas a esses projetos, a esses investimentos, poderão ser candidatados ao Proenergia, e para isso faremos uma alteração à comparticipação, de modo a privilegiar as baterias associadas a este sistema.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional. Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Bom, a Sra. Secretária Regional foi tão esclarecedora que podemos passar à votação.

Não! Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputada Sandra Dias Faria: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. O diploma agora em análise foi alvo de baixa à comissão, por requerimento apresentado pelo Partido Socialista no último plenário, por entendermos que aquele que é o diploma inicial apresentado pelo Governo Regional não responde àquelas que são as necessidades no momento em que vivemos, nem àqueles que devem ser os objetivos alcançados com esta medida. Assim sendo, apresentamos hoje um conjunto de propostas de alteração à proposta de criação do incentivo financeiro para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores.

A proposta comportará verbas na ordem de 19 milhões de euros, verbas que são oriundas do PRR, tendo sido apresentada pelo Governo Regional e debatida no plenário de março, mas baixou à comissão, como havia dito, e mereceu a aprovação, essa baixa à comissão, por parte não só do Partido Socialista que o propôs, mas também dos Deputados do Bloco de Esquerda, do PAN, da Iniciativa Liberal e do Chega, para uma análise mais aprofundada, uma vez que o Governo Regional não soube responder às questões colocadas pelos Deputados nesta Casa, assim como na Comissão, sobre vertentes de aplicação prática e financeira da sua própria iniciativa. A proposta apresentada não é mais do que um cheque em branco ao Governo Regional no valor de 19 milhões de euros, visto remeter para o Governo a

fixação, em regulamento, dos termos, das condições de acesso, dos requisitos e critérios de elegibilidade, dos montantes de incentivo, das obrigações das partes, da tramitação relativa à análise, concessão e pagamento dos incentivos.

Um dos principais problemas que esta iniciativa comporta tem a ver com o tornar possível gastar 19 milhões de euros, a sua má formulação não garante que esse montante possa traduzir-se em benefício para as famílias e empresas dos Açores. E isto é, para o Partido Socialista, fundamental. As nossas propostas traduzem-se numa autêntica aposta na micro e auto-produção, concretizada pelo apoio ao armazenamento de energia que no passado mês foi fortemente contestado e desvalorizado, e que hoje já entendemos que é visto de outra forma. Assim sendo, para o PS é essencial que este apoio aos projetos destinados ao autoconsumo, em primeiro lugar, envolvam os investimentos na aquisição e também instalação dos sistemas fotovoltaicos, mas também que permitam equipar edifícios e infraestruturas de modo a promover a sua sustentabilidade energética e ambiental, e ainda serem incluídas as soluções de armazenamento do excedente da energia produzida, garantindo um maior retorno do investimento feito.

As propostas de alteração agora apresentadas salvaguardam os interesses das famílias e empresas dos Açores, uma vez que – relembro – a forma como o diploma do “Solenerge” foi desenhado, não definia objetivos estruturantes como a aposta na eletrificação, a produção descentralizada e ainda o armazenamento energético. Assim, o Partido Socialista dos Açores apresenta propostas de alteração profundas e extensas a este diploma, que possibilitam às famílias e às empresas açorianas concorrer a um sistema de incentivos que atribui, a título de adiantamento, um subsídio 100% não reembolsável que permitirá instalar painéis fotovoltaicos e soluções de armazenamento para a energia excedente produzida nos imóveis, sejam eles destinados à habitação ou com utilização comercial e industrial.

As propostas aqui trazidas pelo PS evitam que duas ou três empresas esgotem todas as verbas disponíveis, não deixando mais verbas para aquilo que, no nosso entender, deve ser o foco principal, que é exatamente a microprodução. Acrescento ainda a transparência desta iniciativa para a região, para que não se corra o risco de ter a repetição na região da história nebulosa das Agendas Mobilizadoras.

Disse.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Depois de, no plenário passado, muito termos discutido a importância das energias limpas ou renováveis, e foi com o voto do Chega que foi à comissão para que houvesse um melhoramento.

Agora, o que é que está aqui em causa? Está aqui em causa, ao contrário de o que estava do diploma anterior, da taxa turística, a urgência de se fazer isto e não se perder este dinheiro, e fazer isto bem feito. E fazer isto bem feito! É importante, como dizia a Sra. Secretária, e bem, envolver também aqui as autarquias no apoio, e acho que muitas vezes, o que falha no Governo, na atribuição de certos apoios, e isso já foi dito aqui várias vezes, até, inclusive, pelo Chega, é o acompanhamento, é o apoio, é o auxílio. E os açorianos que estão em casa têm aqui uma oportunidade de pagar menos a conta da luz! É isso que as pessoas têm que perceber! Vão pagar menos, com um apoio a 100%, com os painéis solares, dentro daquilo que são as regras. É isto que interessa! E este pagar menos, para além de ter uma benesse para as famílias, tem uma benesse para o ambiente, porque estamos a falar de energia solar, que é gratuita. Sendo uma energia gratuita, nós temos que apostar cada vez mais. Era este o discurso que ouvíamos aí há um mês atrás! Aproveitem, açorianos, este tipo de benesse aparece lá de vez em quando. Houve também aqui o cuidado e a atenção que foi chamada, para que as famílias, os

particulares, as pequenas empresas, e certo, que não vá parar a duas ou três empresas, e, da leitura que fazemos, daquilo que tivemos tempo de analisar, está aberto para todas as empresas...

Deputado Gustavo Alves: Não pode chegar a todos!

O Orador: ... e até há aqui uns tetos máximos que permite que as pequenas empresas não fiquem ultrapassadas pelas grandes empresas, que as famílias não sejam ultrapassadas pelas empresas, ou seja, temos aqui um bom diploma, temos aqui um bom benefício para os açorianos, e é pelos açorianos que nós aqui estamos. E aqui o Chega manifesta o seu apoio a isto, porque é uma das coisas que nós precisamos, daqui para o futuro, cada vez menos depender do petróleo, cada vez mais sermos mais inteligentes a nível do consumo de energia.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O aumento da produção de energias renováveis é, sem dúvida, um fator essencial para a necessária transição energética. A nossa redução, de forma geral, das energias derivadas dos combustíveis fósseis é um caminho que temos que seguir, definitivamente, que é um caminho que é sempre difícil, que tem obstáculos até técnicos, mas que é fundamental que seja prosseguido, e esta medida, como outras, insere-se nesse processo de transição energética que é necessário que também nos Açores seja seguido. Não somos até propriamente das piores regiões a esse nível. No entanto, e até aproveitando a intervenção que me antecedeu, é preciso começar por dizer que apesar desta medida, não na sua versão original, mas seguramente com alterações, tem de raiz um problema que é a sua abrangência e a sua até, diria, justiça social. Esta medida não chegará (e é preciso que os açorianos tenham consciência disso), nem a todos os açorianos e açorianas, nem a todas as empresas, ou seja, será

sempre uma medida que terá limitações ao nível da sua implementação, porque nem toda a gente beneficiará dela e nem toda a gente pagará menos eletricidade por via desta medida. Esta é uma verdade que é indesmentível e que é bom que tenhamos consciência dela, porque não sei se (e tenho muitas dúvidas, aliás, temos muitas dúvidas) esse devesse ter sido o caminho a seguir. Mas, é um caminho possível e é um caminho que também tem méritos. E não será por isso que, se a proposta final for de acordo com aquelas que são as balizas que nós colocámos para aprovar, que não o faremos. Mas tem esse problema de fundo que não podia deixar de o salientar. Mas, nós estamos a discutir uma proposta que, como já foi recordado, tem um histórico, e tem um histórico da sua submissão a esta Casa com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, que felizmente, a meio do debate, foi possível encontrar uma maioria que a fizesse baixar a comissão. E isso foi extramente importante! Extremamente importante porque a proposta, como estava, tinha um conjunto vastíssimo de problemas, que para além de ser efetivamente um cheque em branco, porque era um cheque em branco, porque deixar todo um conjunto de critérios e um conjunto de medidas para regulamentação, era simplesmente o Parlamento demitir-se da sua competência e deixar nas mãos do Governo esse papel, que não deve ter com tanta abrangência. Mas também permitiu conhecermos melhor não só a proposta, mas também desenvolver-se propostas de alteração, como até a coligação fez! E propostas de alteração que não estavam de maneira nenhuma, e tenho muitas dúvidas que estivessem na própria regulamentação que se preparava. Aliás, em Comissão, recorde, o anterior Secretário da Energia, Turismo e Transportes não sabia responder se essa energia produzida seria passível de ser vendida à rede.

Hoje, a Sra. Secretária refere que sim. Ora, isso é extremamente importante! Mas nós íamos aprovar uma medida destas sem saber sequer isso! Não me parece que fosse de forma alguma aceitável pedir a um Parlamento que aprove quase de cruz uma proposta de decreto legislativo regional que tem

exatamente uma verba associada de 19 milhões de euros, sem saber exatamente o que é que está a votar. E não sabíamos, de facto! Ora, a questão da venda é importante, porque ela está também associada à possibilidade que existia, devido à não existência de limites à atribuição dos apoios, de duas, três, quatro, cinco empresas, açambarcarem toda a verba e as famílias fiquem a ver navios,...

Deputado Gustavo Alves: Afinal quer ver a potência instalada!

O Orador: ... literalmente.

Para além disso, associado a essa possibilidade de açambarcamento da verba, há a possibilidade de venda à rede, a possibilidade da perversão desta medida era que meia dúzia de empresas pudessem ficar com o dinheirinho todo, montar painéis solares e sistemas de produção fotovoltaica e criar, com esta verba que não se destina a isso, unidades de produção de energia para vender para a rede, e não é para isto que esse dinheiro serve!

Deputado Gustavo Alves: Era potência instalada!

O Orador: Não pode ser para isto que esse dinheiro vai servir! Não pode ser de maneira alguma! Mas como estava o diploma, podia ser para isto!

Deputado Rui Martins: Não, não!

O Orador: Podia ser para isto, porque nada o impedia. Poderão dizer que na regulamentação poderia estar resolvido – podia estar, como poderia não estar, nós não sabemos!

E aqui, no Parlamento, é possível impedir que isso aconteça e garantir que não aconteça. E como já foi referido, e até vendo as propostas de alteração da coligação, a coligação também não concorda que seja para isto. E, nisto, estamos de acordo! Ora, este é um dos problemas que o diploma tem, porque proposta é essa, há propostas de alteração. O outro problema vai novamente à questão da justiça social! Qual é a justiça social de uma medida em que as famílias têm que adiantar (e as empresas, mas as empresas, normalmente, têm outra capacidade de organização e capacidade também financeira) 5 ou 6.000 euros para adquirir um sistema de painéis solares? Adiantar!... Adiantar,

instalar, pagar a instalação, comprar baterias, se quiser, porque não estava previsto (instalar, pagar a instalação), transporte, gastar esse dinheiro todo...

Deputado Gustavo Alves: Não me parece!

O Orador: ... e ficar à espera do reembolso, se ele vier, porque nada impede que haja um erro qualquer na candidatura, um procedimento qualquer que falhou e a família ficar a ver navios. Pior! Quantas famílias, nos Açores, podem adiantar 6.000 euros e ficar dois ou três meses à espera do reembolso? Uma região como a nossa, adiantar 6.000? Quem é que tem 6.000 euros disponíveis no banco para adiantar e ficar à espera do reembolso? Obviamente que apenas algumas famílias o poderão fazer! As outras, as mais pobres, ficariam, mais uma vez, a ver navios. E essa forma de candidatura é injusta e tem de ser alterada!

Deputado Nuno Barata: Está resolvido! Houve uma proposta de alteração!

O Orador: “Está resolvido”, Sr. Deputado, não está! Ainda estamos a debater a proposta e não as propostas de alteração! Há propostas de alteração nesse sentido! E o Bloco de Esquerda trabalhou e desenvolveu uma proposta de alteração também nesse sentido. Mas, vendo que há outras propostas de alteração nesse sentido, até mais abrangentes, iremos aprovar outras propostas de alteração e não fazemos questão de apresentar só por apresentar.

Deputada Andreia Cardoso: Muito bem!

O Orador: Mas esse é um princípio que para nós é fundamental! E julgo que, chegado até aqui, já referi, há um conjunto de princípios que nós consideramos que são importantes, e esses já referi, da justiça social, da medida, do não açambarcamento, de que esta medida não seja para unidades de produção de energia elétrica, esse é outro mundo completamente diferente, que não deve ser financiado por esta proposta.

Finalmente, gostaria apenas de dizer que nós iremos aprovar propostas de alteração, como é óbvio, esperando que daqui saia um diploma que seja exequível, que chegue ao maior número de pessoas possível, sabendo, como referi, que esta medida não chegará a todos. E que espero que a restante verba

do PRR que existe para a transição energética sirva também para que mais famílias tenham um acesso à energia mais barato, porque esse é de facto um custo muito elevado nas faturas das famílias, e com tendência para subir, infelizmente.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Com os sistemas solares fotovoltaicos podemos produzir energia grátis, limpa e renovável, e, ao mesmo tempo, reduzir a nossa pegada ecológica, e com isso também a fatura da eletricidade. É com agrado que o grupo parlamentar do PSD vê esta proposta de decreto legislativo regional associada à transição energética, denominada de “Solenerge”, correspondente a incentivos financeiros para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos como uma medida muito atual e de convergência com o resto do país e da Europa.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Está plasmado no programa deste Governo Regional ser uma prioridade e um objetivo a promoção do desenvolvimento descarbonizado na região, com isto, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, promovendo simultaneamente a redução do consumo de combustíveis fósseis e assim diminuir a dependência energética face ao exterior. Esta prioridade vai em linha de conta com o plano de recuperação e resiliência que identifica a aposta na produção de energia obtida a partir de fontes de energias renováveis nos edifícios como uma das prioridades estratégicas com vista à recuperação económica, em linha com os pressupostos da promoção energética. Neste contexto, importa potenciar a produção de energia elétrica.

E repito: potenciar a produção de energia elétrica,...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... obtida a partir de fontes limpas, para autoconsumo, neste caso, com recurso a sistemas solares fotovoltaicos. Com este incentivo para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, o Governo Regional não só estimula a utilização de energias renováveis com o aumento da capacidade instalada, como também faz com que as famílias e as empresas sintam uma redução substancial na fatura da eletricidade no final do mês. Este incentivo traduz-se na forma de atribuição de um apoio financeiro não reembolsável, correspondente a 100% das despesas elegíveis, até o máximo de 1.500 euros por quilowatt instalado. Assim sendo, este apoio terá a duração de quatro anos, num valor a atribuir de 19 milhões de euros, correspondente a uma produção elétrica de 12,6 megawatts. A coligação PSD, CDS e PPM traz a esta Assembleia algumas propostas de alteração, com o intuito de traçar alguns limites, por forma a tornar o diploma mais justo e equitativo. Nomeadamente, se considerar como despesas elegíveis o custo da aquisição e instalação dos sistemas solares fotovoltaicos; o valor da candidatura ter em conta, a cada contribuinte, dois códigos de pontos de entrega; para pessoas singulares, considerar a média do consumo dos últimos seis meses, tendo como limite máximo a potência atualmente instalada; para pessoas coletivas, considerar a média dos últimos seis meses, tendo como limite até 60% da potência instalada; e, ao contrário do que disse a Sra. Deputada Sandra Faria, e como forma também de salvaguardarmos as famílias, mais do que tudo, ficarem cativos 30% para utilizadores domésticos, sendo o valor não comprometido libertado em outubro de cada ano, excluindo o último, como é óbvio; considerando o volume...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... a possibilidade de reconversão de equipamentos alimentados por sistemas a gás, ou outro, em equipamentos de energia elétrica. A inclusão do armazenamento de energia neste diploma continua a trazer alguma discussão que, para o grupo parlamentar do PSD, não tem qualquer razão de ser. Ora vejamos, o armazenamento de energia não contribui para o aumento

da capacidade de produção de energia elétrica na região e impediria o cumprimento dos marcos e metas contratualizadas. Se o armazenamento fosse contemplado no “Solenerge”, a percentagem a atribuir a este equipamento não poderia ser de 1.500 euros por quilowatt instalado (como disse a Sra. Secretária, é uma regra), seria uma percentagem desnecessária que até poderia comprometer o cumprimento da meta dos 12,6 megawatts, até 2025, e 50% até 2023, como também chegaria a um menor número de famílias e de empresas.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Não obstante, também há que considerar a eventual variação dos preços dos painéis fotovoltaicos, como também o tempo de vida útil de uma bateria, o qual corresponde a 30 ou 40% comparativamente ao tempo de vida útil de um painel fotovoltaico.

Deputado João Bruto da Costa: Bem lembrado!

O Orador: De referir também a possibilidade de vender à rede a energia não consumida, sendo o preço definido pela entidade reguladora, necessitando-se apenas de um contador bidirecional. Deveremos ter presente que este é um programa com a duração de quatro anos, sendo por isso previsível que algumas das condições e premissas possam sofrer alterações ao longo desse período.

No passado, possivelmente, parte do conteúdo mais específico desta proposta de decreto legislativo regional, e do nosso projeto de alteração, ficaria plasmado em decreto regulamentar regional, permitindo maior flexibilidade nos eventuais ajustamentos. Entendemos, porém, que na atual realidade política, pela importância da centralidade com que valorizamos este Parlamento, e da necessidade de consensos alargados, justificam o projeto de alteração que apresentámos, o qual, a ser aprovado, como esperamos, se traduza numa melhoria da proposta inicial do governo regional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo.

Em boa hora fizemos baixar à comissão este diploma. Este mês que gastámos... e reparem no termo que utilizei, não disse “perdemos”, disse “gastámos”, porque na verdade, não perdemos, ganhámos! Na verdade, o que temos são propostas de alteração de quase todas as bancadas, que vão permitir que, de facto, esse diploma, fundamental para a recuperação e resiliência da sociedade açoriana, no âmbito e no contexto da recuperação e resiliência da União Europeia, seja feito com mais equidade. Como aqui disse no debate de urgência, para que não fosse a recuperação só de alguns e a resiliência apenas dos mais fracos.

Temos um diploma fundamental do ponto de vista da descarbonização, temos um diploma importante do ponto de vista do reposicionamento dos meios de produção de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores e temos uma forma de tirar algumas famílias numerosas e mais desfavorecidas da situação de pobreza e de esforço que têm que fazer todos os dias para melhorar a sua condição de vida.

Na verdade, uma família de cinco pessoas ou seis pessoas que gaste em média 150 euros de eletricidade, mais 90 ou 80 de gás, e que se calhar faz um esforço muito grande para, com o que resta do vencimento, pagar outras faturas, vai poder ter, de futuro, essa disponibilidade financeira. Esta é uma forma de tirar gente da posição de pobreza, ou do limiar da pobreza, e dar-lhes melhores condições de vida.

Como disse, ganhámos essa batalha, ganhámos esses 30 dias, porque vamos ganhar em favor de um maior número de açorianos. Há propostas, como disse, de alteração de quase todos os partidos, há condições para as consensualizarmos em plenário e é isso que espero que ao longo desta tarde consigamos fazer – melhorar todo este documento, no sentido de sairmos hoje daqui melhor do que entrámos, porque infelizmente, entrámos com o pé esquerdo.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Estamos perante uma importante iniciativa para a sociedade açoriana, seja para as famílias, seja para as empresas, no sentido, por um lado, de reduzirmos a pegada ambiental através da redução do consumo de energias fósseis para a produção de energia elétrica, contribuir para a descarbonização da nossa economia, mas sobretudo, e mais importante ainda, é exatamente a redução da tarifa de eletricidade, seja das famílias, seja das pequenas e médias empresas. Um fator importante e que nos foi garantido pela Sra. Secretária, e que é relevante, é a possibilidade de haver a injeção na rede da produção excedente, do excedente que não for consumido pelas unidades de produção individuais, e isso é muito significativo! Será também uma possibilidade de rentabilizar o próprio investimento. Já no passado isso ocorreu aqui nos Açores! Infelizmente, Portugal e os Açores também, a nossa sociedade portuguesa, apesar de vivermos num país soalheiro, infelizmente, não é um país que até ao momento tenha feito grandes apostas em unidades de produção individual, e sempre que houve esses investimentos por parte das famílias ou das empresas, foram sempre investimentos impulsionados por fatores externos por pacotes de incentivos para a instalação desses sistemas. Este é mais um pacote que temos! Mas temos metas a cumprir, não é apenas um pacote para ser usado ao belo prazer da vontade de cada família ou de

cada empresa, há metas com as quais a região se comprometeu – 12,6 megawatts. Isto vai exigir também, da parte do Governo, uma campanha de sensibilização, em larga escala, para que haja adesão das famílias, para efetivamente cumprirmos a meta e o dinheiro poder ser usado e não ter que ser devolvido. Porque há esse perigo – se não for atingida a meta dos 12,6, o dinheiro terá que ser devolvido.

Deputado Rui Matins: Muito bem!

O Orador: Resulta das regras que foram negociadas anteriormente, e, portanto, são as regras com as quais temos que viver. E, portanto, um alerta ao Governo para que seja implementada, em larga escala, uma grande campanha de sensibilização, exatamente para que não vejamos a perda deste importante investimento, com repercussões positivas, no fim do mês, no bolso das famílias e das nossas empresas. Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves: Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. O PAN associa-se, obviamente, esta iniciativa, e vê de bom grado, porque é a melhor forma de nós conseguirmos descarbonizar, obviamente, a Região Autónoma dos Açores. E, com isso, nós conseguirmos reduzir a fatura da eletricidade para todos os açorianos e ajudar as famílias, ao mesmo tempo também estamos a ajudar a Região Autónoma dos Açores de forma geopolítica, porque desta forma estamos muito mais autónomos, ficamos muito mais autónomos na produção de energia e ficamos menos dependentes dos mercados externos e conseguimos também descarbonizar, e, além disso,

conseguimos atingir as metas da União Europeia, do qual nós estamos obrigados. E acho que todas as bancadas aqui nem precisavam sequer das metas, porque é algo que nós queremos potenciar em todas as ilhas, para todas as famílias e também para as nossas empresas. E não esquecer também da administração pública, que bem precisamos de fazer essa descarbonização e produzir a nossa energia. Fica a faltar, obviamente, uma cooperativa, neste caso, cooperativa de bairro, em que nós podemos partilhar, não só injetar eletricidade para a rede, para a EDA, mas, neste caso, uma partilha de eletricidade entre as casas, como já existe, por exemplo, nos Países Baixos, e que resulta bastante bem.

Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras Membros do Governo. Bem, eu não trouxe nenhum papelinho escrito para falar sobre as virtudes desse decreto legislativo regional, porque obviamente, elas já foram aqui todas bem explanadas. Resta-me a mim, no pouquíssimo tempo que tenho, porque é incomparavelmente menor do que o dos partidos grandes, para esgrimir aqueles que são os meus argumentos relativamente às propostas de alteração que apresentei. Apenas fazendo uma comparação com as principais propostas de alteração concorrentes às minhas, passo a expressão, devo dizer que as propostas de alteração que apresentei não são tendenciosas nem são esquerdistas como as da coligação. As minhas propostas de alteração não são esquerdistas, porque as da coligação reconhecem que as empresas são ricas e por isso só podem ter uma adesão de 60% daquelas que são as suas necessidades, pensando provavelmente que os empresários dessa terra são todos ricos – não! 60% é pouco para as pequenas, micro e micro-empresas da nossa região! Portanto, isso é uma falha da vossa proposta de alteração, como é também o facto de incluírem nessas pessoas coletivas instituições de

solidariedade social, clubes desportivos e outros, que ficam também limitados por esses 60% para, efetivamente, situações que poderiam, e muito bem, socorrer essas instituições que têm debilidades financeiras e que poderia haver aqui, neste diploma, a possibilidade de serem reduzida, ou quase anulada, o custo da sua fatura energética. Dizer ainda que as baterias são um elemento determinante no sucesso dessa iniciativa, não tenho dúvidas (vou sempre não ter dúvidas dessa situação), porque as baterias são a diferença entre produzir energia e salvaguardar até o que diz a alínea b) do artigo 10.º, que prevê a necessidade de utilizar toda a energia produzida. E, efetivamente, na utilização de baterias, o que temos aqui é uma situação que, sendo delicada, é uma situação extremamente desagradável em termos de produção de energia. Ou seja, vamos ter aqui uma realidade de pessoas que vão pagar 300 ou 400% a armazenagem da energia que produzem, ou seja, de manhã produz energia para vender, se calhar, a quatro ou cinco cêntimos à EDA, para o final do dia comprarem a 15, ou 16, ou 18 cêntimos. Portanto, são 300 ou 400% de custo para armazenagem da energia! Isso é inadmissível, no meu ponto de vista!

Além disso, também percebi umas esquisitices também das propostas da coligação, quando limita que tem que ser um máximo de dois, tem que ser... Cria-se ali um determinado número de limitações e esquecem-se os senhores que efetivamente estamos aqui perante uma realidade bastante complicada! É preciso ter a noção de que a produção de um quilowatt, apenas um quilowatt, que não faz... não dá cumprimento às necessidades de qualquer pequena habitação, um quilowatt precisa de painéis que têm uma área aproximada, para termos a noção, de um pequeno portão de garagem. Ou seja, para fazer face às necessidades de produção de energia de uma habitação normal, teremos que ter aqui uma exposição de painéis que poderá andar na ordem de três ou quatro portões de garagem. Ora bem, a maioria das nossas casas, das famílias pobres, não tem um telhado com telha de continente que permita instalar essa dimensão de painéis solares nos seus telhados, porque têm telha

regional, o que impossibilita a instalação desses painéis, não terá fachadas laterais disponíveis para instalar esses painéis.

Portanto, há aqui, efetivamente, e para mal dos nossos pecados, uma quantidade de famílias que, por motivos óbvios, vão ficar excluídos dessa possibilidade. As propostas de alteração apresentadas pela coligação não atenderam a esse princípio, não tiveram a sensibilidade de perceber esse princípio. Há ainda uma outra situação, que é a questão das metas. A questão das metas só se consegue... aliás, não se consegue uma adesão das pessoas por decreto! As pessoas, ao perceberem que vão produzir eletricidade para vender à EDA a 4 cêntimos e a comprar a 15 ou 16, obviamente que isso desmoraliza e desmotiva boa parte das candidaturas, até porque parte delas vão ter que estar pendente nalguns investimentos que têm que fazer nas suas moradias para poder adaptar para esses painéis. Ora bem, para conseguir essas metas temos que ter argumentos fortes, e argumentos fortes é produzir, armazenar e consumir. Eu lamento que a estrutura de missão que foi iniciada pelo anterior Governo e, ao que parece, terminada por este Governo, não tenha atendido ao facto de haver a possibilidade de adicionar a essa pacote, para além da produção e do armazenamento, a possibilidade de utilizar equipamentos ambientalmente sustentáveis para, eventualmente, consumo imediato dessa eletricidade, nomeadamente, bombas de calor, recuperadores de calor ou equipamentos de ar condicionado, que poderiam, de alguma forma, e utilizando a energia produzida durante o dia, dar uso a essa energia no imediato, ou seja, seria aquecida a água doméstica das pessoas com a utilização dessa bomba de calor, ou, eventualmente, a climatização dessa casa. Ou seja, seria seguramente uma utilização mais digna e mais rentável para cada família, na impossibilidade de não gastarem a energia de outra forma, pelo menos salvaguardar o aquecimento das águas sanitárias ou a climatização da sua casa. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Eu acho que é oportuno nesta fase do debate, esclarecer, pelo menos tornar claro e certo e contrapor o que o Sr. Deputado Carlos Furtado disse agora mesmo há pouco. Eu tenho aqui uns registos de um fornecedor à EDA, que tem painéis fotovoltaicos e o preço fixado pela entidade reguladora (isto é por trimestre!) julho, agosto e setembro, no valor de 9 cêntimos, 9,6 cêntimos; outubro, novembro e dezembro, no valor de 19 cêntimos. Isto, preço fixado pela entidade reguladora, e não os 4 cêntimos que o Sr. Carlos Furtado disse agora há pouco.

Obrigado.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): A culpa não foi minha! Foi dos técnicos do Governo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos então iniciar as votações. Peço a vossa particular atenção, é um diploma complexo para as votações, e, portanto, peço a vossa colaboração e ajuda. Vamos, naturalmente, começar por votar a proposta de decreto legislativo regional n.º 28/XII na generalidade. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta de decreto legislativo regional n.º 28/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Iniciamos o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade? Não havendo, vamos então votar o 1.º artigo do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo n.º 1 foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Iniciamos as votações do artigo 2.º A primeira proposta de alteração é o n.º 1 do artigo 2.º, é uma proposta de alteração do Partido Socialista, que coloco à votação. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração à alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Deputado não identificado: Do PS?

Presidente da Assembleia: Do PS, sim! Do PS. Está à votação a proposta de alteração apresentada à alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º apresentada pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo n.º 1, alínea a), foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração ao artigo 2.º, n.º 1, alínea b), foi rejeitada com os votos a favor, do Partido Socialista, 24, BE, 2, e do

PAN, 1 voto; contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada a votação foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente à alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração foi rejeitada com 2 votos a favor, 1 do Deputado Independente e 1 do PAN; 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do Bloco de Esquerda, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do IL.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: Sr. Presidente, podia repetir, se faz favor?

Presidente da Assembleia: Vamos repetir esta votação.

Secretário da Assembleia: Peço desculpa...

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º. As Sras.

e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: Ok.

Presidente da Assembleia: Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento de uma alínea e) ao n.º 2 do artigo 2.º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com os votos a favor, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do Deputado Independente; e os votos contra, 24 do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 2.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 3.º. Há um conjunto de propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista, pergunto se posso colocá-las à votação em conjunto? Estão à votação as propostas de alteração do Partido Socialista ao artigo 3.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentarem. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Tendo sido rejeitadas, vamos então colocar à votação o artigo 3.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado o artigo n.º 3 com os votos a favor, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e com a abstenção de 24 votos do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento de um artigo 3.º a), apresentada pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como está. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com os votos a favor, 24 do PS e 2 do Bloco de Esquerda; votos contra, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 4.º. A primeira proposta de alteração é do Sr. Deputado Independente ao n.º 2 do artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com os votos a favor, 2 do BE e 1 do PAN e do Deputado Independente; e os votos contra, 24 do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do IL.

Presidente da Assembleia: Vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao n.º 3 do artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com os votos a favor, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do IL.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 3 do artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentarem. O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar. Faz favor,

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; votos contra, 24 do PS e 2 do Bloco de Esquerda; e a abstenção do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 4 apresentada ao artigo 4.º, apresentada pelo Sr. Deputado Independente. Ou melhor, uma proposta de aditamento do n.º 4 apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor. Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente; contra, 24 do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do Deputado Independente; e a abstenção do Deputado do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação uma proposta... Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho uma questão. Presumo que se vá votar agora o n.º 4 do artigo 4.º...

Presidente da Assembleia: Proposta de aditamento.

Deputado Vasco Cordeiro: ... proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM. Eu tenho uma questão que gostaria de colocar a este ponto.

Presidente da Assembleia: Faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A formulação que é dada pela coligação a esta proposta de alteração suscita-me uma dúvida, que é a do incentivo financeiro a atribuir à instalação dos equipamentos deixar de ser a 100%. Porquê? Porque a formulação que é dada é que o valor do incentivo financeiro terá em consideração o consumo individual de cada código de ponto de entrega. Esta formulação estabelece uma relação entre o valor do incentivo financeiro e um conjunto de outras circunstâncias. Se não é este o objetivo da proposta, eu peço a clarificação deste ponto, porque me parece importante que não se suscitem dúvidas quanto ao valor do incentivo financeiro. E, portanto, era essa a dúvida que eu colocava e pedia esclarecimentos aos proponentes.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo.

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que é apenas para tabelar um teto como a capacidade instalada de cada habitação, ou de cada ponto de entrega. É apenas para isso. Não sei se esclareci? Colocar um teto em termos da capacidade instalada de cada habitação, em cada ponto de entrega.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A informação é clara e é lógico! E é lógico! O que me parece importante é que isso seja clarificado na formulação, porque a formulação não diz isso. A formulação não diz isso!

Deputado João Bruto da Costa: Está nas alíneas!

O Orador: A formulação, o que diz, no n.º 4 da proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, é que, “O valor do incentivo financeiro terá em consideração o consumo individual de cada ponto de entrega, alínea a), pessoas singulares, considerando a média dos consumos dos últimos 6 meses, sendo o limite máximo de potência a financiar definido de acordo com o dimensionamento do sistema...

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas: Está respondido!

O Orador: ... apurado pela entidade instaladora, que após avaliação, irá definir a potência a instalar, de modo a garantir que são supridas as necessidades básicas de energia de cada código de ponto de entrega, garantindo o mínimo de energia excedentária”. Aquilo que o Sr. Deputado Carlos Freitas apresentou é uma ideia clara, mas não é isso que resulta da leitura da proposta.

Deputado João Bruto da Costa: É, é!

O Orador: Eu peço desculpa, não é isso que resulta da leitura da proposta. E, portanto, se é a questão de fixar um limite máximo, presumo que o incentivo financeiro não pode ser superior do investimento que resulte da contratação, tendo em conta esse tipo de potência, isso é claro. Mas não é isso que está escrito aqui! O que diz é que o valor do incentivo financeiro terá em consideração a potência nos termos da alínea a) – são coisas diferentes! E eu acho que este diploma já provocou, no fundo, debate suficiente para, após esse tempo, nós não enveredarmos por uma situação que é dúbia! É dúbia não é em relação à intenção dos proponentes! A intenção dos proponentes é clara! Mas o que está aqui escrito não é isto! E eu apelo, a bem da clareza da legislação que sai desta Casa, que este aspeto possa ser considerado e clarificado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Eu peço desculpa, tinha só que tirar aqui uma pequena coisa! Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu percebo a sua dúvida, e penso que é legítima. Porque o Sr. Deputado fez a leitura como um leigo, ou se calhar, com alguma exigência jurídica mais acentuada relativamente àquilo que diz o n.º 4, antes e depois ser especificado nas alíneas, porque a alínea é que vem definir qual é o valor do incentivo financeiro, que é atribuído tendo em conta a média do consumo dos últimos 6 meses, tendo por limite máximo a potência a financiar. Ou seja, o que está aqui bem explícito é que o valor a financiar terá que ter por limite a potência instalada nos últimos seis meses, tendo em conta o consumo daquela candidatura, que é para não acontecer – e isto, relativamente aos seis meses, e por isso é feita essa referência – aquilo que é: agora vai toda a gente correr a instalar mais potência, pedir mais potência, para depois obter um incentivo financeiro maior. E, por isso, fez-se esta limitação. Eu penso, não obstante todas as leis poderem ter uma vírgula que possa gerar alguma dúvida, que não ficam quaisquer dúvidas de que o incentivo é a 100% tendo em conta a potência instalada nos últimos seis meses. Isso parece-me que é o que resulta da leitura do texto, não obstante qualquer jurista poder enveredar por critérios interpretativos diferentes, mas estamos em crer que esta formulação que fizemos dá suficiente clareza para se considerar que o valor do incentivo financeiro a atribuir tem um limite, mas é 100% da potência que estava instalada pelo beneficiário nos últimos 6 meses. Não sei se o esclareci. Pela sua cara, fico com dúvidas. Mas penso que na formulação que fizemos para esta alteração, o que se pretende é de facto estabelecer esse limite, criando uma regra que impeça que agora haja abusos por parte de alguém que queira eventualmente instalar potência

superior àquela que tem sido o seu consumo nos últimos 6 meses. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras Secretárias Regionais, Senhores Secretários Regionais.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, a sua explicação é clara, mas repare que há uma diferença entre a formulação que é dada no proémio deste artigo, nas alíneas a) e b), como por exemplo, a formulação que é dada na alínea c). A alínea c) é clara! O que é que diz a alínea c)? “Para além do referido na alínea anterior, o valor máximo do incentivo a conceder às empresas”, e, portanto, é claro, é o valor máximo do incentivo! O que é que dizem as duas alíneas anteriores e que, no fundo, são as razões pelas quais eu acho que nós devemos clarificar este ponto? É que o que refere ao valor máximo não é um valor máximo de incentivo! Fala do valor máximo de potência, limite máximo de potência a financiar. A única referência que tem ao valor do incentivo é dizer que ele terá em consideração o consumo individual. E, portanto, eu acho que era importante, por exemplo, é uma solução possível, adotar para as alíneas a) e b)... eu nem sequer quero... não é uma de seguir a proposta do PS! É, inclusive, segundo a formulação da proposta que é apresentada pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, adotar a formulação para as alíneas a) e b) que, por exemplo, tem na alínea c), porque aí é claro que aquilo que se está a referir não se introduz (penso que o Deputado João Bruto da Costa está a perceber o que é que eu quero dizer!) qualquer conceito indeterminado. O que se diz é que o limite máximo do incentivo é aquele, não é: “o incentivo tem em consideração o valor máximo da potência a considerar”, porque isso deixa completamente aberto o valor em concreto do incentivo. Eu acho que num diploma deste tipo, o seu carácter extraordinário e o montante de verbas que está envolvido, julgo que seria importante sermos

absolutamente claros, até para facilitar o trabalho do Governo Regional e, no fundo, a leitura que as famílias e as empresas podem ter das possibilidades que o diplomas lhes oferece. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Também queremos ser claros e que isto seja o máximo transparente possível. Três situações que acho que vão contribuir para a clareza deste assunto – a capacidade instalada em cada habitação, a média do consumo dos últimos seis meses e temos um teto obrigatório de 1.500 euros por quilowatt, que até está aqui no ponto 2 do artigo 4.º. E acho que isto é claro!

Deputado Vasco Cordeiro: Não, não! Não é! Não há dúvidas nessa parte, o problema não é esse!

O Orador: Colocamos uma barreira para não haver aquela correria, como disse aqui o nosso presidente do grupo parlamentar, para aumentar agora, à última da hora, a capacidade instalada em cada habitação, vamos buscar a média dos últimos seis meses de...

Deputado Vasco Cordeiro: O problema não é esse!

O Orador: ...e o teto dos 1.500 euros, que é uma regra, por quilowatt. Eu acho que é claro!

Deputado Vasco Cordeiro: O problema não é esse!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Freitas. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros do Governo. Eu espero contribuir aqui para a clarificação. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu sei que percebeu aquilo que é o objetivo, não é o que está em causa, mas, salvo melhor opinião, e o entendimento que nós fazemos é: uma vez que este diploma pretende que se faça um financiamento, o financiamento será na

totalidade da capacidade que fica aqui definida, que é o limite máximo da potência a financiar, salvo melhor entendimento, para nós é claro que o limite máximo que for definido será financiado na totalidade. Esse é o entendimento que eu faço desta redação. Porquê? Porque o diploma pretende balizar exatamente o que é que é financiado. Mais uma vez digo, salvo melhor entendimento. Mas esse é o entendimento que esta redação a mim me suscita e foi por isso que também a fizemos nesse sentido. Mas também vamos falar entre nós: não me parece que seja difícil colocar aqui, e aí também aceito a proposta que faz, sendo o valor máximo. Mas a questão do valor máximo, para nós, está implícita, uma vez que o que se pretende é financiar, ou seja, para nós é claro, porque o que se vai financiar é o que diz ali, vai-se financiar a potência toda. Sendo a potência calculada financiada, não vemos aqui qualquer problema, porque a partir do momento em que se calcula a potência a instalar, tendo em conta os argumentos que já foram aduzidos, que têm a ver com os últimos 6 meses, com a capacidade instalada em cada domicílio, a partir do momento em que isso está calculado e se define a potência máxima a instalar, essa potência máxima a instalar é financiada na totalidade, porque é isto o objeto do diploma. Obrigado.

Deputado Berto Messias: A Sra. Secretária pode participar!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas: A proposta não é minha!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, eu prescindo, para dar oportunidade ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro de se pronunciar sobre esta última observação.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Rui Martins, eu acho que num

diploma destes não se deve presumir, deve ser claro! Aquilo que eu acho que a proposta de alteração dos partidos da maioria quer dizer é o seguinte: o valor do incentivo financeiro corresponde ao montante do investimento realizado, o qual terá como limite o consumo individual de cada código de ponto de entrega, nos termos das alíneas seguintes. Mas isso – mas isso! – não está aqui escrito!

Deputado João Bruto da Costa: Está no n.º 2!

O Orador: Porque o que está aqui escrito é que o valor do incentivo financeiro terá em consideração o consumo individual, que é diferente...

Deputado João Bruto da Costa: Mas leia o n.º 2!

O Orador: ... – que é diferente! – daquilo que eu acabei de vos referir. Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que a questão está clara no entendimento daquilo que é de cada um! Da nossa parte, nós entendemos, não é uma proposta nossa, é a vossa proposta! O objetivo da vossa proposta é perceptível, é claro, é compreensível, a forma como está formulado, na nossa opinião, não é claro, introduz dúvida e pode levar a problemas. E é na tentativa de contribuir para que saia daqui a melhor solução, mais do que aprovar as propostas do PS ou não, é que eu estou a fazer essa intervenção. E, portanto, não vamos insistir, eu julgo que a minha posição está clara, as dúvidas que levanto, o entendimento, aquilo que eu acho que este diploma deve trazer, e, portanto, deixo à vossa consideração. É tão simples quanto isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado João Costa, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, só para tentar auxiliar ainda um pouco! Nós temos o artigo 4.º do diploma. No n.º 1 descreve o que é o sistema de incentivos, e no n.º 2 diz assim: “O incentivo para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos traduz-se na forma de atribuição de unidades de incentivo,

revestindo a forma de subsídio não reembolsável correspondente a 100% das despesas elegíveis, até um máximo de 1.500 euros por quilowatt instalado”. Depois, o n.º 3 e o n.º 4, desde logo, o n.º 4, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro considera duvidoso, aquilo que faz é caracterizar as despesas elegíveis para os 100% que estão referidos no n.º 2.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não são despesas elegíveis! É o valor do incentivo!

O Orador: Não é despesas elegíveis, tem razão, Sra. Deputada, é o valor do subsídio!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Incentivo!

O Orador: Do incentivo! E, portanto...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a questão é mesmo essa!

O Orador: Portanto, como é 100%, esse valor, está depois descrito no n.º 3 e no n.º 4 a forma como ele pode ser atingido. Mas, se o Sr. Deputado acha que é preferível nós fazermos um intervalo para clarificar, eu penso que podemos fazê-lo, mas acho que o n.º 2 esclarece a sua dúvida, que, inicialmente, parece-me que era: “Afinal vai ser a 100% ou não vai ser a 100%?”, e o n.º 2 esclarece! Este apoio reveste a forma de subsídio não reembolsável e correspondente a 100% das despesas elegíveis. E, portanto, é os 100%, não ficam dúvidas nenhuma sobre esse aspeto e acho que isso é perfeitamente claro no diploma com a proposta de alteração que queremos introduzir neste artigo 4.º.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Na minha opinião há duas formas de resolver esse assunto, do ponto de vista substantivo, e depois já lá iremos à parte procedimental! Do ponto de vista substantivo, as duas formas de resolver esse assunto são as seguintes: uma, o n.º 4 passa a dizer a formulação que referi há pouco – “O valor do incentivo

financeiro corresponde a 100% do investimento elegível, o qual terá em consideração o consumo individual de cada código de ponto de entrega nos termos das alíneas seguintes”; a outra solução, é (uma outra alternativa), em vez de falar do valor do incentivo financeiro, o valor do investimento elegível terá em consideração o consumo individual de cada ponto de entrega. Isso é a parte substantiva! A parte procedimental é que nós já não podemos apresentar propostas de alteração, isso já passou! Mas eu acho que, neste caso, sobrelevo uma razão material e substantiva face a uma razão procedimental ou adjetiva. E, portanto, se não houver oposição de nenhum dos partidos da câmara – se não houver oposição de nenhum dos partidos da câmara – fica no teor do diário das sessões a sugestão para que esta seja uma clarificação do sentido daquilo que está aprovado a estabelecer em comissão de redação final. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo.

Para dizer que da parte do grupo parlamentar do PPM, também do PSD e do CDS-PP, aceitamos a sugestão do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Presidente da Assembleia: Estamos todos de acordo? Vamos então colocar à votação esta proposta de aditamento do n.º 4, ao artigo 4.º, com esta sugestão para ter em consideração, na redação final, pela comissão, e chamava à atenção para esse facto. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Eu apresentei duas sugestões! E, portanto, parece-me que a segunda é a mais clara! A segunda é a mais clara e a que torna mais fácil a leitura do diploma. Muito obrigado. Portanto, considere-se então que o n.º 4 seria, em vez *do valor do incentivo financeiro*, **o valor do investimento elegível**. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito bem. Vamos então colocar à votação. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor...

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao n.º 4 do artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor...

Sim, vai ser o n.º 5, depois renumerado... já votámos o 4.º e agora temos uma proposta de alteração para renumeração do n.º 5, com a alteração do proémio e aditamento de uma alínea e) – é essa que estamos a votar. Que não é só uma renumeração, mas também há um aditamento.

Nós acabámos de votar uma proposta de aditamento do n.º 4, ao n.º 4 do artigo.

E agora vou colocar à votação também uma proposta de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 4, do artigo 4.º, que depois, naturalmente, vai ser renumerado em redação final global.

Sra. Deputada Andreia Cardoso...

Deputada Andreia Cardoso: Sr. Presidente, queríamos pedir a votação da alínea e) à parte.

Presidente da Assembleia: À parte. Então, coloco à votação a proposta de alteração do n.º 4 ao artigo 4.º, excluindo a proposta de aditamento de uma alínea e). As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, de aditamento da alínea e), ao n.º 4, do artigo 4.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A alteração foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente da Assembleia: A proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista, do artigo 4.º, fica assim prejudicada. Coloco à votação o artigo 4.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo 4.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e com 24 votos de abstenção do PS.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 5.º. Há um conjunto de alterações apresentadas pelo Partido Socialista, eu pergunto se posso colocá-las à votação em conjunto? Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 5.º apresentadas pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD...

Presidente da Assembleia: Não, não! Foi rejeitada!

Secretário da Assembleia: Perdão! Foi rejeitada com os votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente; votos a favor, 24 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 5.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; com 2 votos contra do BE e com 24 votos do PS, de abstenção.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento... Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro: Gostaria de solicitar a repetição da votação do artigo que acabámos de votar.

Presidente da Assembleia: Do artigo que acabámos de votar? As propostas de alteração do PS? Não é preciso.

Deputado Vasco Cordeiro: Não, não, não!

Presidente da Assembleia: Só o artigo?

Deputado Vasco Cordeiro: O artigo 5.º

Presidente da Assembleia: Está à votação o artigo 5.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e com os votos contra, 24 do PS e 2 do BE.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista de um artigo 5.º-A. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN; e votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 2 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 5.º-B apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Pergunto à câmara se posso colocar em conjunto as propostas de aditamento do artigo 5.º-C e 5.º-D, ambas do Partido Socialista, à votação? Estão à votação as propostas de aditamento dos artigos 5.º-C e 5.º-D, apresentadas pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

Deputado Pedro Neves: Peço apenas que faça a separação em termos da votação do aditamento do artigo 5.º-E. Eu gostaria de votar o n.º 1...

Presidente da Assembleia: O artigo 5.º-E está prejudicado, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves: Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Está prejudicado porque foi aprovada a proposta de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM ao n.º 4 do artigo 4.º, renumerado depois com o n.º 5.

Vamos então colocar à votação a proposta de aditamento de um artigo 5.º-F apresentada pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; e 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está à votação o artigo 6.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo 6.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento de um artigo 6.º-A, apresentado pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: Obrigado, Sr. Presidente. A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN; com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 7.º. Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao n.º 1, do artigo 7.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 2 votos a favor do BE e 1 do Deputado Independente; votos contra, 24 do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de eliminação do artigo 7.º, apresentado pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do Deputado Independente e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 7.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; com 2 votos contra do BE; e 24 abstenções do PS.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 8.º. Primeira proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 8.º, apresentada pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 2, do artigo 8.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 3, ao artigo 8.º... aliás, pergunto à câmara... há duas propostas de

aditamento, o n.º 3 e n.º 4, ao artigo 8.º, apresentadas pela Iniciativa Liberal, pergunto à câmara se posso...? Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo.

Muito rapidamente só para esclarecer a câmara o que é que se pretende com estes dois aditamentos. Na verdade, o que se pretende é que o beneficiário possa concessionar ao instalador o valor do apoio, para que isto permita, tal como na discussão, na generalidade, o Sr. Deputado António Lima disse que o beneficiário, não tendo capacidade financeira para proceder à compra do equipamento, possa, em qualquer uma das fases, concessionar o apoio, depois de aprovado, ao instalador, que esse faça a instalação e que venha a receber diretamente, por garantia dessa concessão, o valor do apoio. Esta medida, na nossa opinião, vem simplificar o processo, tirará alguma burocracia, vem incrementar o mercado e vem pôr, na nossa opinião, os instaladores no terreno a tentar convencer clientes privados a terem esse tipo de equipamentos nas suas casas, que muitas vezes são coisas que, se não houver um esforço comercial, não se consegue que as pessoas recorram a esse tipo de incentivos. E assim chegarmos a mais famílias, e assim podermos alcançar o objetivo que o diploma meritoriamente encerra.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, eu peço para intervir exatamente, porque muito embora eu perceba o objetivo da proposta, as minhas dúvidas residem é na sua legalidade, uma vez que nós estamos a falar de 100% de fundos comunitários, e de acordo com aquilo que é comum em termos de regulamentação comunitária, esse tipo de operação não é permitida.

Deputado Carlos Freitas: Os encaminhamentos também é com fundos comunitários!

O Orador: Não é permitida! Os encaminhamentos não envolvem fundos comunitários! E, portanto, desse ponto de vista, eu gostaria de colocar não só ao Sr. Deputado Nuno Barata, mas também ao Governo, se tiver condições, obviamente, para contribuir para o esclarecimento, esta questão, porque nós temos dúvidas de que esta operação, envolvendo fundos comunitários, seja legal. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Essa dúvida, nós próprios a pusemos a nós próprios, e, na verdade, são vários os casos em que situações dessa natureza já ocorreram. Ocorrem, inclusivamente, com verbas do FEOGA-Garantia, ocorrem com verbas de outros fundos comunitários, e, em nosso entender, não há nada que proíba que isto se faça. Mas percebo a preocupação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, foi-me colocada pelo meu *staff*, foi avaliada e nós entendemos que não há nada que impeça isso. Inclusivamente, nada impede que um devedor ao Estado concorra em várias fases desse processo, e sendo-lhe negado, porque é devedor ao Estado, ele consigne o apoio ao Estado e já o possa instalar, desde que o apoio cobre a totalidade dessa dívida ao Estado.

Deputado Vasco Cordeiro: São coisas diferentes!

O Orador: Há jurisprudência sobre essa matéria. E se pode ao Estado, claramente, no nosso entender, tem que poder ao privado. Se bem que eu perceba que da parte do Partido Socialista e de algumas forças mais à esquerda, isto não seja entendível dessa forma – o Estado, o Estado, o Estado, e as empresas e as pessoas de forma diferente. Eu acho que isto aqui pode encerrar-se em vários acórdãos que existe do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, em vários acórdãos que existe noutros tribunais, e que é meritório nós tentarmos, pelo menos, que se consiga consignar estes apoios

aos instaladores, para garantir precisamente que eles façam o trabalho comercial que é necessário ser feito. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Pergunto à câmara se posso colocar as duas propostas de aditamento do n.º 3 e n.º 4, ambas da Iniciativa Liberal, à votação em conjunto? Estão à votação as propostas de aditamento do n.º 3 e do número... Não? Então, vamos votar uma a uma! Está à votação uma proposta de aditamento do n.º 3, ao artigo 8.º, apresentada pela Iniciativa Liberal. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente; e com as abstenções, 24 do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 3, ao artigo 8.º, apresentada pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

(*) **Presidente da Assembleia:** Coloco à votação uma proposta de aditamento apresentado pela Iniciativa Liberal, do n.º 4 do artigo 8.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente; com 1 voto contra do PAN; e com 24 votos do PS, de abstenção, e 2 do BE.

Presidente da Assembleia: Pergunto à câmara se posso colocar as propostas de aditamento do n.º 4, do n.º 5 e do n.º 6, do artigo 8.º, em conjunto, à votação, da autoria do Partido Socialista? Então, estão à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, do n.º 4, do n.º 5 e do n.º 6 ao artigo 8.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 8.º do diploma com as propostas de alteração que acabámos de introduzir. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado o artigo 8.º com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 da Iniciativa Liberal; e com 24 votos de abstenção do PS e do BE.

Presidente da Assembleia: O grupo parlamentar do Partido Socialista propõe 3 propostas de aditamento, o artigo 8.º-A, 8.º-B e 8.º-C. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação as propostas de aditamento dos artigos 8.º-A, 8.º-B e 8.º-C, apresentadas pelo Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, proposta da eliminação do artigo 9.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; e com os votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 9.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo 9.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e com 24 votos de abstenção do PS.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o artigo 10.º, primeira proposta de alteração do Sr. Deputado Independente, à alínea a) do artigo 10.º, que a coloco à votação. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com votos a favor, 1 do Deputado Independente e 1 do PAN; votos contra, 24 do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista à alínea a) do artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem

como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 2 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista à alínea b) do artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta do Sr. Deputado Independente, proposta de alteração à alínea c) do artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi rejeitada com 1 voto a favor do Deputado Independente; 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal; e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta apresentada pelos grupos parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, à alínea c) do artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e 24 votos contra do PS.

Presidente da Assembleia: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada a esta alínea pelo grupo parlamentar do Partido Socialista. Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista à alínea d), do artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; e com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: O grupo parlamentar do Partido Socialista propõe dois aditamentos, uma alínea e) e uma alínea f), ao artigo 10.º do diploma, pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto? Então, estão à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, a alínea e) e f), ao artigo 10.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 10.º do diploma com a proposta de alteração que, entretanto, introduzimos. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; 2 votos contra do Bloco de Esquerda; e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento de um artigo 10.º-A, apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Pergunto à câmara se posso colocar em conjunto, à votação, todas as...

Não? Só a n.º 5? As outras 4 podem ser em conjunto? Então, estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1, ao n.º 2, ao n.º 3 e ao n.º 4, do artigo 11.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS e 2 do BE; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista ao n.º 5, do artigo 11.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está à votação o artigo 11.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As

Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista ao artigo 12.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: A proposta foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está à votação o artigo 12.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado Independente; e com 24 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 13.º. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: Foi aprovada a votação com 24 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; votos contra, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco agora à votação o artigo 13.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir. As Sras. e Srs.

Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 14.º do diploma. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo 14.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Votação final global. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Estão assim encerradas as votações. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso: Pedimos desculpa, mas é que nós não ouvimos a colocar à votação final global do diploma.

Presidente da Assembleia: Querem que se repita essa votação.

Deputada Andreia Cardoso: Queria, por favor.

Presidente da Assembleia: Então vamos repetir a votação final global do diploma. Votação final global. As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar. As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: Foi aprovado com 20 votos do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente; e com 24 votos do PS, de abstenção.

Presidente da Assembleia: Encerramos assim as votações deste diploma. Pergunto se há inscrições para declarações de voto. É porque vamos fazer um intervalo. Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. É com satisfação que vejo aprovado este diploma. Não foi, efetivamente, o diploma que eu gostava de ver aprovado nesta Casa. Tenho poucas dúvidas de que esse mesmo diploma fique por aqui, seguramente terá a necessidade de voltar novamente à Assembleia Regional para corrigir a discriminação negativa que as pequenas, médias e micro empresas dos Açores ficaram discriminadas, assim como as instituições de solidariedade social e clubes desportivos, ou seja, todas as figuras consideradas como pessoas coletivas, que veem assim prejudicado o seu acesso a esse mecanismo tão importante para robustecer esses organismos privados e associativos. Tal como realmente tenho poucas dúvidas de que haverá necessidade de aligeirar a prazo os mecanismos de acesso a mais pessoas, para dar cumprimento aos objetivos de produção de 12,6 megawatts, conforme determinado no acordo firmado com a União Europeia. Portanto, o tempo dirá, mas, infelizmente, eu acho que este diploma começou mal, perdeu-se muito tempo nos organismos do Governo até chegar à Assembleia Regional, e a consequência disso é que ficou um diploma, no meu entender, castrado naquilo que seriam as suas possibilidades de fazer face às necessidades das famílias, mas também dos outros organismos que não são famílias, ou seja, todas as pessoas coletivas que poderiam ter acesso a esse mecanismo. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Freitas, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Gostaria de elogiar o comportamento de todos os partidos que fizeram com

que se aprovasse este diploma, diploma este que é bastante importante para a nossa Região, não só em termos de transição energética, fazendo com que diminua a nossa dependência energética face ao exterior, mas também muito importante para as nossas famílias e empresas a nível de diminuição de custos com as faturas de eletricidade. Agora cabe-nos a nós fazermos o nosso trabalho de promover esta iniciativa, para que chegue ao máximo número de famílias e empresas da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações...? Sr. Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente a iniciativa, pese embora ela ainda não seja, naturalmente, aquela que desejávamos, mas sem dúvida que foi substancialmente melhorada durante o debate e a votação na especialidade. Algumas dúvidas suscitaram-se relativamente a um dos aspetos que para nós era fundamental, nomeadamente, uma forma de contornar a necessidade de adiantamento por parte das famílias – essa solução, esperemos que tenha efetivamente viabilidade do ponto de vista legal, porque essa questão é fundamental para a boa execução deste diploma e, principalmente, deste apoio, para que todas as famílias que a ele queiram recorrer, possam efetivamente ter acesso, independentemente da sua condição financeira. Esperando que ele tenha boa execução e que essa matéria não seja

de facto um impedimento, o Bloco de Esquerda deu o seu voto favorável, esperando agora que o Governo Regional faça boa condução deste diploma e que ele chegue rapidamente às famílias, às empresas que dele queiram recorrer e que dele precisem, e também que dê um contributo importante para a transição energética para a redução de utilização de combustíveis fósseis na região. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sandra Dias Faria, para fazer uma declaração de voto. Faça favor.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Partido Socialista trouxe um conjunto de propostas, até comentado por vários dos partidos aqui presentes, bastante robusto, resultado de um trabalho de aprofundamento que foi possível por fazer baixar esse documento à comissão para uma análise mais aprofundada. No nosso entender, a proposta inicial não estava capaz. Aquela que hoje aqui aprovámos, embora diferente, continua a deixar grandes reservas ao Partido Socialista, na sua execução, naquele que será o cumprimento dos objetivos que para nós são essenciais, chegar às famílias e fazer com que seja efetivamente um instrumento para eficiência energética, mas também um instrumento de apoio às famílias, às empresas, de suporte a estas entidades, naquelas que são as suas responsabilidades do dia-a-dia. Fazer também nota de que, não fosse o pedido de requerimento do PS a fazer baixar à comissão este diploma, ele teria passado como um cheque em branco.

No nosso entender, continua a ser um cheque em branco, embora as alterações introduzidas, mas estaremos cá para avaliar também a forma como será executado e prestaremos também atenção à forma como farão chegar este montante de 19 milhões de euros, quer às empresas, quer às famílias. Disse.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. O PPM votou favoravelmente esta iniciativa, e apresentou, conjuntamente com o PSD e o CDS-PP, um conjunto de propostas de alteração, e também foram apresentadas por parte da Iniciativa Liberal, também do Partido Socialista, que também viu aprovadas alterações. E, por isso, eu considero que aqui...

Deputada Sandra Faria: Esqueceu-se de um!

Deputado Carlos Furtado: E do Deputado Independente.

O Orador: E o Deputado Independente! Eu peço desculpa por este esquecimento, mas, o Sr. Deputado, como está nas minhas costas, eu não o estava a ver. Mas...

Deputado Carlos Furtado: Fui o primeiro, Sr. Deputado!

O Orador: Exatamente! Penitencio-me, Sr. Deputado, pelo meu esquecimento, e volto a reformular – e com o contributo inestimável e importantíssimo do Sr. Deputado Independente. Peço desculpa! E, nesse sentido, eu considero que aqui o que aconteceu foi democracia. Democracia! Contributo de todos os partidos para que se melhorasse um diploma estratégico aqui apresentado pelo Governo. É evidente que há que reconhecer que este diploma teve melhorias importantes, foram-lhe introduzidas melhorias importantes. Desde logo, como o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal referenciou, no acesso das famílias a este tipo de apoios, para que possa ser democrático, possa chegar a muita gente e possa funcionar para atingir aqueles que são os seus objetivos. Nós estamos a falar, de facto, numa área que é uma área estratégica para a região e para o país, estamos a falar na transição energética, estamos a falar em reduzir o consumo de combustíveis fósseis, a nossa dependência, como se vê até pelas circunstâncias atuais, é absolutamente estratégico que os Açores sejam cada vez mais autossuficientes do ponto de vista energético, e é nestas matérias todas, na

redução dos custos nesta matéria para as famílias e para as empresas. Há um contributo muito, muito, muito importante por parte do Governo Regional com esta iniciativa e com o contributo dos partidos que a ela se associaram. E, portanto, é fazer esta referência, mereceu o nosso voto favorável, e, na nossa perspetiva, constitui um instrumento estratégico para o desenvolvimento dos Açores e para se conseguir a tal independência energética, caminhamos nesse sentido, que são os parâmetros definidos também no âmbito da União Europeia, que tão importante é, e também, de alguma forma, é mais uma medida que combate a crise que estamos a enfrentar, nomeadamente, naquilo que diz respeito ao seu impacto das despesas que as famílias têm nesta área. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. O CDS votou convictamente este diploma, introduzindo-lhe, juntamente com os seus parceiros de coligação, o PPM e o PSD, as alterações que consideramos necessárias para melhorar ainda mais esta proposta. No diálogo democrático, nesta Assembleia, com as restantes forças partidárias e com o Sr. Deputado Independente, também foram votadas favoravelmente propostas de alteração dessas forças partidárias, e, portanto, estamos convictos de que sai daqui um diploma melhor do que o que entrou, e ainda bem, é essa a nossa missão, é esse o nosso trabalho!

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

O Orador: E o CDS não tem nenhum problema, nem nenhuma desconfiança em relação àquilo que são os propósitos ou a competência do Governo, e, portanto, estamos plenamente confiantes de que este diploma vai ser bem implementado,...

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

A Oradora: ... a favor das nossas famílias, das nossas empresas, com vista a alcançarmos aquelas que são as metas que já estão definidas e negociadas com a União Europeia, mas também os objetivos a que nos propomos enquanto sociedade para reduzirmos a nossa dependência energética, para reduzir a fatura de eletricidade das famílias e das empresas.

Deputada Catarina Cabeceiras e Deputado Paulo Estêvão: Muito bem!

A Oradora: E, portanto, estamos convencidos de que temos aqui um bom diploma, um bom documento, para, nos próximos anos, podermos fazer evoluir um pouco mais a nossa sociedade. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Muito rapidamente, para informar a câmara de que a Iniciativa Liberal votou favoravelmente esse diploma, na especialidade e na sua votação final global, assim como, na especialidade, votou algumas das propostas de alteração que aqui foram apresentadas favoravelmente, e outras, não tão favoravelmente como alguns proponentes desejariam, porque elas encerravam mais burocracia em vez de simplificação, mais complicação para os gestores do processo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... mais demora, e também porque algumas foram apresentadas muito em cima do tempo que tínhamos para debate e votação, e, nesse sentido, sabendo-se da dimensão da representação parlamentar, sendo Deputado único, não era razoável sequer exigir que fosse feita uma análise

mais profunda do diploma, até mesmo tendo em conta os dias que tivemos pela frente, de trabalho, segunda, terça e quarta-feira.

Nesse sentido, entendemos que saímos daqui com um diploma melhor. Não corroboro do mesmo sentimento de um Deputado que falou antes de mim, corroboro desse sentimento no sentido de que provavelmente não saímos daqui com o diploma ideal, mas saímos certamente com um diploma melhor do que aquele que foi aqui trazido inicialmente. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h40.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 46 minutos.

Vamos então avançar na nossa agenda para o ponto 9, projeto de decreto legislativo regional n.º 47/XII, Fundo Regional do Ambiente. É uma iniciativa apresentada pela representação parlamentar do PAN. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. O impacto da ação humana nas alterações climáticas e na deterioração do nosso meio ambiente é hoje uma realidade inelutável. Inelutável no sentido em que não se pode negar essa correlação, nem deixar de reconhecer o impacto negativo que provocam em todos os setores da sociedade. Os Açores não são exceção nem passam incólumes, seguindo a tendência global em termos de alterações climáticas. A convivência com fenómenos climatéricos adversos é uma realidade cada vez mais presente,

não só fruto do nosso posicionamento geográfico e por inerência à nossa insularidade, mas também é resultado nas mudanças climáticas que vimos a assistir. Temos registado um aumento no número de intempéries que assolam o nosso arquipélago e provocam elevados danos humanos, ambientais e económicos, sendo previsível que os eventos meteorológicos extremos aumentem de frequência e de intensidade. Ao nível de fenómenos extremos, de acordo com os dados do IPMA, os Açores estão a acompanhar o que é tendência à escala global, ao nível do aumento de concentrações de dióxido de carbono. Desde setembro 2016 que a concentração de fundo de CO₂ na atmosfera nos Açores tem sido sempre superior a 400ppm's (partes por milhão). Também de acordo com as previsões do IPMA, estima-se na diminuição da precipitação média anual em cerca de 9,8 milímetros por dia até ao final do século, comparativamente à média dos últimos 30 anos. Na sequência do aumento de temperatura que já vem sendo observado, desde a década de 70, e do decréscimo dos níveis de pluviosidade vamos assistir a um contraste entre o aumento de dias de seca e o aumento de dias com situações extremas de precipitação forte. Mas esta vivência e realidade não deixam de ser combatíveis e em certo modo reversíveis, sendo ainda possível contrariar a herança deixada pela ação humana e pela inação política nestas últimas décadas em matéria ambiental. Para que isto aconteça há que delinear e concertar uma intervenção, tanto a montante como a jusante, através da criação de medidas que permitam, por um lado, mitigar as alterações climáticas e, por outro, minimizar as diversas vulnerabilidades das 9 ilhas dos Açores às intempéries, atenuando o seu impacto e garantido a segurança das pessoas, do património natural, das infraestruturas e bens económicos. Face à necessidade de garantir eficiência e eficácia das políticas ambientais é indispensável investir na criação de um mecanismo que possa auxiliar na resposta de desafios nas áreas de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e da adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Acompanhando estes desígnios as metas e os compromissos regionais,

nacionais e internacionais, assumidos em matéria de ação climática, vimos propor a esta câmara a criação de um mecanismo em forma de fundo que tem por finalidade apoiar políticas ambientais intrinsecamente conexas ao combate e mitigação das alterações climáticas através do financiamento de entidades, atividades ou projetos desenvolvidos em matéria ambiental. A existência do Fundo Regional do Ambiente permitirá garantir a transversalidade financeira das políticas públicas, ambientais no contexto regional para a mitigação e resiliência ao impacto das alterações climáticas, a preservação dos recursos naturais, a prevenção de riscos e reparação de danos ecológicos. Não podemos continuar a incorrer nos mesmos erros e omissões do passado. Ao fazê-lo estaremos a negligenciar uma vez mais, relegar para segundo plano a atuação necessária perante uma emergência climática que aqui nos Açores também se impõe. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. A mesa já tem a inscrição do Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas a quem dou a palavra. Faz favor Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Desde logo, importa reconhecer a bonomia e a boa intenção vertida neste projeto de decreto legislativo regional, apresentado pela representação parlamentar do PAN e reconhecer que de facto que tem a intenção de dotar a região de um mecanismo que possa auxiliar nos desafios que temos pela frente, nomeadamente em matéria de desenvolvimento sustentável e também do combate às alterações climáticas globais. A primeira questão que se coloca é se de facto nós necessitamos de ter um fundo ambiental regional, atendendo a que o fundo ambiental nacional tem aplicabilidade em todo o território nacional e, portanto, as entidades regionais podem, de facto, aceder a este fundo e candidatar-se aos apoios financeiros que ele prevê. Depois com a

clarificação que foi feita, com a apresentação da substituição integral, da proposta de substituição integral, de facto o fundo fica com uma natureza de património autónomo, com personalidade jurídica e goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e também personalidade judiciária. Ou seja, inequivocamente estamos na presença da criação de uma entidade no âmbito da administração indireta da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o regime jurídico dos institutos públicos das fundações regionais. Ora, a criação de uma entidade desta natureza acarreta naturalmente mais despesa e mais sobrecarga para o erário público, desde logo, despesa com a remuneração dos titulares dos cargos a criar, o conselho diretivo e fiscal único, e depois também e de acordo com aquilo que está estatuído no número o n.º 4, do artigo 5º, da proposta do PAN, encargos com as responsabilidades para as atividades do fundo, incluindo despesas de gestão, apoio técnico e apoio administrativo e, portanto, temos aqui um conjunto de despesas associadas. Ou seja, nós estaríamos a aumentar as despesas e a sobrecarregar o erário público quando na realidade grande parte das atribuições que se pretende atribuir a este fundo ambiental regional já são competências da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Portanto, não nos parece haver necessidade de ser criada uma nova estrutura, duplicadas competências e criadas novas despesas para o erário público e, para além disso, este facto parece-me muito relevante, a criação de um Fundo Ambiental Regional pode levar a que nós possamos correr o risco de ficarmos de alguma forma excluídos do Fundo Ambiental Nacional e isso não seria nada positivo. O Fundo Ambiental Nacional está dotado este ano com 1.125 milhões euros, com a possibilidade de ser ainda reforçado, portanto, é o maior orçamento de sempre, e nós neste caso, naturalmente a região poderá sempre ser mais uma beneficiária do que uma contribuinte para o Fundo Ambiental Nacional. Quer isto dizer, que nós teríamos sempre mais a perder do que a ganhar com criação de um Fundo Ambiental Regional. E, por outro lado, nem o próprio Fundo Ambiental Nacional, com a dimensão que tem,

prevê a criação, nem criou novas estruturas, ou seja, a entidade gestora do fundo é a própria Secretaria-Geral do Fundo Ambiental Nacional, nem sequer tão pouco possui mapa pessoal. Agora, o grande aspeto que me parece que, enfim, deve ser ressaltado, tem que ver com o seguinte: de acordo com o DLR 13/2011, de 5 de junho, ou seja, com o Regime Jurídico dos Institutos Públicos e das Fundações Regionais, a criação de uma nova entidade deve ser sempre e cito, de acordo com o artigo 10º, “precedida de um estudo sobre a necessidade, a sua necessidade e implicações financeiras e sobre os efeitos relativamente ao setor que este vai exercer, que vai nesta atividade”.

Ou seja, nós continuamos sem saber se esse estudo foi ou não foi feito e, por isso, volto a perguntar Sr. Deputado Pedro Neves, se esse estudo foi feito. Se esse estudo foi feito muito bem, se não foi feito implica que não está a ser cumprida a lei vigente que obriga a que antes da criação de um instituto desta natureza, de um fundo, haja um estudo sobre o impacto financeiro. Isto levamos também ao Regimento da Assembleia que, nos requisitos formais, diz que “os projetos e propostas de decreto legislativo regional, no âmbito do artigo 119.º, devem ser precedidos de uma breve justificação ou exposição de motivos, com referência às consequências económicas sociais e financeiras da iniciativa e ainda ao quadro legal vigente”.

Ora o quadro legal vigente diz que deve ser precedido da entrega de um estudo, diz mais o n.º 3, que “a não verificação dos requisitos implica a necessidade de suprimento no prazo de 5 dias”. Portanto, fica a dúvida se de facto existe ou não este estudo e se não existe este estudo se de facto temos condições para votar este diploma, sem suprir, de facto, esta necessidade de apresentação do estudo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Secretário Regional. Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Sr. Secretário Regional do Ambiente, sem dúvida que isto é uma opinião política, que eu

tenho que respeitar obviamente aquilo que o Sr. Secretário diz relativamente à opção política. Obviamente são opções, são opiniões e são posicionamentos do qual eu respeito em absoluto. Só que tenho que refutar pelo menos três afirmações que o Sr. Secretário fez e do qual eu sinto-me um pouco desconfortável e tenho obviamente que demonstrar de forma objetiva aquilo que disse e ter uma opinião, não só opinião, mas também uma clarificação. “Se tivermos um Fundo Regional ficamos a perder, porque não vamos estar agregados pelo menos ao Fundo Nacional”. Isso não é verdade. Não é verdade, porque, no passado, já aconteceu os fundos nacionais, que também temos obviamente o fundo regional exatamente igual, receber ou pelo menos ter uma transferência quando dentro de um projeto as duas fundações são *partners*, ou fundações ou fundos, e isso já aconteceu no passado e pode acontecer também de futuro e não acredito que alguma vez a Assembleia da República iria o fazer tanto pela simpatia da presidência do fundo, que nós tivemos a oportunidade de ouvir na comissão, que isso tal acontecesse, isso seria obviamente uma opção política um pouco desagradável da parte da Assembleia da República, perante os Açores. A lei nada diz que nós iríamos ficar a perder com alguma verba que viesse do nacional apenas porque temos aqui um fundo que seria de gestão do valor e não de retirar a gestão do próprio Fundo Nacional. Relativamente às despesas do fundo, exatamente como na comissão, eu também lhe disse, depende do ponto de vista. Não lhe retiro a razão, eu tenho é um ponto de vista completamente diferente. Aquilo que você vê para uma despesa, se nós virmos na totalidade e tendo em conta com a receita e se nós entrássemos com algum programa obviamente da, tanto da União Europeia ou mesmo do Fundo Nacional, à partida, essas remunerações dos recursos humanos estariam sanadas e não havia sequer uma despesa agregada da parte do próprio Governo Regional dos Açores.

Relativamente ao Regimento, mais uma vez vou tentar respeitar ao máximo, mas acho, Sr. Presidente da Assembleia Regional, que o Sr. Secretário do

Ambiente quer tirar-lhe o lugar por causa deste diploma, que estamos na ilegalidade. Esta Assembleia está na ilegalidade. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Senhor Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, eu disse que nós correríamos o risco de com a criação de um Fundo Ambiental Regional ficar excluídos do acesso ao Fundo Ambiental Nacional quando isso não é necessário, porque o Fundo Ambiental Nacional é muito robusto e tem aplicação em todo o território, inclusive na Região Autónoma dos Açores, foi isso que disse. Outra coisa seria nós estarmos a garantir que uma percentagem do Fundo Ambiental Nacional era canalizada para o Fundo Ambiental Regional, não é isto que está aqui. Portanto, são duas coisas distintas. Nós corremos efetivamente o risco, criando um Fundo Ambiental Regional, de poder ficar excluídos no acesso ao Fundo Ambiental. E, portanto, é esta questão.

Agora, não há nenhuma dúvida de interpretação aqui. O que eu disse é que não foi apresentado um estudo que deve preceder a criação destas entidades no âmbito do regime jurídico da criação dos institutos públicos e das fundações regionais. Portanto, não resta aqui dúvida nenhuma. Naturalmente tenho que fazer a referência ao Regimento, porque o Regimento diz que para se admitir e para se discutir tem que se cumprir a lei vigente. A lei vigente diz que tem que ser entregue o estudo, mas o senhor não respondeu à minha pergunta. Foi feito, ou não foi feito, um estudo que discrimine o impacto financeiro que esta proposta teria e o impacto que tem no setor, porque é isto que é preciso saber, não pode o Parlamento, enfim, promover a criação de um instituto sem que nós saibamos qual é que é o impacto financeiro que ele tem. Parece-me apenas natural. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso: Não é um instituto, é um fundo!

Deputado Pedro Neves: É um fundo!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário regional. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa:** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Nós consideramos que o governo dos Açores tem uma agenda de políticas na área do ambiente bem vincada, do ambiente e das alterações climáticas, e a sua atuação tem demonstrado isso mesmo, com as iniciativas que têm passado neste parlamento, nas mensagens que tem passado pelo orçamento e na sua prática governativa.

Deputado Berto Messias: O retrocesso do glifosato foi um bom exemplo disso!

O Orador: O PAN apresenta-nos uma iniciativa com preocupações que partilhamos, nomeadamente as preocupações e as ações necessárias à mitigação das alterações climáticas, a adaptação e resiliência às alterações climáticas, questões relacionadas com o mercado do carbono, sequestro do carbono, neutralidade carbónica, a sustentabilidade e eficiência e uso dos recursos hídricos, a promoção da economia circular, sensibilização ambiental e o planeamento do ordenamento do território em toda a sua abrangência. Ora, tudo questões que partilhamos rumo a um desenvolvimento sustentável, com estabelecimento de metas e com uma postura de compromisso. Consideramos que isto é uma tarefa gigantesca e que necessariamente precisa de meios financeiros para a poder executar. E, portanto, nós temos dúvidas, muitas dúvidas, sobre o modelo que é aqui apresentado na proposta do PAN, porque os objetivos são vastos, mas sobre as questões financeiras até consideramos que podem ficar em risco de serem alcançadas porque estamos claramente a sobrepor duas ferramentas, uma que existe a nível nacional e outra que está em proposta para ser criada a nível regional. E temos dúvidas também sobre o modelo de funcionamento, da forma que já foi aqui apresentado, dada a leitura pelo Sr. Secretário, porque estamos a falar de um

fundo nacional, que como referiu o senhor secretário tem 1.125 milhões e que funciona na dependência direta do gabinete do Ministro do Ambiente. No caso da região estamos a querer aqui criar um organismo, mais um organismo público, com os custos inerentes e de forma autónoma e, portanto, achamos que não é uma situação bem-avisada. E, portanto, achamos que há que existir uma definição, ou o PAN quer realmente criar um Fundo Regional e abdica das receitas nacionais, e se acha que isso é possível nós discordamos por completo, ou sobrepondo as questões achamos que no futuro podemos ficar com menos margem para o trabalho que temos que fazer num plano nacional, sendo que a lei prevê claramente que todo o território nacional é elegível e com isto achamos que foi bom a proposta da audição que apresentamos na comissão...

Deputado Pedro Neves: Esquecemos a Autonomia!

O Orador: ... da audição da senhora diretora do Fundo Nacional, que percebeu a bondade da iniciativa, mas que disse claramente que não é possível criar um *plafond* deste bolo nacional que depois seja, digamos, gerido na Região,...

Deputado Pedro Neves: Tem a certeza?

O Orador: ... a não ser que o PAN proponha claramente aqui depois uma regionalização de uma parcela do fundo que possa ser aquela que nos esteja atribuída. Portanto, achamos que foram importantes as referências e as audições que aconteceram, mantendo a leitura que também foi feita pelo senhor secretário, que nós nesta área somos claramente mais beneficiários do que contribuintes.

Portanto, achamos que com mais trabalho junto do Fundo Nacional teremos muito mais robustez financeira para as políticas que queremos alterar nos Açores em termos ambientais. E, portanto, estas são as questões que achamos que devem ser respondidas pelo PAN, se entende que de forma autónoma temos a dimensão financeira para os desafios, se quer regionalizar parte dos fundos que estão no Fundo Nacional. Outra questão que lhe tenho que deixar:

o Sr. Deputado referiu na comissão que um simples projeto a que o fundo se candidatasse em termos europeus poderia ser o suficiente de recursos para os custos que este fundo tem na região, em termos dos quadros.

Deputado Pedro Neves: Não foi o que eu disse!

O Orador: Ora, eu acho que isto é muito pouco avisado, não podemos estar a construir aqui um organismo na região que passa a estar, digamos, na órbita da função pública regional, dependente da aprovação ou não, sendo que claramente esses projetos têm um cronograma específico de execução que depois irá, digamos assim, criar receitas para que o fundo funcione, não é claramente porque depois de o criarmos temos que ter orçamento pelo menos para o seu funcionamento. E, portanto, são estas as questões que gostaríamos de deixar de dúvidas, não temos qualquer problema em reconhecer a sua agenda ambiental, que partilhamos nos princípios, mas não nos revemos claramente na iniciativa. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo. Faça favor Senhora Deputada.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. As nossas ilhas dos Açores são ilhas com características únicas, geomorfológicas e com enquadramentos climáticos muito distintos e que em dias chuvosos e ventosos em algum grupo de ilhas, em outros tem os seus habitantes a frequentar praias, e que pela sua posição no oceano atlântico são territórios vulneráveis às alterações climáticas pela dependência de sistemas regulados pelo clima. Os eventos resultantes das alterações climáticas têm causado cada vez mais impactos ambientais, de cada vez mais elevada magnitude, com consequências patrimoniais, económicas e até mesmo humanas. Para prevenção dos impactos das alterações climáticas existem as duas linhas de atuação mundiais, nacionais e regionais, nomeadamente reduzir os gases de efeito de estufa na atmosfera, reduzindo emissões de carbono e adaptar o país e conseqüentemente a região às mudanças previsíveis para minimizar os

efeitos negativos das alterações climáticas nos ecossistemas e na qualidade de vida da população. O Fundo Regional do Ambiente apresentado pela representação parlamentar do PAN tem por finalidade apoiar políticas ambientais para cumprimento dos objetivos e metas e compromissos regionais, nacionais e internacionais, correspondendo às alterações climáticas, recursos hídricos, resíduos e conservação da natureza e biodiversidade, financiamento de entidades, atividades ou projetos desenvolvidos, nomeadamente para o planeamento do ordenamento do território e zonas costeiras, mitigação das alterações climáticas e adaptação e resiliência às alterações climáticas. A referida proposta do Fundo Regional do Ambiente cumpre na sua substituição integral de 12 de abril, o decreto legislativo regional n.º 13, de 2007/A, de 5 de junho, na sua redação em vigor, nomeadamente o artigo 10.º, no ponto 1, que foi alvo de grande reparo em sede de comissão. Apesar da criação deste fundo obrigar a uma autonomia administrativa financeira e patrimonial, o grupo parlamentar do Partido Socialista entende que é uma proposta de um organismo que estará próximo dos açorianos, das suas necessidades para prevenção e reparação de danos ambientais cada vez mais frequentes e também para contribuir para a mitigação das alterações climáticas, condição que consideramos que se supera aos possíveis aumentos de custos associados. Obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Sr. Deputado Marco Costa, disse uma inverdade. Supostamente a representante do Fundo Nacional nunca disse aquilo que você disse que disse, nunca aconteceu (nunca aconteceu!) a não ser que demonstre para mim e também para os outros deputados que estavam na comissão, exatamente do contrário. Neste caso, se nós virmos depois o vídeo mais tarde talvez eu lhe possa dar razão, só que pelo menos da minha parte ou pelo menos alguns deputados que

disseram exatamente o mesmo nunca ouvimos da parte, da boca da senhora diretora ou da senhora presidente, já não me recordo, tal situação, Sr. Deputado. Numa coisa você tem razão, e eu tenho que lhe dar razão, há uma agenda ambiental da parte do PAN. Há, sem dúvida nenhuma. Não há do PSD, isso já percebi e não lhe vou nem sequer,...

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Se você quer fazer uma intervenção, faça a intervenção. Uma coisa é um aparte, outra coisa é 10 segundos de um aparte, passa a ser uma intervenção, Sr. Deputado.

Uma coisa Sr. Deputado Marco Costa é, não lhe vou responder a absolutamente nada, porque você já à partida já matou o diploma, porque é que eu lhe vou estar a responder? E também lhe vou estar a explicar, porque você não percebeu à primeira na comissão, não é agora que vai perceber e a culpa não é minha, Sr. Deputado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Eu não vou fazer perguntas ao Sr. Deputado Pedro Neves que é por causa de não correr o risco de ele ficar demasiado agastado e irritado com a minha intervenção ou com as minhas perguntas, por isso não vou fazer qualquer tipo de pergunta, mas compreendendo que o assunto da criação de meios para mitigação de efeitos das alterações climáticas é pertinente e merece ser profundamente debatido e apreciado, não posso deixar de iniciar esta apreciação com uma análise daquilo que já existe em Portugal e que está em vigor e, no fundo, como funciona este Fundo Ambiental Nacional. Ora, a sua principal receita advém do comércio europeu de licenças de emissão de carbono. É uma receita que tem vindo a aumentar, o orçamento do Fundo

Ambiental vem também do orçamento do estado e aqui já fazendo um paralelismo com a proposta que temos em apreciação e com aquilo que existe, é a própria Secretaria Geral do Ambiente, do Ministério do Ambiente, que gere o Fundo Ambiental, desde os recursos humanos a toda a sua gestão operacional, de aplicação, de processamento, de candidaturas, todo este processo é gerido diretamente pela Secretaria Geral. É um fundo que tem múltiplas aplicações também, desde a construção de ciclovias, embalagens recicláveis, economia circular, etc., etc., é aplicável tanto a áreas que dependam do ministério ou que estejam correlacionadas com o Ministério do Ambiente, mas não só, como por exemplo também, e foi referido em comissão apoios aos Comboios de Portugal, que não fazem parte da área do ambiente, e é um fundo que se iniciou de forma talvez tímida apesar de serem valores avultados, mas tinha execuções na ordem dos 130 milhões, mas que em 2021 já teve uma execução na ordem dos 938 milhões de euros. Ora, a robustez deste fundo permite-nos dizer, ou permite-nos assumir (assumir não, é um facto), permite-nos ter acesso a verbas a rondar os tais 1.125 milhões de euros que o Sr. Secretário também já anunciou, mas com uma possibilidade de ascender, e isto foi dito pela gestora do Fundo Ambiental, a Dra. Alexandra Carvalho, na altura da audição, que contava que este fundo pudesse ascender este ano a 1.500 milhões de euros. Ora, efetivamente foi dito pela gestora, não taxativamente, porque obviamente não teria esse enquadramento jurídico, mas que uma duplicação ou a criação de um fundo, vou chamar fundo, é um fundo, que versa exatamente sobre as mesmas áreas e de índole regional, que isso pudesse de certo modo sobrepor-se e fazer perigar ou pelo menos criar aqui alguns problemas nesta articulação entre aquilo que é o Fundo Nacional e este regional.

Não foi dito taxativamente que o facto de existir um Fundo Regional não iríamos beneficiar desse fundo, mas a realidade é que não havendo um enquadramento legal ainda regional que se depois pudesse fazer essa verificação, talvez, neste momento, é incerto. Nem o Sr. Deputado Pedro

Neves pode dizer e garantir a esta câmara, ou aos açorianos, que isso é uma impossibilidade, como eu não posso garantir que é uma impossibilidade de usufruir do Fundo Nacional, mas o que é facto é que no nosso ponto de vista esta criação pode fazer perigar, ou mesmo inviabilizar o acesso a um Fundo Nacional do qual seremos sempre, e isto é um aspeto que eu considero muito importante, é um fundo do qual nós seremos sempre potencialmente maiores beneficiários do que contribuintes.

Se o caminhon para o próprio Fundo Regional, sendo aprovada a sua criação, e se no futuro se tentar captar também diretamente para a região os proveitos que advêm do comércio das licenças e emissão de carbono, eu considero que isso seria também tornar-nos um bocadinho mais isolacionistas e não tanto a questão da autonomia, mas mais mesmo de isolacionismo e muito provavelmente uma vez mais, mais limitados estaríamos para fazer face e frente a impactos imponderáveis decorrentes de alterações climáticas.

Em última análise, este Fundo Regional cria uma estrutura dirigente que visa ser financiada também absorvendo as verbas da taxa turística regional, agora aprovada, mas que de acordo com a proposta original do PAN, para a taxa turística, seriam entre 300.000 e 500.000 euros, o que daria para pouco mais do que pagar salários e fazer a gestão corrente deste fundo. Depois, o que faria também era divergir verbas do orçamento regional para este Fundo Ambiental, coisa que é diversa de fundos provenientes, tanto de financiamento europeu para a área de mitigação de alterações climáticas, como a fonte principal de receita daquele fundo que é a gestão e a transação do mercado de emissões de carbono.

Por isso, no CDS não conseguimos ver qualquer benefício para já e talvez mesmo no futuro na criação deste fundo e consideramos que no máximo isto iria trazer constrangimentos à resolução dos problemas na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda vê com bons olhos a proposta que a representação parlamentar do PAN nos apresenta quanto à criação de um Fundo Regional do Ambiente. Esta é uma medida que pode ter efeitos benéficos, a criação deste fundo parece-nos que pode facilitar de algum modo a aplicação de algumas das verbas que estão adstritas, nomeadamente aquela que durante o dia de hoje se aprovou, e, de facto, a criação deste fundo, na nossa opinião, em nada conflitua com a existência de um Fundo Nacional e não conflitua como não nos retira acesso a esse mesmo fundo, uma vez que esta proposta começa por não retirar, salvo melhorar opinião, nenhuma verba que pudesse ser encaminhada para o Fundo Nacional, deixando-a na região. Ou seja, eles podem ser perfeitamente compatíveis e complementares e nada nos parece impedir, no âmbito da nossa autonomia, criar este fundo, ou outro fundo de outro tipo, e este em particular, apesar de existir um Fundo Ambiental Nacional.

Ora, também não consigo perceber o argumento que também já foi utilizado, de que a criação de mais um fundo poderá ser ou mais um custo ou o argumento que o CDS aduziu há pouco, é porque o governo, apesar de não criar um fundo com as mesmas características, também tem um fundo, mas é um fundo também para onde podem ser encaminhados fundos, passe o pleonasma, do orçamento da região, da mesma forma que este, e é também um fundo com poucos fundos, porque de facto as receitas também são muito curtas, aliás, não será por aí que “o gato vai às filhoses” e não é pela falta de

receitas que o fundo do governo é melhor do que este, antes pelo contrário, porque as receitas do fundo de emergência climática que o governo pretende criar são potencialmente bem mais reduzidas do que aquelas que esta proposta pretende criar. Não vemos por isso nenhum impedimento à criação deste Fundo Ambiental Regional, iremos dar o nosso voto favorável e cá estaremos para o debate da proposta seguinte para outro fundo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo. Sr. Deputado Rui Martins, dou-lhe toda a razão, você foi bastante objetivo e eu até fiquei surpreso. Dou-lhe toda a razão menos de uma coisa; nós não estamos aqui a isolar os Açores, nós estamos sim senhor a robustecer a autonomia, é aquilo que nós estamos sempre a trabalhar, todos os partidos quando dá jeito, este agora não dá jeito podemos usar o da república. E depois a única coisa que eu também não posso obviamente corroborar é que eu acho que o CDS, neste caso também o Sr. Secretário Regional do Ambiente, estamos a fazer um filme de terror que o Fundo Nacional, por achar à partida que os Açores não podem ter obviamente a sua emancipação de ter um fundo, nós vamos ficar completamente isolados e não vamos receber absolutamente nada, quando isso nunca aconteceu e é apenas na cabeça do CDS, porque é um filme, não é uma certeza, nunca vi isso tal acontecer para outro fundo, por isso não seria agora, a não ser na cabeça do CDS. A maior parte das coisas que foram ditas pelo Bloco de Esquerda não vou estar a repetir, é aquilo que eu também iria responder, mas sem dúvida que aquilo que nós queríamos era que a gestão fosse feita de uma forma autónoma pela região dos Açores e que obviamente o fundo serve de facilitador, porque facilita bastante o governo dos Açores relativamente tanto

à despesa como à receita e é por isso que nós tivemos essa ideia e também, como disse o PS, de proximidade aos cidadãos para termos esse fundo.

Sr. Deputado Mário Costa, podia-lhe responder agora, mas o seu colega da coligação já lhe respondeu, não podemos afirmar aquilo que a representante do fundo disse ou não disse, porque o seu colega da coligação diz que que nós não podíamos sequer afirmar numa coisa dessas. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Marco Costa, faça favor.

(*) **Deputado Marco Costa:** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senhores Membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, a pessoa Marco Costa não lhe vai responder nos mesmos termos enquanto Deputado de Pessoas, Animais e Natureza que o senhor dirigiu a palavra, ou nos comentários que fez, mas eu percebi um bocadinho a sua tática também, o senhor acabou por não responder a nenhuma das questões que eu lancei, portanto acabou por querer lançar uma cortina de fumo e, pronto, mas também mereço lhe dizer nestes termos. De qualquer forma, o senhor, sobre o funcionamento do fundo, realçou que não seria um custo acrescido sendo que a estrutura poderia ser paga por um único projeto e eu remeto-lhe novamente a pergunta que fiz: o senhor acha que é avisado constituir um organismo da administração pública regional que o seu funcionamento e os custos de funcionamento ficam dependentes de candidaturas...

Deputado Pedro Neves (PAN): É assim que funciona Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cuidado com os apartes de mais de 10 segundos!

O Orador: ... que têm o seu cronograma natural?

Portanto, o senhor não quis, mas também acabei por lhe ler o que o senhor referiu e que o senhor aprovou neste relatório, portanto, o que o senhor disse não foi bem assim...

Deputado Pedro Neves: Não foi bem assim!

O Orador: De qualquer forma o senhor continua ou não a achar que um funcionamento do fundo deve ser orçamentado em função de programas comunitários, acha ou não?

Remeto-lhe novamente as questões: se acontecer esta questão das incompatibilidades entre os programas nacionais e regionais, que até podem ficar sujeitos a humores políticos, se o senhor acha que nós temos condições de pelas metas que queremos alcançar, pelos projetos que têm, pela ambição que temos, de ter um fundo que se vai financiar só com as receitas regionais? Eu acho que esta questão tem que ser abordada desta forma. Depois também não compreendo a posição do PS...

Deputado Vílson Gomes: O que é que foi agora?!

O Orador: ... porque na defesa do fundo eu apetece-me perguntar se é por não existir esse fundo que também tivemos as tão baixas execuções do Fundo Nacional e isso foi público na visita que o ministro fez aos Açores, deixando o repto de os Açores terem que trabalhar muito mais como têm trabalhado e como o Sr. Secretário já anunciou, o vasto programa de investimentos,...

Deputado Vílson Gomes: O Sr. Secretário não concorda consigo.

O Orador: ... para podermos tirar partido deste bolo financeiro que tem estado ao dispor da região e que queremos certamente que continue a estar. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente. Faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Bom, começo apenas por dar nota em relação ao aparte da Senhora Deputada Andreia Cardoso que para efeitos do regime jurídico, dos institutos públicos e fundações regionais, “consideram-se institutos públicos regionais independentemente da sua designação os serviços e fundos da entidade referida no artigo 2.º quando dotados de personalidade jurídica”, portanto, julgo que terei respondido à sua questão.

Em relação ao Sr. Deputado Pedro Neves, ideias são sempre muito bem-vindas sobretudo se são boas ideias, a questão é que não me parece nada boa ideia nós criarmos mais um organismo sem qualquer ganho, e eu respeito naturalmente uma visão diferente que possa ter, mas neste caso nós não ganhamos absolutamente nada porque estamos a criar um organismo que já existe a nível nacional, que tem aplicação na região e ao qual nós temos acesso e que tem uma robustez muito maior do que aquela que algum dia o Fundo Ambiental Regional pode ter, nós teríamos sempre mais a perder do que a ganhar e, portanto, esta questão parece-me evidente.

Depois, Sr. Deputado António Lima, de facto há coisas difíceis de entender. O senhor diz que não é por aí que “o gato vai às filhoses”, o governo também tem um fundo. A grande diferença é que a proposta que o governo apresenta não tem qualquer custo, não tem estruturas, nem tem órgãos próprios, nem tem despesas associadas, funciona na dependência direta da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, segundo a proposta que nós colocamos e, portanto, a diferença é só essa, é que as competências já são da secretaria e a secretaria irá assumir esse fundo sem qualquer tipo de despesa adicional, esta é que é a diferença.

E também não percebo, tanto se falou neste Parlamento em relação à estrutura pesada da administração pública, ao maior governo de sempre e agora facilmente se entende a criação de uma entidade que não traz benefício nenhum, mas que acarreta mais custos e, portanto, fica difícil perceber as

posições do Bloco de Esquerda, nomeadamente do Partido Socialista. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Eu penso que foi já o Sr. Deputado Paulo Estevão que nesta sessão recordou a necessidade de quebrarmos com os maus vícios da idade média.

Deputado Paulo Estêvão: Isso é verdade!

O Orador: Não chegarei a tal tempo e tal como eu aqui já exortei também esta sessão não vou ao passado,...

Deputado Paulo Estêvão: Quando não lhe convém!

O Orador: ... mas lembrarei que a agenda ambiental não pode, nem tem na Região Autónoma dos Açores propriedade. A agenda ambiental é de todos nós.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E como o Sr. Deputado Paulo Estevão é do tempo em que a oposição se fazia por requerimento, e eu sou de um tempo em que a oposição ainda não se fazia por requerimento, mas lembrarei que fui o primeiro deputado nesta Casa a apresentar um requerimento a pedir contas ao primeiro secretário do ambiente que essa região teve. Esta é a minha última visita ao passado.

Deputada Andreia Cardoso: Hoje!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Paulo Estevão também para lhe dizer que não me envergonho do meu passado político, bem pelo contrário, dele tenho tamanho orgulho. Mas vamos ao que interessa. O PAN tem uma

agenda ambiental, a Iniciativa Liberal além da agenda ambiental, tem uma outra agenda, reduzir o peso do estado, reduzir o peso da administração pública regional na vida dos açorianos e o que o PAN aqui traz é um aumento da despesa do estado, região neste caso, na gestão da agenda ambiental na Região Autónoma dos Açores e com isso a Iniciativa Liberal não compactua e com isso a Iniciativa Liberal votará contra essa proposta do PAN que irá sorver de grande parte das receitas que prevê na criação duma unidade orgânica autónoma e na sua gestão. Não faz para a Iniciativa Liberal qualquer sentido aprovar uma iniciativa legislativa que prevê aumento da despesa pública na gestão de coisas que podem ser geridas sem essa despesa pública acrescida. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Gustavo Alves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. De forma muito sumária temos a dizer que não podemos acompanhar este diploma trazido pelo PAN. Tomamos esta decisão baseada nas audições parlamentares que revelam uma grande preocupação em que a criação deste fundo poderá meter em causa o acesso ao Fundo Ambiental Nacional, um fundo robusto que já se tem revelado importante de se ter acesso para as eventuais calamidades e mesmo para mitigação de riscos. Entendemos a boa intenção do preponente, mas não nos parece o ideal criar uma estrutura redundante às competências da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, foi muito bem explicado pelo Sr. Secretário do Ambiente...

Deputado Vilson Ponte Gomes: Não percebi muito bem!

O Orador: ... e para não meter em causa uma das nossas defesas contra as intempéries e os seus prejuízos e que em relação às questões ambientais explanadas no diploma, como a sensibilidade ambiental, planeamento do ordenamento do território e zonas costeiras estão garantidas pela Secretaria do Ambiente e que já estavam garantidas noutras legislaturas. Termina com a

humildade democrática, reconhecendo o mérito e a bonomia da proposta apresentada, mesmo que não acompanhem. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves: Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo. Estou um bocado rouco. Estou tão emocionado, tão emocionado com as palavras do Sr. Deputado Gustavo Alves.

Por acaso o Sr. Secretário Regional falou sobre o peso da administração pública e eu pensava que era para o PAN, quando o PAN nunca tinha dito isso, mas era para o Bloco e para o PS, porque o PAN aquilo que disse, sempre ao contrário daquilo que o Sr. Deputado do IL disse e também do Chega várias vezes, é que o PAN não quer reduzir custos relativamente à administração pública, quando isso quer dizer que nós perdemos também qualidade, nós queremos é eficiência, independentemente de qual é o valor da despesa quando com essa despesa conseguimos fazer uma receita bem maior se tivermos as pessoas indicadas, com qualidade e eficiência e capacidade dentro da administração pública, é isso que o PAN quer, é isso que o PAN quer, não queremos reduzir a despesa só por reduzir, não queremos reduzir RSI só para reduzir, o PAN nesse aspeto é mais responsável.

Sr. Secretário, as ideias do PAN, porque é que nós tivemos essa ideia? Era uma boa ideia porque se este fundo fosse aprovado já descalçava a bota da iniciativa que vem a seguir, dum fundo que não é fundo, que mudou o nome para o IL votar, para conseguirem descalçar a bota da iniciativa que fizeram a seguir, se este Fundo Regional fosse aprovado já não tínhamos problemas alguns e o Governo já não precisava descalçar uma bota, porque o PAN deu

com a ideia, porque é um idiota, fez o Fundo Regional do Ambiente e resolveria o problema do governo relativamente ao Fundo de Emergência Climática que vamos discutir a seguir. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, vendo aqui a sua exaltação em relação a esta matéria, a sua energia em relação a esta matéria, só me lembro de um deputado pior que vossa excelência quando não concordam com as suas propostas: eu próprio, há 10 anos. Há 10 anos eu acho que me portei um pouco pior ainda que vossa excelência, mas quero-lhe dizer uma coisa, quanto mais irritado eu estava, menos votos eu tive. E eu depois percebi isso, percebi que era contraproducente, percebi que era contra contraproducente. É evidente... não resultou, não resultou, levou muitos anos a resultar, veja bem que já se passaram estes anos todos, mas eu fui criando pontes, percebendo que os meus argumentos não eram todos válidos, que os outros também têm ideias, também têm bons argumentos e, portanto, fomos equilibrando e fomos aprendendo, fui aprendendo. O Sr. Deputado Francisco Coelho está a abanar com a cabeça que sim, conhece este percurso,...

Deputado Francisco Coelho: Conheço!

O Orador: ... teve que me aturar no meu início. Portanto, é isto que é essencial, ou seja, perceber que as pessoas, os partidos têm diferentes opiniões em relações a esta matéria e isso não quer dizer que estejam imbuídos de um espírito negativo, ou de nos quererem fazer mal, ou de nos quererem desvalorizar, é apenas projetos políticos diferentes. O que é importante e concordo com vossa excelência, é que a argumentação seja uma argumentação consistente e que os argumentos sejam argumentos sérios, honestos e que não sejam argumentos que não correspondam, ou que possam sustentar-se em inverdades.

Bem, eu quero-lhe dizer o seguinte, os argumentos que o PPM tem para votar contra já foram avançados pelo Sr. Deputado Gustavo, eu apenas vou voltar a referenciá-los e dizer-lhe o seguinte: primeira questão, que o Sr. Secretário referenciou, que é uma questão de âmbito legal e acho que é importante, acho que é fundamental, que é o facto da legislação contemplar o seguinte: “a criação de um instituto público regional será sempre precedida de um estudo sobre a sua necessidade e implicações financeiras e sobre os seus efeitos relativamente ao setor em que vai exercer a sua atividade”, ou seja, tem que existir um estudo, tem que existir um estudo antes da criação de um fundo desta natureza e esta é uma questão legal como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já teve a oportunidade ao longo do debate que realizámos ao longo do dia, que é uma questão sempre muito relevante, que é a questão...

Deputado Vasco Cordeiro: Eu?

O Orador: Sim, sim, é a questão legal.

Deputado Vasco Cordeiro: Eu não abri a boca nesta matéria

O Orador: E depois, não abriu, abriu anteriormente,...

Deputado Vasco Cordeiro: Mas isso foi anteriormente!

O Orador: ... mas esta questão legal que o Sr. Secretário colocou é uma questão muito relevante, é uma questão instrumental, podemos criar este fundo? Na nossa perspetiva, na perspetiva do governo regional não, não podemos porque não temos este estudo prévio realizado este é o argumento do ponto de vista legal.

Deputada Andreia Cardoso: Mas tinham um diploma anterior!

O Orador: A segunda questão, de alguma forma criando um mecanismo destes podermos ser prejudicados pelo facto de termos maior dificuldade de acesso a um Fundo Nacional que existe e, portanto, cobre a totalidade do território, eu diria tendo em conta a experiência que tenho ao longo de todos estes anos, a partir do momento em que criámos um fundo, muita gente em Lisboa vai dizer ”mas o senhor já tem um fundo para isso, os senhores já têm um fundo”...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas: Exatamente!

O Orador: E, portanto, essa é mais uma questão, é mais uma questão que tendo em conta os hábitos dos centralistas e o Sr. Deputado José Contente está a acenar com a cabeça...

Deputado José Contente: O senhor conhece o FRCT!

O Orador: Pronto, está a acenar com a cabeça, não sei, ainda não consegui compreender a sua posição, não é, sobre esta matéria, é sim ou não?

Deputado José Contente: Já vai conhecer!

O Orador: Eu tenho que ser sincero, eu parece-me que é não, não concorda, não concorda, mas Sr. Deputado, conhece os centralistas, sabe que lhes vai passar pelas suas cabecinhas e nos vai dizer “os senhores já têm um fundo, já tem um Fundo Ambiental”, portanto, quando existir uma menor execução, quando em Lisboa dedicarem menos atenção para os Açores esse será um dos argumentos que vão apresentar, aliás, eles nem sequer precisam de argumentos, porque a execução já é baixíssima, é que sem desculpas ainda destas como “os senhores já têm um fundo”, sem estas desculpas eles já executam muito pouco nos Açores. Portanto, o que é fundamental é a capacidade reivindicativa para dizer “não”, “esta questão é muito relevante nos Açores, não tem que existir um esforço maior a nível nacional, não as questões ambientais são questões de âmbito global, a resposta é global” e como dizia o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, bem, não vamos feudalizar isto, a resposta às alterações climáticas são um fenómeno global, a resposta tem que ser global, a resposta tem que ser no sentido de conseguirmos uma convergência de fundos, de meios, de vontades, é uma resposta que tem que ter um carácter global, europeia, nacional, mundial, é isso que é preciso fazer e não o contrário, feudalizar com recursos insignificantes porque com os recursos muito pouco significativos que combate é que se vai fazer, grande parte do dinheiro o que é que lhe vai acontecer? Isso era o grande problema do Partido Socialista, criava estruturazinhas para isto e para aquilo e para o outro e depois o que é que acontecia? É verdade senhor deputado. O que é

que acontecia? É que uma parte essencial das receitas que vamos ter são gastas com o seu funcionamento em despesas de funcionamento. O que é que fica para combater verdadeiramente as questões do prejuízo ambiental e das questões relacionadas com o ambiente e com as alterações climáticas? Bom, muito pouco porque uma parte já se está a perder nesse conjunto, nesse esforço que se está a fazer de gestão do fundo, nessas despesas administrativas que se estão a fazer, nestas despesas logísticas, ou seja, já se está a perder uma parte de receitas que serão, tudo indica, muito escassas. Por isso é que eu considero que esta não é a estratégia correta, reconheço que vossa excelência tem obviamente outra perspetiva e é legítima, tem outra estratégia e é legítima Sr. Deputado, o que eu acho é que não é a estratégia correta e eficaz, tem uma perspetiva diferente, quero atingir a mesma finalidade, mas não considero que feudalizando, criando pequenos fundos, criando este tipo de instrumentos se chegue lá. Aliás, a gestão do Partido Socialista demonstra isso, o Partido Socialista já estava em retrocesso em relação a esses hábitos, já estava a fechar empresas, empresas públicas que davam prejuízo tremendo e que duplicavam as funções das secretarias do governo, o Partido Socialista nos últimos anos já estava a alterar isso, porque verificou que essa não é a estratégia eficaz. Na segunda parte da resposta, vou ficar com alguns segundos, vou-lhe apresentar mais um conjunto de argumentos.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Tinha uma pergunta, mas vou fazer na mesma porque assim já sei que não vou responder e não vou sofrer com a ira do deputado Pedro Neves.

(O Deputado Pedro Neves sai da sala)

É melhor aproveitar. Peço desculpa, se calhar, Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo. Nesta minha intervenção eu na verdade queria dizer que como não estamos a discutir a proposta do governo e o deputado António Lima tentou abordar essa questão, mas iremos discutir mais à frente e eu julgo que tem a ver com questões da própria dimensão, do tipo de auxílio que se pretende com o fundo, independentemente de ser do ponto de vista formal um fundo ou não, mas com o fundo que o governo pretende criar que é diferente deste fundo de âmbito nacional e este fundo de âmbito regional que o PAN pretende aprovar. Mas a única coisa que eu queria aqui acrescentar, há aqui dois aspetos, um deles tem a ver, e era a pergunta que faço ao deputado Pedro Neves, que não me está a ouvir, mas é realmente como é que nós ficaríamos, em que situação ficamos? Porque ele não consegue garantir que nós criando um fundo possamos na mesma recorrer ao nacional, como eu não posso garantir o contrário, mas se aprovarmos este e chegarmos depois aqui no futuro numa situação em que de repente não concorremos e não podemos, esse fundo fica-nos vedado por algum motivo, o que é que fazemos? E aquilo que eu ouvi aqui em aparte do deputado José Contente tem a ver com a FCT e com a FRCT, as coisas são ligeiramente diferentes, porque a própria FRCT é criada no sentido do próprio Governo Regional poder abrir bolsas, por exemplo, de investigação para matérias que sejam do seu especial interesse e que importe aprofundar do ponto de vista científico. Já a FCT não, a FCT não tem na sua agenda de fundos e todas as instituições de investigação regionais se podem candidatar à FCT, tendo obviamente avaliação excelente ou com rateio se forem muito bons e ainda maior se forem bons, mas esse financiamento normalmente é para, que é aquilo que nós criticamos muito às vezes nos Açores, é porque é que se está a estudar, porque é que as lulas mudam de cor e não estamos a estudar como é que podemos aproveitar a lula como um produto de valor acrescentado. Isso porquê? Porque efetivamente quem desenha os fundos para a investigação não são de matérias de particular interesse para a região e

às vezes aposta-se muito mais no ponto de vista da FCT, na ciência pura, e não na ciência aplicada que é aquilo que nós precisamos e daí haver a FRCT não é propriamente algo que esteja a concorrer, ou a abrir bolsas exatamente na mesma área, o que não é a mesma coisa no Fundo de Emergência Ambiental, porque o Fundo de Emergência Ambiental seja ele nacional ou regional, se houver uma catástrofe estamos a falar da mesma catástrofe e aí é que já me parece que pode haver, não consigo garantir, mas também ninguém me garante o contrário, algum conflito e que nós possamos ficar vedados ou arredados de um fundo que é muito mais robusto, que é tão robusto quase como o orçamento regional na sua totalidade, pronto, e esse é que é o facto. O governo regional não sei, não lhe posso responder, mas poderá perguntar ao Sr. Secretário quantas candidaturas já fez, eu não lhe sei responder, não fiz nenhum requerimento e não tenho qualquer informação privilegiada. Por isso, esta forma para nós continua-nos a parecer profundamente desadequado a criação deste fundo e também apesar de, isto deixo aqui efetivamente a questão regimental de verificar o enquadramento financeiro, é aquilo que também para dar resposta um bocadinho ao deputado António Lima, quando diz que são fundos irrisórios ou que o gasto de se criar um instituto é pouco importante ou pouco relevante, esse gasto efetivamente se nós formos ver aquilo que é o financiamento, que é a taxa turística regional, foi dito que a taxa turística regional era para utilizar na reposição ambiental. Ora, se é para utilizar na reposição ambiental e o valor que eu lhe disse há bocado que era entre 300.000 e 500.000 euros se for gasto numa estrutura dirigente afinal onde é que está a reposição ambiental? Gostaria de saber, onde é que vem a reposição ambiental? E depois porque, quer dizer, a taxa turística vem para aqui para financiar um Fundo de Emergência Climática, mas ao mesmo tempo a taxa é criada que é para fazer uma reposição ambiental, e isto para lhe dizer isso, que na verdade não faz qualquer sentido estar a dizer ou pelo menos a desvalorizar o facto de se criar uma estrutura autónoma para fazer uma gestão de fundos ou aquilo que é uma administração direta da secretaria

do ambiente e alterações climáticas que pode fazer no fundo, pode ser muito mais eficiente e fazer mais, com o mesmo. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. De forma rápida, já estamos perto da hora do encerramento dos nossos trabalhos, explicar que eu sou deputado e não lhe retirando o mérito pela proposta, mas explicar porque é que o Chega é contra esse tipo de coisas, o aumento da máquina. Então andamos aqui há um ano a falar mal do governo, que é maior, que tem que ser mais pequeno, andamos constantemente a reduzir as coisas e depois nós queremos criar mais máquina, queremos pôr uma coisa mais pesada? Não, não faz sentido, e não faz sentido sabe porquê? Porque aquelas cinco mil e tal almas que foram votar nesta organização política chamada CHEGA, foi nisto que votaram, no reduzir a máquina do Estado, no reduzir o peso da máquina. Se temos uma ferramenta que vai aparecer a seguir em que podemos, enfim, fazer mais ou menos o mesmo dentro daquilo que já existe pois é o caminho, é o caminho. Não tiro o mérito, sim senhor, e deve apresentar, mas está aqui a explicação porque é que assim é que deve ser, não é por capricho, não é porque gostamos ou deixamos de gostar, é porque as pessoas que votam em nós é isto que estão à espera, estão à espera que não andemos aí a aumentar aí mais uma data de lugarinhos e de institutos e de fundos e de organizações e de comissões e de grupos. Não, as pessoas estão à espera é que sejamos muito mais eficientes, com as ferramentas que temos. Se não somos o povo há de julgar-nos e assim é que deve ser. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Eu estou para intervir no próximo diploma, mas não resisto a fazer uma intervenção, ainda que breve, sobre algumas coisas que foram ditas aqui. Em primeiro lugar, eu também assisti à audição da Senhora Presidente do Fundo Nacional do Ambiente e em nenhum momento, nem poderia isso mesmo acontecer, essa senhora coartou qualquer tipo de apoio financeiro, nem o podia fazer, à Região Autónoma dos Açores. Mas mais, a questão do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia coexistir com o Fundo de Ciência e Tecnologia, com o FCT, é porque são instrumentos complementares e os cidadãos dos Açores não podem ficar coartados dessa complementaridade, porque os objetivos são semelhantes, independentemente da vontade ou não, do Governo da República. Isso tem a ver é com o mérito dos projetos, como também teria a ver com os objetivos desse Fundo Regional. Mas há aqui uma outra coisa que é para discutir amanhã, mas que eu tenho visto o PSD sobretudo e alguns deputados com muita urticária em relação à questão dos institutos públicos, mas eu gostaria de só de fazer recordar à câmara que o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2007/A, que foi aprovado numa altura em que nós não tínhamos a possibilidade de criação desses mecanismos, no dia 19/04/2007, o então presidente da Comissão de Política Geral dizia: “pela primeira vez vamos garantindo a interpretação que o PSD sempre fez, um direito de concorrência legislativa na região sobre esta matéria. Havia um regime jurídico para os institutos públicos nacionais de aplicação a todo o território nacional e os institutos públicos regionais nos Açores, por analogia, regiam-se por esse regime jurídico previsto para a República. Neste caso e assegurando uma prática de concorrência legislativa, uma vez que temos competência nesta matéria, a Região através deste parlamento assegura um regime próprio para os institutos públicos regionais, assegurando por isso estreiteza jurídica e transparência no funcionamento da criação dos institutos públicos regionais”.

Esta era a posição do PSD em 2007 que aprovou este Decreto Legislativo Regional, com os outros partidos, por unanimidade. Em 2011 houve uma nova alteração a este decreto legislativo regional e novamente o diploma foi aprovado. Mas quem dizia isto, com esta tautologia e redondeza toda, era tão simplesmente o então deputado José Manuel Bolieiro, o que significa que esta urticária toda que eu vi aqui aos fundos ainda faz menos sentido, porque aquilo que o governo apresentou como proposta inicial, que já fez uma alteração, não é propriamente um fundo, era um fundilho, era um fundilho porque o fundo desapareceu e amanhã teremos oportunidade de ver que esse fundo que afinal era um fundilho tinha montes de contradições com o próprio diploma que cria esses institutos e é por isso que o fundo, que já não é fundo, que é simplesmente o que devia ter sido desde o princípio, um sistema, que é também um regime de apoio financeiro a situações de calamidade, tem e tinha várias contradições e essas contradições voltaram a ser postas aqui hoje. Ou seja, sem querer contar a história toda. o facto é que o PAN apresentou, no orçamento de 2021, esta situação para ser de algum modo apresentada e discutida em sede de orçamento e depois disso não aconteceu, mas voltou a apresentar no dia 12 de janeiro e o governo achou por bem, depois das calamidades das Feteiras, apresentar no dia 28 de janeiro uma coisa que não era fundo, mas que chamou fundo, até tem uma certa dificuldade, cheia de contradições, porque era fundo e não tinha personalidade jurídica e o decreto legislativo regional...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas: Não, não tem!

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, Sr. Deputado José Contente. Não é isso que estamos a discutir Sr. Deputado.

O Orador: ...tem personalidade jurídica, era fundo e não tinha autonomia administrativa financeira,...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado José Contente...

O Orador: ...mas era fundo e o decreto legislativo regional diz que tem que ter autonomia administrativa financeira, patrimonial, etc.. Portanto,

felizmente, o governo deu a mão à palmatória e é por isso que apresentou uma proposta de retificação a esse fundo que não era fundo e que era de facto um fundilho. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Pedro Neves, conforme eu já lhe tinha informado pessoalmente não vou aprovar o seu projeto de DLR porque é contrário aos meus princípios, da mesma forma que achei por bem que fossem reduzidas situações como a da AZORINA, da SAUDAÇOR, e outras situações que no fundo acarretam uma duplicação de custos, também entendo que nesta situação em concreto a duplicação de custos não é apropriada, mas essa situação, de resto, já tinha dito ao Sr. Deputado. Agora o que efetivamente eu não resisti à tentação foi de alguma forma dar resposta a uma situação que foi aqui levantada, em que alguém disse que quando o Chega, votaram o Chega, foi precisamente para que não houvesse esse tipo de situações e que o Chega foi a eleições efetivamente com essa mensagem.

Sim, foi com essa mensagem, na altura a mensagem que fomos a eleições era precisa essa, reduzir a despesa pública ao máximo, mas também não fomos a eleições com a mensagem de que queríamos reduzir a despesa pública ao máximo, mas o gabinete do partido na Assembleia Regional tinha que ser o maior possível, nem que fosse para não apresentar iniciativas nenhuma, o que interessava era ter elementos de gabinete. Portanto, ao Chega incomoda a ideia de que exista uma estrutura como o Sr. Deputado Pedro Neves defende. Não lhe incomoda a ideia que na estrutura do próprio partido dessa

assembleia a estrutura já possa ser até onde o Regimento permite. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Atingimos a hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, regressamos amanhã para continuar este debate.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da Costa

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Miguel Mendes Espínola

(*) Texto não revisto pelo orador

Transcrito por empresa externa